

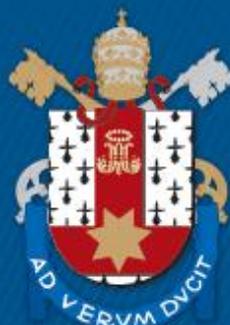
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KARINA SCHUH REIF

**INTERPRETAÇÕES DE MULHERES SOBRE A PRISÃO:
NARRATIVAS BIÓGRÁFICAS DE PRESAS E DE EGRESSAS**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

KARINA SCHUH REIF

**INTERPRETAÇÕES DE MULHERES SOBRE A PRISÃO:
NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE PRESAS E DE EGRESSAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Porto Alegre
2020

Ficha Catalográfica

R361i Reif, Karina Schuh

Interpretações de mulheres sobre a prisão : Narrativas biográficas de presas e de egressas / Karina Schuh Reif . – 2020.

180 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho.

1. Mulher. 2. Prisão. 3. Interpretação. 4. Narrativas Biográficas. 5. Presas. I. Santos Filho, Hermílio Pereira dos. II. Título.

KARINA SCHUH REIF

**INTERPRETAÇÕES DE MULHERES SOBRE A PRISÃO:
NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE PRESAS E DE EGRESSAS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Examinador: Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies

Examinadora: Prof^a. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky

Examinador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Porto Alegre
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elisete Schuh Reif e José Carlos Fantinel Reif, por todo apoio e confiança que depositaram em mim. Sou muito grata ao meu irmão, André Schuh Reif, pela ajuda em vários momentos e pela compreensão. A minha família sempre me deu todo o suporte para qualquer escolha e mudança. Meu orientador Hermílio Santos foi, não só um professor, mas parceiro em todos esses anos, quatro de doutorado e dois de mestrado. O aprendizado com as entrevistas não teria sido o mesmo se não tivéssemos feito em conjunto, conversando antes e depois, compartilhando surpresas, tristezas e até momentos engraçados em nossas idas ao Madre Pelletier. Essa jornada, que serviu para investigar um tema tão pesado, foi muito mais leve por causa da motivação sempre presente e do bom humor. Fora isso, vivi ótimos momentos com o grupo de pesquisa criado por ele, durante as reuniões, projetos e viagens para apresentação de trabalhos. Quero deixar um agradecimento especial para minhas colegas mais próximas Priscila Susin, Naida Lena Menezes e Kamila Almeida. Elas experienciaram comigo aprendizados e descobertas que servirão para a vida e para novos trabalhos. Foram meu suporte nos momentos de insegurança e de reflexão sobre as entrevistas e método. Desde o início da pós-graduação, uma amiga querida, Flávia Panazzolo, é minha companhia para passar dias inteiros na biblioteca e para pausas no cafezinho. Meus amigos sempre entenderam minha ausência e incentivaram meus estudos. Sou grata a todos eles.

Não tenho como mensurar a importância dos encontros com a professora Gabriele Rosenthal, no Brasil e na Alemanha. Autora da abordagem metodológica que utilizo, ela ajudou a analisar as biografias com as quais estava trabalhando e também a criar e a adequar as tipologias decorrentes dos dados. Foi de grande generosidade a atenção com que avaliou partes da minha pesquisa e como discutiu comigo e com o grupo qual seria a melhor forma de apresentação.

Tive oportunidade de ficar um ano na Inglaterra, com bolsa CAPES, onde pude apresentar a pesquisa brasileira em diferentes conferências e congressos dentro e fora do país. Além disso, conheci o sistema penitenciário britânico, presos e ex-presos com quem tive oportunidade de conversar e fazer entrevistas, as quais enriqueceram muito a pesquisa. Isso só foi possível graças aos professores Andreas Aresti e Sacha Darke que, não só generosamente me receberam, mas me levaram para dentro de duas penitenciárias no país e me apresentaram a pessoas chave na área de estudos sobre prisão e pessoas que haviam vivenciado experiência dentro das grades. Todo meu trajeto de um

ano no Reino Unido só foi produtivo e enriquecedor pela recepção e apoio do meu supervisor de doutorado sanduíche Robin Humphrey e da querida colega Clare Vaughan.

Agradeço ainda todos os professores e funcionários do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pucrs. Não posso deixar de lembrar também os professores que participaram da minha banca de Mestrado (Rodrigo Azevedo e Rochele Fachinetto), os quais foram muito generosos nos apontamentos, os quais procurei incorporar nesta Tese. Da mesma forma, agradeço as contribuições dos professores Beatriz Gershenson Aginsky, Luiz Antônio Bogo Chies, e Azevedo na banca de qualificação.

O agradecimento mais especial é para as mulheres que compartilharam a história das suas vidas para esta pesquisa. Generosamente falaram sobre trajetórias, em geral muito duras e que são exemplos de muitas outras. A direção e os funcionários do Presídio Madre Pelletier foram muito importantes para facilitar o acesso. Assim como as pessoas que permitiram que eu participasse de reuniões da Pastoral Carcerária e encontrasse entrevistadas na Igreja Universal e na Faesp.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001¹. Ressalto a importância desse tipo de financiamento para o conhecimento e desenvolvimento da realidade brasileira.

¹ This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

O número de mulheres presas vem crescendo em todos os continentes. No Brasil, o aumento entre 2000 e 2016 foi 675%, quando o sistema penitenciário chegou a comportar 42 mil. Esta pesquisa tem o objetivo de identificar diferentes formas de interpretação sobre a prisão de mulheres com experiência de encarceramento. A partir de 24 entrevistas com presas e ex-presas – 22 no Brasil e duas no Reino Unido – foram analisados os níveis de trajetória, apresentação e interpretação das narrativas sobre a vivência atrás das grades. Do total de 24 entrevistas, sete haviam sido realizadas e publicadas anteriormente na versão final da minha dissertação de Mestrado. Elas foram incorporadas à amostra da tese para servirem como casos de comparação e como elementos para a construção de tipologias. A pesquisa foi fundamentada na abordagem da sociologia interpretativa. O foco na interação do sujeito com as estruturas sociais mostrou-se o mais apropriado para a compreensão das experiências e das interpretações sobre a prisão a partir da perspectiva das próprias entrevistadas, de seus estoques de conhecimento, sistemas de relevância e processos de socialização e trocas com o meio social, histórico e geográfico. A perspectiva desenvolvida por Gabriele Rosenthal, a partir da análise reconstrutiva de narrativas biográficas proposta por Fritz Schütze, foi a metodologia escolhida como meio de acessar o fenômeno social de interesse e orientar o processo de identificação tipológica em relação ao problema de pesquisa. Três tipos de interpretações sobre prisão foram identificados com base nas entrevistas. O primeiro diz respeito ao entendimento de que a prisão é uma barreira à liberdade. Mulheres que interpretam a prisão dessa forma começaram a dar mais importância à vida fora da prisão do que antes. O segundo tipo está relacionado ao entendimento da experiência da prisão como um fator determinante para a aprendizagem e a mudança pessoal. É uma espécie de redenção após o cometimento de crimes. O terceiro e último tipo é a interpretação da prisão como uma penalidade injusta ou mais dura do que o necessário. As entrevistadas consideram suas razões para os crimes cometidos tão fortes que não acreditam que devam ser punidas com uma sentença tão grave quanto a privação de liberdade. Por essa razão, as pesquisadas que interpretam a prisão conforme esse tipo não aceitam serem colocadas na prisão, mesmo assumindo a responsabilidade dos delitos.

Palavras-chave: Mulheres. Prisão. Punição. Interpretação. Narrativas Biográficas.

ABSTRACT

The number of women in prison has increased in all continents. In Brazil, the increase between 2000 and 2016 was 656%, when the prison system reached around 42 thousand female prisoners. This research aims at identifying different interpretation types of women with imprisonment experience about prison. Twenty-four prisoners and ex-prisoners were interviewed – 22 in Brazil and 2 in United Kingdom – and the levels of the trajectory, self-presentation and interpretation were analyzed from these biographical narratives. From the total, seven interviews had been previously conducted, analyzed and published in the author master's dissertation final version. They were incorporated as cases for comparison and as elements for building typologies. Research was grounded in the interpretative sociology approach. The focus on the subject's interaction with the given social structures proved to be more appropriate for understanding prison experiences and meaning from the interviewees' knowledge and relevance system perspective, their process of socialization and exchanges with the social, historical and geographical field. The methodological approach as developed by Gabriele Rosenthal, based on the reconstructive analysis of biographical narratives proposed by Fritz Schütze, was chosen to access the social phenomenon of interest and to pursue the typological identification process in relation to the research problem. Three types of interpretations about imprisonment were identified based on the collected interviews. The first concerns the understanding that prison is a barrier to freedom. This type started giving much more importance to life outside prison after the imprisonment experience. The second type is formed by women who understand the imprisonment experience as a determining factor for learning and personal change. It is a kind of redemption after committing crimes. The third and last type is composed by interviewees that interpret imprisonment as an unjust or tougher penalty than necessary. The interviewees consider their reasons for the committed irregularities so strong that they don't believe they should be punished with a sentence as severe as imprisonment. Because of this understanding, people who are related with this type, despite taking the blame, do not accept being put inside prison.

Keywords: Women. Prison. Punishment. Interpretation. Biographical Narratives.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA DAS PRISÕES E CÁRCERE FEMININO NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DE GÊNERO	20
2.1 DAS PUNIÇÕES FÍSICAS AO ENCARCERAMENTO EM MASSA	20
2.2 PRISÃO FEMININA COMO FERRAMENTA PARA ADEQUAÇÃO MORAL	25
2.3 IDEAL DE MULHER: ESTIGMA DE EGRESSAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO QUE CONTRARIARAM MODELOS CONSTRUÍDOS HISTORICAMENTE	28
2.3.1 Maternidade e o ideal feminino	32
2.4 AS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL: BREVE REVISÃO DA LITERATURA	36
2.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO	44
3 PRESAS E PRESÍDIO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E MÉTODO	45
3.1 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	53
3.1.1 Socialização e relações de gênero	56
3.2 ABORDAGEM BIOGRÁFICA: ACESSO AOS FENÔMENOS SOCIAIS	57
3.2.1 Realização das entrevistas	61
3.2.2 Método para análise dos dados	68
3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	69
4 ENTRAR E SAIR DA PRISÃO: TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS	71
4.1 CONDIÇÕES EM QUE A PESQUISA FOI REALIZADA	71
4.1.1 Dinâmica de uma prisão feminina e interação com as pesquisadas	74
4.1.2 Temas recorrentes nas trajetórias e nas entrevistas	85
4.2 TRÊS BIOGRAFIAS, TRÊS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO	90
4.2.1 Biografia de Maria	91
4.2.1.1 <i>Socialização: orfandade, mudança de família e convívio com irmãos</i>	92
4.2.1.2 <i>Nova socialização: primeira experiência de institucionalização</i>	96
4.2.1.3 <i>Início da vida adulta: uso de drogas e ingresso na criminalidade</i>	100
4.2.1.4 <i>Perda da liberdade é sentida</i>	104
4.2.1.5 <i>Casamento: “Nosso amor era a tiros e facadas”</i>	106
4.2.1.6 <i>“Você que tá aí sofrendo”</i>	107
4.2.2 Biografia de Marilene	110
4.2.2.1 <i>Socialização: perdas, falta de recursos e violência</i>	111

4.2.2.2 Saída da zona rural, casamento conturbado e cometimento do assassinato	113
4.2.2.3 Necessidade de ser punida: “Me entreguei, assumi tudo”	115
4.2.2.4 Reforço do estereótipo de gênero	118
4.2.2.5 Experiência de liberdade: mudança de comportamento diante da violência	119
4.2.3 Biografia de Renata	121
4.2.3.1 Socialização: doença, morte na família e abusos	122
4.2.3.2 Saída de casa, começo na prostituição e no crime	123
4.2.3.3 Prisão e revolta	125
4.2.3.4 Uso de drogas e envolvimento com crimes mais graves	128
4.2.3.5 Mudança de estratégia: gravidez e planos para a saída	131
4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	133
5 TIPOLOGIA: INTERPRETAÇÃO SOBRE ENCARCERAMENTO	135
5.1 PRISÃO IMPEDE A LIBERDADE	138
5.2 PRISÃO É ENTENDIDA COMO APRENDIZADO	146
5.3 A PRISÃO É INJUSTA	151
5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	157
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

Mais de duas dezenas de mulheres que dificilmente são escutadas sobre suas motivações, interpretações, planos e ambições deixaram registradas suas histórias em forma de entrevistas narrativas para este trabalho. O dado biográfico em comum entre as pesquisadas é a passagem pela prisão, entendida e mostrada de diferentes maneiras. Porém, apesar da variedade de histórias, apresentam muitas vivências semelhantes. São recorrentes na trajetória dessa parcela da população feminina, atualmente formada por 714 mil pessoas no mundo², a violência física e psicológica perpetrada contra elas tanto na infância, como na vida adulta por familiares e companheiros. Falta de proteção, uso de drogas, tentativa de suicídio e morte violenta de parentes próximos são outros temas trazidos durante as horas de gravação. Todas abordaram essas e outras questões conforme sistema de relevância próprio. Para cada uma, foi pedido que contasse sobre a sua vida desde o início, falasse o que sabia sobre a organização da família na época do nascimento, história de pais e avós. Sem limite de tempo ou qualquer interrupção, elas organizaram os relatos da forma como julgaram mais adequada. Informações sobre o passado, interpretadas sob o ponto de vista atual, deram acesso a inúmeras problemáticas da vida cotidiana, individualidades, contexto histórico e social das personagens e do fenômeno estudado: o encarceramento feminino.

Se compararmos com a privação de liberdade de homens, a proporção de mulheres presas é pequena, cerca de 6,9% (WORLD FEMALE IMPRISONMENT LIST, 2018). Contudo, em todos os continentes, a quantidade delas está crescendo consideravelmente. De acordo com o World Female Imprisonment List (2018), o número aumentou 53% entre 2000 e 2016. Isso, no entanto, não pode ser explicado em termos de crescimento populacional global, que variou apenas 21% no mesmo período. O total de prisioneiros também não serve para justificar, já que o percentual de homens encarcerados elevou em torno de 20%.

² A última edição do World Female Imprisonment List mostra que havia 714 mil mulheres presas no mundo, sendo 44,7 mil no Brasil (21,7% para cada 100 mil habitantes), que é o quarto país com maior quantidade de mulheres presas. Mulheres e meninas representavam 6,9% da população presa global. Os números referentes ao Brasil foram obtidos em 2016. Relatório feito pelo governo brasileiro (DEPEN, 2019), mostra um total de 37.828 mulheres presas no ano seguinte (2017).

O Brasil tem uma das diferenças mais alarmantes entre o crescimento de aprisionamento masculino e feminino. Apesar de uma redução de 7,66% no total de mulheres custodiadas entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, indicado no último relatório temático do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) sobre mulheres, divulgado em 2019, a série histórica, iniciada em 2000, mostra um crescimento populacional feminino quase constante. Em 2016, havia 656 mil pessoas a mais em relação ao registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres faziam parte do sistema prisional³. No mesmo intervalo de tempo, a população carcerária masculina cresceu 293%, passando de 169 mil encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016 (DEPEN, 2018).

O crime que mais leva as mulheres às cadeias no Brasil é o tráfico de drogas (DEPEN, 2019)⁴. Além da participação feminina nesse mercado, as leis mais duras para crimes envolvendo entorpecentes – a chamada “guerra contra as drogas” (VALOIS; 2019) – podem ser consideradas como outro fator que condena cada vez mais mulheres à prisão (ARGÜELLO; MURARO, 2015; HELPES, 2013).

Desde o século XIX, a privação de liberdade é adotada como principal resposta à criminalidade, com a crença de que seria o meio mais adequado para reformar a pessoa que comete delitos. Contudo, o método punitivo não tem reduzido a criminalidade, mas provocado consequências negativas sociais e psicológicas (BITENCOURT, 2001). No caso das mulheres, os sintomas são geralmente agravados em razão das expectativas e pressão social. Sob o estereótipo de gênero, elas são consideradas mais pacíficas e não é esperado que corrompam ou cometam irregularidades, atitudes mais associadas aos homens. Quando isso acontece, são condenadas duplamente – primeiro pelo crime e depois por desviarem dos padrões atribuídos a elas (BARCINSKI, 2013; BARCINSKI, 2009; ALMEIDA, 2001; FACHINETTO, 2012). Há ainda a adaptação a sistemas desestruturados em relação ao atendimento das especificidades femininas. Isso agrava a punição, porque a maioria das

³ Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres, quando observamos o número para cada 100 mil habitantes, aumentou em 525% no Brasil, passando de 6,5 mulheres encarceradas para cada grupo de 100 mil mulheres em 2000 para 40,6 mulheres encarceradas em 100 mil.

⁴ Considerando toda a série histórica de 2005 a 2017, o crime de tráfico de drogas totaliza 59,9% dos casos. Em seguida, está roubo (12,90%) e furto (7,80%).

mulheres está em casas prisionais mistas, construídas originalmente para o público masculino (CHIES, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a cadeia feminina tem em sua história a pretensão não só de ressocializar, mas também de adequar as mulheres aos valores em vigor de cada época. Nos séculos passados, era comum que entidades religiosas assumissem a responsabilidade de penalizar as infratoras (BOSWORTH, 2000), enquadrando-as no modelo católico, o qual determinava que deveriam se ocupar dos cuidados com a família e trabalhos domésticos (ARTUR, 2017; ANGOTTI; SALLA, 2018). Mesmo com o passar do tempo, as cobranças sociais não deixam de existir (ARGÜELLO, 2017).

Uma das conclusões do meu Mestrado (2014-2016) sobre a história de mulheres que haviam passado pela prisão foi a ocorrência do reforço do que é esperado para o gênero feminino nos discursos das pessoas entrevistadas. Na época, ainda trabalhava como repórter do jornal Correio do Povo, no qual atuei por sete anos, e tinha estado em presídios para fazer matérias jornalísticas. Precisei aprender, para a realização da pesquisa, uma nova forma de entrevistar, a qual permitia que o pesquisado assumisse o controle da fala, o que era muito diferente do que estava acostumada até então. Com essa técnica aberta e também com a análise, foi possível identificar que o estigma de criminosas e ex-detentas fazia com que as egressas do sistema prisional tentassem comprovar uma mudança de comportamento por causa de um suposto aprendizado vindo do período de encarceramento. Em muitas passagens, as pesquisadas ressaltaram suas qualidades de mães e apontaram os filhos como principal motivo para não voltarem a cometer crimes. A análise com o método reconstrutivo de Narrativas Biográficas das sete entrevistas realizadas para a dissertação considerou informações sobre a trajetória, a apresentação e a interpretação contidas nos discursos. Foram trabalhados três aspectos principais: estigma, o reforço de papéis considerados femininos e aprendizado atribuído à prisão (REIF, 2016).

De maneira geral, as mulheres que cometeram crimes, especialmente as que praticaram atos de violência, se afastam dos valores atribuídos a elas. Uma das hipóteses para as entrevistadas se referirem bastante à maternidade na fase em liberdade como uma das comprovações de permanecerem honestas é a ideia de se adequarem às expectativas. Quando libertadas, os discursos sobre planos e sobre a vivência fora das grades, muitas vezes, reforçam que elas estão se aproximando do que é o esperado do papel estereotipado

do sexo feminino e que a cadeia serviu como divisor de águas para que pudessem repensar suas escolhas e decidirem por serem “honestas”. Assim, essa seria uma estratégia encontrada nos discursos para mitigar o estigma (REIF, 2016)⁵.

Na conclusão da pesquisa, ficaram anotados pontos que poderiam ser desenvolvidos e que necessitavam de um aprofundamento para que pudessem ser respondidas questões a respeito da real participação da instituição prisional no reforço dos estereótipos de gênero, por exemplo, e a necessidade de diferenciar a amostra de entrevistas em tipos. Portanto, era preciso ampliar e diversificar os dados empíricos, assim como incluir o método de observação dentro de uma penitenciária feminina. Por isso, no atual projeto de doutorado, iniciado em 2016, optou-se por manter o tema, porém com aumento do número de entrevistas e incorporação dessa outra técnica de pesquisa.

Depois da reunião de 24 narrativas de presas e ex-presas, o foco escolhido para a tese⁶ foi a interpretação da punição feita pelas entrevistadas. Esse era um evento vivenciado por todas e permitia o entendimento tanto dos significados que davam ao passado e que orientam suas ações presentes, como também ajudava a entender os projetos futuros.

As duas primeiras entrevistas com ex-presas na fase de doutorado foram realizadas quando elas já estavam em liberdade em Porto Alegre. Já as narrativas com 13 detentas e a observação de algumas atividades ocorreram na Penitenciária Feminina Madre Pelletier também na Capital, após um processo de cerca de um ano para a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Pucrs e da Escola Superior de Assuntos Penitenciários do Rio Grande do Sul. A maior parte das entrevistas foi realizada em parceria com meu orientador Hermílio Santos, que investiga o engajamento de mulheres em ações violentas⁷. Outras duas mulheres que haviam sido presas no Reino Unido deram seus depoimentos na Inglaterra, durante meu período de doutorado sanduíche no país

⁵ Minha dissertação de Mestrado “Em Liberdade: Narrativas Biográficas de Mulheres com Experiências de Encarceramento” foi apresentado em março de 2016 e teve a orientação do professor doutor Hermílio Santos.

⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁷ Santos desenvolve o projeto “Mulheres e Violência: Narrativas biográficas de autoras de ações violentas”, financiado pelo CNPq, utilizando entrevistas com jovens apreendidas na Fase e presas. Como a amostra de ambas pesquisas – minha tese de doutorado e o projeto dele – são constituídas pelo mesmo grupo de pessoas, utilizamos as mesmas entrevistas, contudo com objetivo de análise diferente. Enquanto o professor procura a motivação para a violência, eu investigo a interpretação de prisão.

(2018-2019). Na etapa de construção tipológica, somei à amostra as sete biografias utilizadas na minha dissertação, as quais tiveram extrema importância nos contrastes máximos e mínimos. As comparações ajudaram a identificar três tipos de interpretação de prisão.

O primeiro deles diz respeito à compreensão da prisão enquanto uma barreira para a liberdade. Evidentemente essa instituição foi criada e é utilizada para essa finalidade, porém as pessoas que interpretam o cárcere dessa forma passaram a dar muito mais importância à vida que costumavam ter. Com o método narrativo biográfico, que será melhor explicado no terceiro capítulo, foi possível observar, em alguns exemplos de vida, possibilidades de gênese desse significado. Em um dos casos, a entrevistada teve experiência de institucionalização na infância, quando esteve em um orfanato. Praticar atividades ilegais na fase adulta foi uma maneira de ela sentir que tinha controle da própria vida e de estar em posição superior à das vítimas e das autoridades. Ao ser presa, não podia mais vivenciar essas sensações o que a fez optar por não cometer atos que a pudessem levar para a prisão novamente.

O segundo tipo está relacionado a um entendimento de aprendizado na prisão. Esse tema já havia sido abordado no meu texto final de Mestrado. Porém, diferente do objetivo desta tese, que é identificar formas interpretação, o aprendizado havia sido avaliado na dissertação como uma maneira de apresentação das entrevistadas. Ou seja, ficou constatado que elas tinham o interesse de mostrar, durante a entrevista, com a escolha de temas e texto do discurso, que haviam mudado com a prisão e que a experiência tinha contribuído para a opção de não cometerem outras ilegalidades (REIF, 2016). Considerando a avaliação da interpretação, que é o foco da tese, observo que as mulheres que compõem esse tipo entendem que a experiência prisional é uma maneira de aliviar a culpa pelo crime cometido e de procurar um significado produtivo para o tempo de pena. Para elas, a privação teria ajudado uma mudança pessoal, em alguns casos, quase uma redenção. Uma das entrevistas que representa esse tipo considera que merecia a prisão e que, além de uma oportunidade para ela repensar sua vida, aprender e mudar atitudes, a experiência também auxiliou na redução do remorso que sentia pelo que tinha cometido.

No terceiro e último tipo mostrado neste trabalho, há a interpretação de que a prisão é uma pena injusta ou mais dura do que o necessário. Aqui estão entrevistadas que

consideram suas razões para os crimes tão fortes que não deveriam ser punidas com uma pena tão grave quanto a prisão. Por conta desse entendimento, esse tipo, apesar de assumir a culpa, considera-se vítima das situações e do sistema. As consequências para essa interpretação são variadas. Algumas reagem desrespeitando as regras e até cometendo mais crimes. Outras assumem posição conformista como uma estratégia para passar o tempo de privação de maneira harmônica com as outras presas e funcionários, projetando o futuro após a libertação.

Todo o processo de pesquisa desenvolvido para se chegar a esses resultados foi conduzido a partir de paradigmas epistemológicos da teoria social interpretativa. A consideração da interação do sujeito com a estrutura social se mostrou mais adequada para o entendimento do sentido que as mulheres colocam na sua vivência de prisão, a qual está calcada em seu estoque de conhecimento e sistema de relevância – conceitos usados pelo sociólogo Alfred Schütz (2012) – construídos desde o processo de socialização e trocas com o meio social, histórico e geográfico.

Ao considerarmos uma trajetória de vida, os *turning points* – situações determinantes e muitas vezes imprevistas em que o ator precisa mudar o seu roteiro de ação – são momentos da vida em que normalmente as crenças e valores são reavaliados. Essas experiências também trazem ao sujeito novas ferramentas para lidar com as situações que a vida apresenta e ocasiona, invariavelmente, uma certa mudança no modo de agir (ROSENTHAL, 2014a). A situação de encarceramento observada sob esse prisma é um ponto de inflexão na trajetória de uma pessoa que até então tomava ou tomou por uma vez a decisão de vender drogas, matar, ou assaltar, por exemplo. A punição que priva o sujeito da liberdade, independentemente da duração, interrompe qualquer projeto que ele desenvolvia até então. Esses intervalos de tempo em que a pessoa está presa fazem com que pense não só sobre o presente, mas a respeito do passado e do futuro. Martin Endreß e Benjamin Rampp (2014) explicam que as mudanças que causam incerteza, imprevisibilidade e impossibilidade de planejamento resultam em mudanças de interpretação dos sujeitos sobre os processos e acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo em que colocam os indivíduos em posição vulnerável, também obrigam uma reflexão e criação de alternativas para lidar com o inusitado.

Nessa linha, as pesquisas que utilizam biografias têm a possibilidade de mostrar não só o momento de crime ou de prisão, mas como as situações foram

construídas ao longo da trajetória dos indivíduos envolvidos. As experiências relatadas nas entrevistas permitem a compreensão do processo de surgimento de determinadas experiências e seu desenvolvimento.

A perspectiva reconstrutiva de Narrativas Biográficas, desenvolvida por Gabriele Rosenthal a partir da abordagem proposta por Fritz Schütze, que está fundamentada principalmente na teoria fenomenológica de Alfred Schütz, é usada desde a concepção do projeto até a conclusão, considerando o princípio da abertura, base da *Grounded Theory* (GLASER; STRAUSS, 1967), em que o pesquisador não direciona a pesquisa para confirmar ou refutar uma hipótese inicial, mas sim para criar hipóteses a partir do conhecimento dos dados empíricos e análise do material coletado. Como parte da análise da entrevista biográfica, observamos o contexto familiar na época de nascimento das entrevistadas, o processo de socialização e as principais experiências que formam o estoque de conhecimento e orientam as ações. Foram consideradas informações coletivas e individuais. Também foi dada atenção à maneira como elas organizam os temas de sua trajetória durante a entrevista, considerando o sistema de relevância e o interesse de apresentação.

A pesquisa nessa área serve para compreender os motivos que levam as pessoas a infringirem as leis e as interpretações a respeito do tempo em que ficaram presas em uma instituição, sob a tutela do Estado. A busca sobre o sentido que essas pessoas dão para as suas experiências na prisão são pertinentes para a reflexão do modelo punitivo atual e suas alternativas.

Dessa forma, o problema de pesquisa foi delimitado em razão da identificação de um fenômeno social de aprisionamento cada vez maior de mulheres, não só no Brasil, mas em todos os continentes (WORLD FEMALE IMPRISONMENT LIST, 2018), deixando uma pergunta em relação a isso: Como as mulheres passam pelo processo de aprisionamento? Em minha dissertação, tentei responder como viviam a liberdade após essa experiência. Dessa vez, a questão passa a ser relacionada à interpretação da prisão. O objetivo geral, portanto, é:

Compreender como mulheres interpretam experiências de encarceramento.

Nesse sentido, procura-se ainda **a) identificar tipos de interpretação sobre a prisão; b) observar a interação entre sujeito e estrutura (representados por presas e prisão); c) observar as dinâmicas sociais localizadas antes e durante a vivência de encarceramento; e d) identificar o processo de surgimento de experiências de criminalidade e encarceramento e os seus desenvolvimentos.**

Muitos trabalhos já foram realizados no campo das ciências humanas para analisar esse tema e existe uma tradição na sociologia de estudos sobre punição, sua história e efeitos. No próximo capítulo, trago uma breve revisão dos resultados obtidos com essas pesquisas a respeito de prisão em geral, prisão feminina, pesquisas com biografias de mulheres autoras de violência e crimes e as punições sociais e estatais que sofrem em virtude disso. Além disso, reúno trabalhos para mostrar a história e os conceitos sobre o campo estudado. Também há uma breve história das prisões femininas e o contexto em que estão inseridas, incluindo ideal social de família e de mulher. Esta revisão teórica serve para situar o objeto da pesquisa e compreender de que forma vem sendo trabalhado pela academia.

O terceiro capítulo contém a fundamentação teórica da tese, conceitos da teoria social interpretativa e da fenomenologia de Alfred Schütz. Nesta etapa, discuto a relação entre indivíduo e estrutura no contexto das prisões e das relações de gênero. O conceito de *instituição total*, cunhado por Erving Goffman (1961), é repensado a partir de seus usos e limitações. Também são trabalhados nesse capítulo conceitos a respeito da interação do indivíduo e da sociedade, assim como a socialização a partir da leitura de Peter Berger e Thomas Luckmann. Defendo ainda o uso do método reconstrutivo de narrativas biográficas para a compreensão do fenômeno do encarceramento feminino. Além disso, este capítulo contém a descrição da técnica de entrevista aberta e o passo a passo da metodologia para obtenção e análise dos dados.

Na sessão seguinte (capítulo 4), está o resultado do trabalho de campo, com informações sobre as condições das entrevistas e descrição de uma prisão feminina. Também são abordados os pontos em comum nas trajetórias analisadas e a reconstrução biográfica de três delas. Nessa parte, é possível observar os processos de socialização, que incluem as relações familiares e sociais. Também são vistas as interações com o meio prisional, além das motivações e interpretações.

No quinto capítulo, são apresentados os tipos de interpretação sobre a experiência de encarceramento. Foram identificadas três maneiras de compreender essa vivência. O primeiro tipo é definido como "Prisão interrompe a liberdade". O segundo foi intitulado "Prisão é um ensinamento", já o terceiro formulado chama-se "Prisão é injusta". No último capítulo, estão as considerações finais.

A seguir, está, como já mencionado, uma revisão da literatura sobre o tema de pesquisa. O objetivo foi analisar o campo estudado e resultados obtidos em outras pesquisas com mulheres presas, buscando contextos e efeitos.

2 HISTÓRIA DAS PRISÕES E CÁRCERE FEMININO NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Para entender a interpretação de mulheres sobre a experiência na cadeia, é necessário, antes de tudo, compreender o campo pesquisado, a partir de resultados já estudados anteriormente. Por isso, neste capítulo, recupero a história das prisões de forma breve⁸, para que possamos entender a origem e objetivos desse método punitivo. Da mesma forma, procuro mostrar as especificidades da prisão feminina, o contexto de sua criação, buscando na história das famílias a compreensão de estereótipos de gênero ainda presentes. Faço ainda uma revisão sobre os estudos a respeito de mulheres presas.

A prisão passou por um longo processo para ter a forma como se apresenta hoje. Sua origem e desenvolvimento são explicados por mais de uma teoria.

2.1 DAS PUNIÇÕES FÍSICAS AO ENCARCERAMENTO EM MASSA

Na Idade Média, a violência era usada pelas instituições e membros de clãs para solução de conflitos ou como forma de vingança. As primeiras prisões destinadas ao cumprimento de pena de privação de liberdade foram registradas no final do século XVI, mas a universalização desse método punitivo só ocorreu nos séculos XVIII e XIX, quando o movimento iluminista impulsionou a busca pela humanização desses espaços (AMARAL, 2016).

Michel Foucault, Dario Melossi e Massimo Pavarini deram importante contribuição para a pesquisa da genealogia dessa ferramenta de punição. *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2009) e *Cárcere e Fábrica* (MELOSSI; PAVARINI, 2006) analisam o processo de transição das punições de suplício para métodos mais velados na época da ascensão da produção industrial.

De acordo com a ótica foucaultiana, a prisão não era apenas uma resposta ao ato cometido, mas estava inserida “mais profundamente no corpo social, como o poder de punir” (FOUCAULT, 2009, p. 79). Nesse sentido, tornou-se mais comum o seu uso

⁸ A história das prisões já foi amplamente explorada e está disponível em obras como *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2009), *Cárcere e Fábrica* (MELOSSI; PAVARINI, 2006), *História das Prisões no Brasil* (MAIA *et al.*, 2009), *A história da pena de prisão* (AMARAL, 2015) e várias outras.

em razão de uma necessidade de disciplinar de maneira mais eficaz e de exercer poder de forma capilarizada e não mais centralizada como nas monarquias. Para o autor francês, o objetivo das classes que detinham o poder era o controle e utilização dos capturados. É por esse motivo que não se machucava ou destruía o corpo do condenado como era comum na Idade Média, mas o remodelava e o aproveitava (FOUCAULT, 2009).

Existem, no entanto, algumas críticas para esse entendimento da prisão. Para Anthony Giddens, a história das instituições depende das pessoas e suas ações, portanto, o castigo e o poder não são seus agentes (GIDDENS, 1996 e 1998). David Garland reconhece o valor da análise de Foucault, mas afirma que o autor oferece uma base limitada para o entendimento da punição. Segundo Garland, a prisão é muito mais do que um instrumento político de controle e seria um reducionismo ver a história penal puramente em termos de poder. Para o autor, é necessário questionar a teoria para avançar nos estudos sobre o tema. Quando se fala em poder, seria interessante pensar que tipo de poder é esse e como ele é moldado em termos de cultura e moralidade (GARLAND, 1993, p. 173-175).

Entre outras teorias para o surgimento e consolidação da prisão, Norbert Elias oferece uma explicação a partir de um processo civilizador pelo qual a sociedade passou, o qual ele descreve na obra “O Processo civilizador”, publicada originalmente em 1939 em dois volumes. Elias observa que, além de outras mudanças, a sociedade, de modo geral, passou a ser menos tolerante à publicização da violência. O controle que antes era externo foi substituído por uma repressão interna, como resultado da crescente divisão do trabalho e competição social (ELIAS, 1993).

Ao longo dos séculos, as classes mais altas procuraram se diferenciar por meio de certos comportamentos das demais e legitimar uma certa superioridade. Esses refinamentos vão sendo assimilados e incorporados, dando espaço para outros novos. Hábitos à mesa e determinados rituais e práticas de higiene estavam entre eles modificando as ações e as sensibilidades (CORDEIRO, 2017).

A partir da criação dos estados modernos, o monopólio legítimo da força física do Estado retirou dos particulares a prerrogativa de punição, conforme análise de Max Weber (2015). Dessa maneira, foram criados sistemas penais racionalizados e especializados para realizar as punições dentro da legislação de cada delimitação

territorial (ADORNO; DIAS, 2014; CORDEIRO, 2017). As práticas punitivas e de violência passam a ser asseguradas por um grupo de especialistas – que no caso da punição corresponde ao exército, polícia e aparato carcerário – que conduzem as atividades de maneira impessoal e profissional, evitando qualquer envolvimento emocional (GARLAND, 1990).

Ao avaliar as principais teorias em torno da punição, Garland sugere uma abordagem mais pluralista e multidimensional do tema, já que essas são características da sociedade moderna. Garland defende a necessidade de observar o castigo como uma instituição que conduz regras sobre o comportamento dos indivíduos. Como instituição, não está isolada, mas conectada com outras instituições da sociedade (GARLAND, 1993, 281-282).

No decorrer da história, o cárcere sofreu algumas modificações, mas segue empregado como principal medida contra crimes e violência. Durante o período capitalista industrial emergente, até o século XIX, o modelo predominante era o da prisão celular. Segundo Simon (2013), as atividades laborais eram impostas com a intenção de valorizar o trabalho.

No contexto latino-americano da época, o modelo penitenciário usado na Europa e nos Estados Unidos cativou um pequeno grupo que iniciou debates públicos em torno da reforma penitenciária na década de 1830. Em meados do século XIX, foram construídas novas casas de detenção, seguindo padrões considerados mais humanitários. Além de servirem para a intervenção maior do Estado no controle social, também contribuíam para a imagem de modernidade que se queria passar. Contudo, a implementação dessas prisões foi exceção em meio a um grande número que continuava como as unidades vistas no período colonial. Elas abrigavam a maioria dos detentos onde era corrente o uso de formas de castigo tradicionais, com uso da violência (AGUIRRE, 2009).

No período pós-independência, os países latino-americanos ainda mantinham estruturas excludentes, racistas e autoritárias, com formas opressivas de controle social e laboral, incluindo a escravidão, a peonagem e a servidão. Até, pelo menos, a década de 1940, as prisões não ofereciam as condições humanas, nem ocupavam lugar central nas estratégias de controle na América Latina (AGUIRRE, 2009).

O período entre o final da década de 1960 e início da de 1980, registrou transformações econômicas e sociais em boa parte do mundo. Nos países considerados desenvolvidos, os índices de criminalidade estavam estáveis até os anos 1970. Os gestores de políticas de contenção começaram a perceber a sociedade como responsável pelos desvios da lei. Por esse motivo, a sociedade era também responsável por ressocializar os desviantes (SALLA, GAUTO, ALVAREZ, 2006). Apesar de ainda presente, a prisão foi deslocada do centro de penalidade para dar espaço a novas instituições penais, incluindo a suspensão condicional da pena, a liberdade condicional e a justiça juvenil. Ao invés de isolar o criminoso num espaço de controle total, as três novas instituições passaram a ser usadas como forma de punir. Jonathan Simon (2013) observa que essa etapa, entre o fim do século XIX e meados do século XX, representou um rearranjo dos campos legal e organizacional, propiciando o desenvolvimento de novas práticas.

Contudo, a realidade de países como os latino-americanos era outra. No Brasil, a ideia de direitos humanos para os presos e a percepção deles como detentores de direitos só foi contemplada na legislação criminal na época de redemocratização do país, nos anos 1980. Isso ocorreu tardiamente, pois os conceitos já estavam em decadência em outras partes do mundo e eram suplantados por novas formulações (TEIXEIRA, 2006, p. 167).

Essa decadência ocorreu antes da década de 1980 em razão de uma mudança no entendimento pela sociedade ocidental sobre as causas dos crimes e as punições para eles. A ideologia de reabilitação dos criminosos já não era mais prioridade e, dessa forma, a política se tornou cada vez mais severa no controle dos presos. As medidas tinham foco no endurecimento das leis e das penas, o que fez aumentar a população encarcerada (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006).

Nessa década, as pesquisas brasileiras mostravam um sistema penitenciário conflituoso, com ocorrência de motins e rebeliões, marcados por alto grau de violência, incluindo morte de presos, especialmente, por repressão do Estado. As más condições carcerárias e corrupção também estavam presentes (ADORNO; DIAS, 2013, p. 13).

Luiz Antônio Bogo Chies (2013) reflete sobre as contradições entre os discursos e as práticas nessa área, além das diferenças entre os países. Em cada sociedade, segundo o autor, a questão carcerária se mostra nas intersecções das esferas da política

penal, criminal e social. Ela se manifesta por meio de expressões teóricas e concretas refletindo os paradoxos entre o que se pretende ou se promete fazer e o que realmente se aplica (CHIES, 2013, p. 16).

Os últimos trinta anos corresponderam a uma tendência de encarceramento massivo e criação de prisões de segurança super-máxima (SIMON, 2013). O modelo é implantado principalmente nos Estados Unidos, com uma ruptura de práticas do período anterior. No entanto, esse não é necessariamente o rumo pelo qual o resto dos países avançados está seguindo, conforme Simon (2013).

As prisões de segurança máxima são norteadas pela disciplina (AMARAL, 2016, p. 55). Baseiam-se na prática do confinamento solitário, o qual emergiu como uma parte da prática das penitenciárias disciplinares e continuou a ser usado como uma sanção mais selecionada nas prisões do *welfarismo penal*. A prisão de alta segurança, porém, dá um passo adiante do confinamento solitário, como uma técnica episódica e individualizada, e estabelece uma técnica rotineira e generalizada com prisões inteiras projetadas a manter todas suas populações em confinamento solitário (SIMON, 2013). O sujeito penal da supermax (prisão de segurança super-máxima) é visto como uma forma de risco extremo e imutável, tal qual o representado por um terrorista ou por um assassino serial. O monitoramento eletrônico e o rastreamento por satélite são usados para conter o risco (SIMON, 2013).

É uma tendência identificada em vários países. Desde os anos 1990, verifica-se um movimento de massificação do uso da pena privativa de liberdade em todo o mundo, marcado “pela superlotação e aniquilação do objetivo ressocializador, que por sua vez dá causa a um clima social-penitenciário deteriorado” (SIMON, 2013).

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, que avaliou as causas e efeitos da demanda punitiva no Brasil, observa que as consequências do encarceramento em massa e as precárias condições carcerárias, verificadas no Brasil, apontam para a necessidade de encontrar outros caminhos para o equacionamento da questão criminal, que dependem da capacidade de diferentes atores sociais construírem cotidianamente alternativas relacionadas a ideias de transformação, emancipação e inclusão social (AZEVEDO, 2009).

No Brasil, o fenômeno do encarceramento massivo está acompanhado da presença de facções criminosas em praticamente todas as instituições do sistema. Sérgio Adorno e Fernando Salla (2007) ressaltam que a criminalidade organizada no país ainda guarda certas diferenças em relação a outros lugares do mundo, que apresentam normalmente componentes étnicos e raciais para formar laços entre os grupos. A identidade de grupos brasileiros está mais relacionada ao tipo de atividade criminosa e filiação social. No Brasil, a massa carcerária é, em sua grande maioria, composta por pobres, com poucos recursos pessoais, suscetíveis às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas. Muitos acabam cooptados pelas lideranças da criminalidade organizada (ADORNO; SALLA, 2007, p. 14-16).

A delegação de tarefas para os detentos e organizações criminosas para a obtenção de cooperação mínima é outra especificidade do Brasil. O resultado é a perda da capacidade de controle da população prisional pelo Estado. Ao mesmo tempo, abre espaço para o desenvolvimento de um sistema de punições extraoficial, que inclui regras superpostas às regulamentações institucionais, complementado-as ou substituindo-as, impondo um rigor muito maior à disciplina carcerária (DIAS, 2011, p. 215-216).

A história da prisão para mulheres está inserida em todas essas fases e contextos com algumas especificidades. Antes do século XIX, havia relatos de presas dividindo espaço com homens e muitas obrigadas a se prostituírem (ZEDNER, 1995). O primeiro presídio destinado para mulheres data de 1645. O *The Spinhuis*, em Amsterdã, recebia prostitutas, criminosas, além de meninas e adultas que não obedeciam aos pais ou aos maridos (ANGOTTI, 2018). Esse modelo foi reproduzido em outros países europeus. O *Hôpital Salpêtrière*, em Paris, por exemplo, atuava com o mesmo objetivo. Com algumas diferenças de ideologia em sua administração, a reforma de mulheres vigorou de 1884 a 1916 com métodos de punição e recompensa calcados no trabalho e na religião (BOSWORTH, 2000). A relação da igreja católica com as penalidades que visavam a reforma das mulheres faz parte da história de muitos países, incluindo a França, a Argentina, os Estados Unidos e o Chile.

2.2 PRISÃO FEMININA COMO FERRAMENTA PARA ADEQUAÇÃO MORAL

Assim como na Europa, a história dos presídios femininos na América Latina está relacionada com freiras católicas, que ficaram com a responsabilidade de gerenciar

boa parte desses estabelecimentos. Como já faziam tradicionalmente por séculos, as irmãs da Congregação Bom Pastor D'Angers⁹ que veio para o Brasil, por exemplo, tinham a intenção de regenerar moralmente as mulheres consideradas desviantes e pecadoras, denominadas “madalenas” (ARTUR, 2017; ANGOTTI; SALLA, 2018). Essas ex-prostitutas, consideradas promíscuas, ou condenadas por leis penais ficavam abrigadas em conventos para aprender afazeres domésticos, estudar a bíblia e trabalhar.

Até a década de 1940, as condenadas no Brasil cumpriam pena em cadeias mistas, onde frequentemente dividiam celas com homens (QUEIROZ, 2015). O Código Penal de 1942 previa a separação física entre os gêneros em reclusão de liberdade¹⁰. Essa e outras determinações foram originadas nos debates sobre o sistema na época. Antes disso, não existia nenhuma lei que determinasse isso. Dessa forma, dependia da autoridade local a organização dos presos conforme as condições físicas das instituições (ARTUR, 2009).

Porém, um pouco antes, em 1937, já havia sido criado em Porto Alegre o Reformatório de Mulheres Criminosas, que passou a ser administrado pela congregação citada anteriormente. Foi o primeiro estabelecimento exclusivamente feminino, que depois passou a ser o Instituto Feminino de Readaptação Social. O serviço católico foi contratado também pelas administrações do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda que a partir da proclamação da República em 1889 tenha se instituído a separação de Estado e igreja (CURY; MENEGAZ, 2017; ANGOTTI; SALLA, 2018).

Na primeira fase das irmãs do Bom Pastor em Porto Alegre, iniciada em 1936, “criminosas” que anteriormente eram destinadas à Casa de Correção, passaram a ir para a Escola de Reforma, sob administração das religiosas. Com um número maior de vagas, mas com o mesmo propósito da instituição, o reformatório de mulheres criminosas, de 1940, foi a segunda fase da congregação Bom Pastor na capital do Rio Grande do Sul. Já em 1950, ocorreu a terceira fase com Instituto Feminino de Readaptação Social (1950) que recebia não só condenadas, mas órfãs encaminhadas pelo juizado de menores de todo o Estado e meninas consideradas indisciplinadas entregues por familiares. O local ainda era um convento para formação de freiras e asilo para senhoras. Na quarta e última fase

⁹ A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor foi fundada pela madre Maria de Santa Eufrásia Pelletier, em 1835, na cidade de Angers, na França (ARTUR, 2017, p. 100).

¹⁰ Decreto n. 2848, de 07 de Dezembro de 1940, artigo 29º, parágrafo 2º.

de administração das Irmãs do Bom Pastor, é que começou a funcionar, na década de 1970, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, apenas como prisão feminina, recebendo mulheres que aguardam julgamento ou já haviam sido condenadas pela Justiça (KARPOWICZ, 2016, p. 11).

Quando assumiram as prisões no Brasil, as freiras tinham autonomia para educar e enquadrar as penitentes em padrões morais da época, com educação básica, não muito além da alfabetização, ensinamentos católicos e domésticos, como lavar, passar e bordar. O método era baseado em punições e recompensas com o objetivo de incorporar noção de bem e de mal e valorização do trabalho. Tudo isso ocorria em harmonia com o Estado, que tinha o objetivo de promover uma domesticação do regime penal (ARTUR, 2017, p. 112). Estas instituições prisionais administradas pela Congregação Bom Pastor d'Angers ao longo do século XX buscaram a docilidade dos corpos destas mulheres através de uma rígida disciplina, imposta por regulamentos com horários e tarefas bem definidas (KARPOWICZ, 2016, p. 13). A justificativa para a ênfase ao ensinamento e promoção de serviços domésticos era futura libertação das encarceradas e suposta garantia de empregabilidade com esses dotes (ARTUR, 2017, p. 186). Como a mulher desviante também era considerada um “desvio dos papéis femininos socialmente esperados, a educação para uma ética cristã e de salvação moral parecia, no momento, a mais adequada às expectativas da função do cárcere para mulheres” (ANGOTTI, 2018).

Ainda que desde 1980 as prisões já não estejam coordenadas por congregações religiosas, ainda há referências remanescentes. A cada novo estudo, percebe-se o quanto tais instituições impactam a realidade social e são igualmente impactadas por transformações sociais (ARTUR, 2017, p. 189). Durante o cumprimento da pena, ainda hoje são impostos valores relacionados à docilidade e à domesticidade (ESPINOZA, 2004, p. 52).

A adoção dessas práticas na tentativa de adequar as mulheres a valores relacionados à docilidade está em consonância com o imaginário feminino que foi construído historicamente. Podemos compreender melhor isso a partir de trabalhos sobre família.

2.3 IDEAL DE MULHER: ESTIGMA DE EGRESSAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO QUE CONTRARIARAM MODELOS CONSTRUÍDOS HISTORICAMENTE

O modelo de família monogâmica e patriarcal passou a ser um ideal almejado a partir do século XIX no Ocidente. Contudo, a demanda pelo desempenho dos papéis tradicionais – pai, mãe e filhos – continua a existir, até mesmo em novos modelos de grupos familiares (KEHL, 2003). A mobilidade das configurações familiares observada a partir da década de 1960 vêm causando um anseio e alimentando um discurso de que os problemas sociais vividos atualmente no Brasil têm origem na dissolução do modelo nuclear (KEHL, 2003).

As análises decorrentes do meu mestrado, feitas a partir de entrevista narrativas biográficas com sete egressas do sistema penitenciário, constataram que mulheres que tinham desviado tanto da lei como dos estereótipos femininos apresentavam um estigma por não ter correspondido ao que se esperava delas¹¹. Dependendo da cultura, da classe e do contexto histórico, a estrutura social determina uma série de funções para o homem e para a mulher, como adequadas ou naturais (MARODIN, 1997, p. 9). A cristalização de discursos e representações acerca da passividade e delicadeza foram muito recorrentes ao longo da história, no que tange à identidade atribuída às mulheres (PRIORI, 2011, p. 195). Por isso, quando cometem um crime, elas estariam assumindo um lugar reservado ao homem, que é mais associado à violação da ordem estabelecida (FRANÇA, 2014, p. 223).

Em seus relatos, as sete mulheres com passagem pelo presídio (duas por homicídio e cinco por tráfico) expressaram uma necessidade de comprovar honestidade. Elas fizeram isso reforçando alguns estereótipos do sexo feminino. As entrevistadas usaram boa parte dos seus discursos para falar, por exemplo, de como eram boas mães. Argumentaram que a maternidade passou, inclusive, a ser uma motivação para não reincidir nos crimes cometidos. Foi possível compreender que elas fizeram esforço para transmitir que, se antes estavam afastadas dos “papéis femininos”, a punição com privação de liberdade fez com que se “corrigissem” e voltassem ao comportamento esperado para as mulheres: serem mães, preocupadas com a família (REIF, 2016).

¹¹ Para minha dissertação de Mestrado “Em Liberdade: Narrativas Biográficas de Mulheres com Experiências de Encarceramento”, entrevistei sete mulheres com passagem pela prisão, entre 2014 e 2015.

A conduta criminosa ou violenta incapacitaria o desempenho de papéis de esposa, cuidadora, mãe e pessoa referência do lar (RODRIGUES, 2012, p.17). Muitas vezes é atribuída alguma patologia, além de culpas, quando não demonstram habilidade ou desejo de ter e cuidar dos filhos. Isso porque existe um ideal feminino caracterizado pela maternidade, considerando as mulheres como biologicamente destinadas a serem mães (BARCINSKI *et al.*, 2013, p. 90). Ainda que o determinismo biológico não seja mais explicação recorrente para a criminalidade e já sejam considerados paradigmas psicossociais, elementos normativos e essencialistas continuaram a permear as tentativas de entendimento de crimes femininos (RATTON, GALVÃO, 2016).

Assim, a cadeia ainda funcionaria para transformar e enquadrar a mulher em modelos tradicionais, entendidos de acordo com padrões sexistas, conforme o caráter reabilitador do “tratamento”. Procura-se restabelecer o papel social de mãe, de esposa e guarda do lar, fazendo a mulher presa aderir a esses valores (RODRIGUES, 2012, p.18).

Essa prática de ajustamento das mulheres é verificada mesmo em instituições que abrigam autoras de ato infracional com menos de 18 anos. A dissertação de mestrado de Rochele Fellini Fachinetto (2008), a qual investigou uma unidade de atendimento sócio-educativo em Porto Alegre, mostrou o propósito institucional de transferir valores condizentes com o padrão feminino aceito socialmente para as meninas internas, diferente do que é verificado nos locais destinados aos meninos (FACHINETTO, 2008). Fachinetto observou que a casa ofertava projetos nas áreas de lavanderia e culinária, em que as participantes eram responsáveis por lavarem as roupas de funcionários e de meninos internos da unidade masculina da Fase, demonstrando o objetivo de construir nas adolescentes o modelo de mulher.

Mesmo com as transformações familiares observadas a partir dos anos 1950, o modelo nuclear, em que homens e mulheres têm papéis muito bem definidos, é de certa forma cobrado e também buscado. A nostalgia, identificada por Maria Rita Kehl (2003), é, sobretudo, uma necessidade de recuperar uma ideia de segurança na representação das responsabilidades e comportamentos desempenhados por homens e por mulheres que assegurariam uma educação adequada aos filhos e, com isso, uma sociedade organizada e distante de problemas como violência, delinquência juvenil e drogas, por exemplo. Contudo, conforme Kehl, esse modelo de família não é o que garante a ordem social e

harmonia de seus membros. Ao contrário, foi “laboratório de neuroses” e de renúncias – sexuais e emocionais –, que causaram grandes transtornos.

Diferente do que muitas vezes é ressaltado pelo senso comum, os papéis de gênero nem sempre foram esses que conhecemos e não são resultado natural das diferenças entre os sexos. A pesquisa contemporânea em biologia rejeita os argumentos hormonais para justificar comportamentos agressivos ou passivos, por exemplo. Os estudos mostram que a biologia é um componente dinâmico e não um determinante (MOORE, 1997). Dessa forma, o indivíduo é entendido como resultado de interações entre o meio biológico e social. Portanto, segundo Henrietta Moore (1997), não pode existir um sentido unitário de mulher e homem. A posição e importância dos dois sexos na família tem relação com a cultura e o contexto histórico.

Assim como outras instituições, a família tradicional brasileira, como conhecemos, foi resultado de uma construção histórica recente, muito influenciada pelo modelo europeu. Em a “História Social da Criança e da Família”, Philippe Ariès (1981) mostra que a vida, até o século XVII, era vivida em público. A densidade social não deixava lugar para a família. Somente a partir do século XVIII é que a família se estendeu à medida que a sociabilidade se retraiu. Gradativamente, foram sendo substituídas as antigas relações sociais de vizinhança, de amizades ou de tradições pela intimidade da vida privada (ARIÈS, 1981, p. 191).

No caso específico do Brasil, ainda na fase colonial, foi importada a fé católica e também o anseio mercantil de constituir contingentes populacionais que habitassem as novas terras (DEL PRIORE, 2003). Dessa maneira, era incentivada a multiplicação das famílias, sempre com a ideia de normalizar a sexualidade dentro do casamento. O núcleo familiar seria, assim, o eixo irradiador da moral cristã.

Como parte desses propósitos, foi preciso criar uma representação ideal da mulher para casar. E membros da igreja se esforçaram para formar, fora das elites, uma mentalidade de valorização da castidade, já que, nas camadas mais pobres, certas noções como virgindade, casamento e monogamia não estavam ainda incorporadas. Durante o Brasil Colônia, embora as mulheres conhecessem a importância dada ao matrimônio, preferiam viver em parcerias conjugais, baseadas na oportunidade e ocasião. Esses arranjos eram formados a partir de regras e costumes que, por sua vez, eram influenciados

pelas condições materiais e pelo nível de insegurança econômica presente naquele contexto (DEL PRIORE, 2003, p. 22). O discurso sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres, imposto de cima para baixo, sobretudo a partir do século XVII, expressa-se por uma apologia às qualidades femininas. Assim era mais viável manter as mulheres dentro de um modelo único no qual ela deveria ser casta, pura e obediente ao homem (DEL PRIORE, 2003, p. 22).

A “degradação dos costumes” já era lamentada no final do século XIX no Brasil, principalmente com a chegada de novos imigrantes europeus. Os trabalhadores que vinham para atuar em fábricas do Sudeste do país traziam, além de seus costumes, considerados bárbaros, também a tradição sindical e de luta de classes (RAGO, 1985, p. 11). Nessa época, entre 1890 e 1930, além da igreja, a burguesia começou a utilizar técnicas para disciplinar os funcionários até esses valores chegarem em suas famílias. Aliado a isso, havia a inserção dos médicos e outros profissionais nos grupos familiares divulgando a necessidade de higiene e também da presença das mães dentro de casa. Havia ainda uma valorização da privacidade, a exemplo do que ocorreu na Europa, muito bem documentado por Ariès (1981). Ao mesmo tempo, eram reprimidas festas, bebedeiras, etc, assim como a participação das mulheres na vida pública.

Entretanto, essa representação de modelo de família e de mulher, nem sempre era adotada por todas as camadas da sociedade, como apontaram Mary Del Priore (2003) e Cláudia Fonseca (1997). De acordo com a primeira, o retrato da mãe jovem, matrona, branca e desgastada pelas inúmeras gestações não condiz com a maioria das mulheres no Brasil colonial (DEL PRIORE, 2003, p. 73). Estudos revelam que as famílias do passado eram constituídas por poucos filhos e diferentes do modelo patriarcal característico das elites nordestinas, normalmente formada por grupos grandes. A historiadora explica que a mortalidade infantil reduzia o número de crianças e boa parte delas era abandonada. Fora isso, havia ocorrência de abortos e infanticídios (DEL PRIORE, 2003, p. 74).

As mulheres pobres tinham dupla jornada de trabalho, doméstico e extra lar, e tinham que conviver também com a ausência de companheiros. A rotatividade de crianças era enorme, principalmente das que haviam nascido fora do casamento, o que era muito comum na época. Pesquisando o início do século XX, Fonseca (1997) apontou que a instabilidade econômica e o desemprego faziam os homens se mudarem em busca de oportunidades. "Abandonadas", as mulheres não tinham outra alternativa senão

trabalhar, ou casar de novo. Em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar da miséria (FONSECA, 1997, p. 515-516). O número de casamentos informais era muito alto, o que mostra que existia um enorme descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria de pessoas da época (FONSECA, 1997, p. 531). Porém, algumas recorriam à essa moralidade até mesmo para reivindicar algo na Justiça, por exemplo:

Admira-se, hoje, como esses fofoqueiros do senso comum mantinham a ficção da normalidade, como conseguiam acreditar e convencer os outros de que cada nova transgressão à moral familiar apresentada na justiça era um desvio pontual, uma exceção à regra. Como podiam ignorar que toda uma classe de domésticas "vivia na rua" sem necessariamente ser "sem moral", que muitas meninas saíam a dançar nos bailes populares sem cair na prostituição? Que era possível a mulher separar-se e "casar" de novo sem ser meretriz. Os pecados imputados à mulher pelos advogados de seu marido, em muitos casos, não eram mais do que a prática cotidiana da massa de trabalhadoras. Na realidade, temos impressão de que se sabia dessas práticas e tolerava-as no dia-a-dia. Porém, a "moralidade oficial" agia como arma de reserva para certas categorias de indivíduos - burgueses e/ou homens - estigmatizar outra - pobres e/ou mulheres - na hora do conflito (FONSECA, 1997, p. 526).

O ideal burguês de família nuclear, portanto, não estava integralmente consolidado nas camadas mais pobres, mas as dinâmicas começaram, aos poucos, a convergir para o foco nas crianças, explica Fonseca (1997). Novas ciências, como a Psicanálise, a Pediatria e a Psicologia, se dedicaram a estudar os problemas da infância. Passou-se a reconhecer essa fase da vida como uma etapa que inspira cuidados especiais. A necessidade de cuidar e educar os filhos exigia que as mães estivessem dentro do lar, também para administrar as recomendações médicas (RAGO, 1985). Esse contexto influenciaria o mito do amor e do instinto maternos.

2.3.1 Maternidade e o ideal feminino

O discurso médico conduziu as mulheres, ao longo da história recente, ao território doméstico. Entre as justificativas estavam o instinto natural e o sentimento de responsabilidade de sociabilidade das crianças por parte das mães (RAGO, 1985, p. 75). A proposta dos profissionais da saúde era de que as mulheres fossem convencidas de sua

vocação para a maternidade. Isso contribuiria para a diminuição do abandono infantil e aumento do aleitamento materno, que era comumente tarefa de nutrizes.

A valorização do papel materno difundido pelo saber médico desde meados do século passado procurava persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua “vocação natural” (RAGO, 1985, p. 79).

Apesar de tantas transformações sociais, esse ideal feminino segue sendo evocado nas últimas décadas. Em outro trabalho de Cláudia Fonseca (2004), é trazido o exemplo de organizações populares de Porto Alegre em diferentes aspectos. Um deles é a importância da reputação das mulheres. Na década de 1980, quando a pesquisa foi realizada, o orgulho feminino dependia do reconhecimento de suas capacidades como mãe e dona de casa. Fonseca presenciou inúmeras demonstrações de orgulho da maternidade. Um exemplo disso é que, quando uma mulher quer atacar a outra, geralmente o faz criticando as capacidades como mãe (p. 31-32).

As falas no Tribunal do Júri analisadas na tese de Rochele Fellini Fachinetto, publicada em 2012, também elucidam a expectativa de associação das mulheres à maternidade. A autora analisou os ritos dos julgamentos no Foro Central de Porto Alegre de homens que mataram mulheres e mulheres que mataram homens, buscando entender os aspectos das relações de gênero evocados para fundamentar o trabalho de advogados, promotores e juízes. Ficou claro que esses papéis assumem importância central na construção de uma defesa ou de uma acusação tanto de homens como de mulheres. O fato de um homem não ser o provedor e pai de família é ressaltado em sua acusação, por exemplo, assim como a conduta sexual promíscua das mulheres. Para Fachinetto, a evocação aos papéis de gênero retoma uma dimensão de vitimização das mulheres, associado a um discurso da fragilidade (FACHINETTO, 2012, p. 354).

Após serem condenadas, punidas e libertadas, as egressas entrevistadas em minha dissertação, já citada anteriormente, têm o interesse de dizer que estão correspondendo a essas expectativas que foram demonstradas também pelo sistema punitivo. As pesquisadas relatam que estão cuidando dos filhos e cumprindo a responsabilidade esperada.

Na história de mulheres encarceradas, perpassa o processo de estigmatização. Costuma-se atribuir a elas adjetivos do tipo: más esposas, mães más, mulheres sem alma. Geralmente, quando se pensa em pessoas más, costumamos excluir, dessa definição, as mulheres e, principalmente, mães. No entanto, a mulher que desvia é vista, normalmente, como alguém que possui muita maldade (FRANÇA, 2014, p. 222). A expressão “mulher encarcerada” remete a uma representação individual e derivada de um contexto social, histórico e cultural que atribui à mulher um conjunto de estigmas (RODRIGUES, 2012, p.17). Quando comete um crime, por exemplo, elas estariam assumindo um lugar reservado ao homem, que é mais associado à violação da ordem estabelecida. A resposta social às mulheres que fizeram crimes, portanto, acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223).

Todas entrevistadas para a minha dissertação de mestrado, já mencionada anteriormente, mencionam a questão da maternidade. Isso porque se cobra que mulheres tenham o suposto “instinto materno”, mencionado anteriormente. Conforme bibliografia sobre o assunto, é comum que queiram corresponder a isso, já que ainda é conferida às mães espaço respeitável na sociedade, mesmo que tenham ocorrido mudanças culturais nesse sentido. A maternidade é entendida como central na identidade da mulher. Dessa forma, a tendência é reforçar o desejo de ser uma boa mãe, principalmente na prisão (BARCINSKI; CÚNICO, 2014, p. 65-66).

É por aí que podemos explicar porque muitas das prisões femininas foram instaladas em conventos, com a finalidade de induzir as mulheres "desviadas" a aderir aos valores de submissão e passividade (ESPINOZA, 2004). Apesar de essas casas prisionais não serem mais gerenciadas por entidades religiosas, ainda existe o objetivo de encaixar as mulheres em modelos tradicionais.

Quando retornam para o convívio misto – como define Goffman (1988) –, as egressas carregam a marca de terem passado pelo presídio e isso as diferencia de outras pessoas, especialmente das que fazem parte da mesma categoria de gênero, já que, como foi mencionado anteriormente, a expectativa em relação ao sexo feminino não envolve cometimento de delitos, por exemplo. Na interação com os que não têm passagem pela prisão, é esperado que os ex-presos sejam reincidentes. Isso porque seriam percebidos como pessoas desonestas ou de vontade fraca (GOFFMAN, 1988, p. 14). Nesse sentido, quem carrega o atributo de egresso pode tentar corrigir o “defeito” (GOFFMAN, 1988,

p. 18), ou ressaltar características e comportamentos esperados para a categoria de que faz parte.

Para Howard Becker (2009), basta cometer um único crime para ser rotulado de criminoso. A partir daí, presume-se que esse sujeito seja alguém que sempre irá desviar das leis. Outras entrevistadas da dissertação também deram ênfase ao lado maternal, acrescentando ainda a questão do trabalho como forma de se aproximar da representação de honestidade – nesse caso, especialmente as que foram presas por tráfico e que teriam ingressado no crime para obter recompensas econômicas (REIF, 2016).

Como vimos, a sociedade cria expectativas do que é desempenhar papel de mulher. Esses ideais estão ancorados na trajetória histórica. Normalmente, o estereótipo de mulher está associado ao fato de ser passiva, amável, dócil e maternal. São estabelecidos meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria (GOFFMAN, 1988, p. 11-12). Dessa forma, quando a mulher se afasta dessas representações esperadas do sexo feminino, é estigmatizada.

As mulheres que cometeram crimes, especialmente as que praticaram atos de violência, se afastam do estereótipo de mulher. Uma das hipóteses para as entrevistadas se referirem bastante à maternidade na fase em liberdade como uma das comprovações de que se adequaram às expectativas. Quando libertadas, os discursos sobre planos e sobre a vivência fora das grades, muitas vezes, reforçam que elas estão se aproximando do que é o esperado do papel estereotipado do sexo feminino e que a cadeia serviu como divisor de águas para que pudessem repensar suas escolhas e decidirem sair do crime. Nesse sentido, é preciso considerar um processo ativo de utilização por parte de presas e ex-presas de construções sociais normativas relacionadas à feminilidade. Isso seria uma estratégia para evitar associações com identidades estigmatizantes como “loucas, más, violentas ou criminosas” (RATTON, GALVÃO, 2016, p. 39).

Uma das explicações para o que foi expressado em parte das entrevistas é que, no caso das mulheres, uma forma de demonstrar que não voltarão a cometer delitos é que estão dando prioridade para os filhos. Apesar da mobilidade das configurações familiares observada a partir da década de 1960, a família nuclear tem sido cada vez mais valorizada, como ocorre com todos os bens sujeitos à escassez. O modelo patriarcal é idealizado,

criando uma dívida permanente e impagável que pesa sobre os membros das famílias que se desviam (KEHL, 2003). No caso de pessoas que desviaram não só da representação de papéis de gênero, mas também das leis, o impacto é ainda maior, o que alimenta o discurso de que os problemas sociais vividos atualmente no Brasil têm origem na dissolução do modelo tradicional (KEHL, 2003).

2.4 AS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Até o início da década de 1970, a maior parte dos historiadores, sociólogos e especialistas na Justiça criminal ignoraram o tema prisões femininas e suas ocupantes. Como o número de mulheres sempre foi muito menor do que o de homens presos, parte dos autores consideraram a pesquisa sobre elas irrelevante ou assumiram que não era necessária uma análise sobre as especificidades do gênero, assumindo que os efeitos sobre ambos gêneros era similar, ou não necessitasse de investigação (RAFTER, 1983). Contudo, o interesse acadêmico começou a crescer a partir daquela década. As publicações sobre problemas enfrentados pelas presas, discriminação de gênero e história de prisões femininas nos Estados Unidos, além de pesquisas sobre maternidade no contexto penitenciário demonstraram que o encarceramento de mulheres e as instituições destinadas a elas merecem uma atenção especial, pois esse sistema não é simplesmente uma réplica menor do destinado aos homens (RAFTER, 1983).

O desenvolvimento histórico, estrutura administrativa e técnicas disciplinares são diferentes, resultando em experiências diversas para as presas. As constatações contradizem a visão de que o sistema prisional tem uma única história. Diferenças também têm implicações políticas, demonstrando a possibilidade de abordagens alternativas à punição e reforma. Os estudos nessa área indicam uma área frutífera para a pesquisa da história das mulheres (RAFTER, 1983).

No Brasil, a pesquisa nessa área só começou a aparecer com as primeiras publicações sobre prisões femininas feitas por Elça Mendonça Lima (1983) e Julita Lemgruber, cuja primeira edição de seu livro foi publicada em 1983. No final da década de 1970, Lemgruber se propôs a desvendar o universo prisional feminino, observando regras, limitações e ligações com o mundo exterior. Durante dois anos, manteve contato

com as internas do Instituto Penal Talavera Bruce, observando atividades diárias e conversando informalmente com elas e realizando entrevistas. Além de descrever a estrutura, a dinâmica e a rotina do local, a autora avaliou várias dimensões da vida em privação de liberdade, como a sexualidade e o trabalho. Conforme sua análise, os encarcerados vivenciam uma série de privações, injustiças e arbitrariedades, incluindo violência policial e do aparato jurídico. A prisão funcionaria como método estigmatizador, que limita a vivência do futuro próximo, segundo sua análise.

Nos anos 2000, os estudos no Brasil sobre encarceramento de mulheres começaram a tomar corpo (SALLA, ANGOTTI, 2018). Na última década, um dos focos mais recorrentes dados pelos autores de pesquisas sobre mulheres presas é a maternidade (CRUZ, 2015; BRAGA, 2015; FRANÇA; SILVA, 2015, DIUANA *et al.*, 2017; FRANÇA, 2013). São trabalhos publicados principalmente nas áreas das Ciências Sociais, Direito e Psicologia. Um deles é a tese de Daniela Canazaro de Mello (2014), que mostra a existência de características inerentes ao processo de reclusão, independentemente dos contextos sociais, culturais e políticos. Foram encontradas semelhanças no processo de maternidade na prisão de mulheres no Brasil e em Portugal. Mello apontou uma tendência a relação de dependência mútua, o que pode prejudicar o desenvolvimento das crianças. Também encontrou inversão parcial de responsabilidades entre mães e filhos, em que as mulheres atribuem papel de suporte emocional à criança. Além disso, Mello destaca um fator protetivo da prisão, em razão da vulnerabilidade apresentada por algumas mães do lado de fora. Na amostra, o contexto prisional ajudou as mulheres a interromper o uso de drogas, por exemplo, e também a ter mais suporte durante a gestação. A maternidade é vista ainda como elemento para elevação do status dentro da cadeia, contribuindo na mudança para uma ala melhor, por exemplo, e aumento do respeito em relação às agentes e outras presas.

Na tese de Leni Beatriz Correia Colares (2011), consta a maternidade como fator que separa mulheres consideradas boas e más, merecedoras ou não da punição, sendo esse um valor compartilhado entre presas e agentes penitenciários. Em sua pesquisa, identificou ainda uma mudança na dinâmica do presídio feminino no Brasil, em razão do aumento da presença da mulher no tráfico. Muitas pesquisas discutiram o ingresso feminino no presídio por conta dessa atividade (CARVALHO, 2007; CARVALHO; JESUS, 2012). No passado, a motivação para a condenação delas era mais relacionada aos crimes passionais, conhecidos como crimes femininos. Por conta dessa alteração, Colares

concluiu que o presídio estudado (o Madre Pelletier) estava cada vez mais parecido com os presídios masculinos, quando se observa a organização dos presos em papéis de controle nas galerias, por exemplo.

Utilizando relatos de cinco mulheres presas no Brasil, Ana Gabriela Mendes Braga (2015) conclui que a maternidade atrás das grades é um dispositivo de normalização da mulher reconhecida pela sociedade como desviante. Segundo Braga, as presas procuram uma subjetividade cada vez menos criminosa e mais maternal. Conclusão semelhante chegaram os autores de outra pesquisa com 22 entrevistadas de mulheres grávidas ou com filhos na prisão, além de profissionais e grupos de gestantes (DIUANA *et al.*, 2017). O estudo mostrou que os mecanismos disciplinares característicos do penitenciário, ao se integrar as práticas de controle de si que as mulheres-mães realizam em função do cuidado e proteção dos filhos, vulnerabilizam concretamente estas mulheres, expondo-as e a seus filhos a sofrimentos psíquicos e morais (DIUANA *et al.*, 2017).

Essas duas pesquisas sobre maternidade, publicadas em 2015 e 2017, encontraram cenário parecido com o mostrado por Olga Espinoza em 2004, quando estudou a vida das internas da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo. Espinoza procurou verificar as percepções das mulheres sobre o cárcere, usando sete entrevistas. Em suas conclusões, ressaltou que as presas não reconhecem que o cárcere possa promover transformações positivas como os dispositivos legais prometem. O que era ofertado pela instituição tratavam-se de práticas de imposição de modelos conservadores de feminilidade ou de mulher "normal" (ESPINOZA, 2004).

Nos últimos anos, também foram registradas pesquisas sobre a história das prisões femininas. As representantes desse tipo de pesquisa (ARTUR, 2009; 2016; ANGOTTI; 2018; KARPOWICZ, 2016; 2017) observaram, principalmente, a mesma questão levantada pelas autoras citadas anteriormente: o uso da disciplina para adequar as presas a papéis de gênero ao longo dos séculos. O resultado não é diferente de outras pesquisas a respeito da trajetória das casas de detenção femininas em outros países, como indicou BOSWORTH (2000) sobre uma instituição na França. A questão também já foi trabalhada por Zedner (1995), quando citou exemplos de presídios da Europa com o mesmo propósito.

Trabalhos sobre a participação atual das religiões em presídios também têm sido realizadas. Gilse Elisa Rodrigues (2005), por exemplo, fez uma pesquisa etnográfica entre 2000 e 2002 em um presídio feminino de Porto Alegre. Em seu estudo, observou a conversão religiosa como um mecanismo para reorganização da vida de mulheres dentro da prisão. As práticas serviriam como formas de proteção da identidade. Rodrigues ainda identificou que as detentas selecionam elementos dos sistemas religiosos e reinterpretam suas práticas sociais em vários contextos (RODRIGUES, 2005).

Entre as pesquisas com abordagem biográfica sobre mulheres presas ou envolvidas com criminalidade, chama a atenção como boa parte dos resultados mostra a presença de violência sofrida por elas antes de serem sentenciadas. Em uma revisão bibliográfica que deve ser publicada em artigo que escrevi junto com o colega argentino Martín Di Marco (2020, no prelo), foi identificada uma série de pesquisas com dados convergentes sobre vitimização de presas (KENNEDY; MENNICKE, 2018; GUETA; CHEN, 2016; BECERRA; SERRA, 2017; KÖTTIG, 2016; NUYTIENS; CHRISTIAENS, 2016; SHEPHERD *et al.*; 2018; CARR; HANKS, 2013; JEFFRIES; CHUENURAH, 2018; SALISBURY, *et al.*, 2018; SMITH, 2017).

Na pesquisa de Luz Adriana Aristizábal Becerra e Jenny Cubells Serra (2017), 92% das 94 mulheres entrevistadas presas e ex-presas em seis prisões de quatro países descreveram terem sido vítimas de violência física. Escapar das relações abusivas, em relacionamentos afetivos, foi uma motivação apontada para o ingresso na criminalidade.

Após entrevistar sete mulheres e 13 homens presos, Megan McConaghy e Marissa P. Levy (2016) também observaram a influência da violência na trajetória. As autoras concluíram que a vitimização em ambos sexos é um fator que colabora para o comportamento criminal futuro. Elas identificaram ainda questões que merecem ser melhor investigadas como diferentes razões para abandono entre homens e mulheres, a influência de parceiros criminosos e o impacto do encarceramento precoce versus tardio de homens e mulheres.

Um estudo realizado no sistema penitenciário argentino (SALISBURY *et al.*, 2018) indicou que aquelas que relataram abuso grave eram mais propensas a serem as que cometeram crimes mais sérios contra pessoas (por exemplo, assalto / agressão, assassinato, sequestro, exploração sexual, escravidão reprodutiva ou remoção de órgãos)

em vez de crimes relacionados a ganho financeiro. Além de maus-tratos, a falta de suporte social e disruptura familiar são fatores que aparecem relacionados à criminalidade (MAGHSOUDI *et al.*, 2018). As entrevistas semiestruturadas realizadas por Shepherd *et al.* (2018) com adolescentes e jovens adultos de ambos sexos em custódia na Austrália mostraram isso. Entre as questões estavam os temas família, relacionamentos, uso de drogas, dificuldades psicológicas, trabalho, educação e experiências com crime, violências e justiça. Além disso, foram feitos questionários sobre saúde mental dos entrevistados. O estudo mostra que a disruptura familiar precoce contribuiria para autoria de atos violentos e outros eventos negativos. Muitos entrevistados foram diagnosticados com desordens psicológicas.

Em um trabalho sobre infância e vida adulta de 41 mulheres presas na Bélgica, Nuytiens e Christiaens (2016) encontraram uma relação entre vulnerabilidade (que pode ser econômica, social, ou afetiva) com o ingresso em ações criminosas e que conseqüentemente levam à prisão. Eventos ocorridos na vida adulta influenciam mais no crime do que os que registrados na infância delas. Muitas entrevistadas disseram que foram abusadas ou manipuladas por companheiros para cometer crimes. As biografias mostram uma relação desigual de poder entre as mulheres e seus companheiros e isso resulta em dependência e isolamento (NUYTIENS; CHRISTIAENS, 2016).

Os relacionamentos amorosos foram apontados como recurso para resistir às adversidades provocadas pela prisão. Em pesquisa sobre a rede de relacionamento de mulheres presas, Estibaliz de Miguel Calvo (2017) observou a partir de 49 entrevistas semiestruturadas e observação participante que a experiência amorosa não só torna possível superar as dificuldades do aprisionamento, mas altera as lógicas penitenciárias de estranheza e distância e ainda permite reformular a própria identidade.

Questionando o argumento de alguns trabalhos e do senso comum que identificam a mulher como não agente e, muitas vezes, influenciada por homens, Mariana Barcinski, Carine Capra-Ramos, João L. A. Weber e Tamires Dartora (2013) entrevistaram 20 presas por tráfico em 2011 e 2012. A partir da análise aprofundada das entrevistas, os autores notaram a resiliência das pesquisadas após muitos episódios de sofrimento e trauma em suas trajetórias. Em geral, as identidades dessas pessoas eram muito fortes e elas desempenhavam papéis de protagonismo em várias relações, o que

contraria as pesquisas que colocam a mulher em condição apenas de vítima e não de agente de suas escolhas.

A abordagem feminista serve como um guia para o desenvolvimento de pesquisa e análise dos dados de muitos autores que se debruçam sobre esse campo. As teóricas da criminologia feminista se opõem a um modelo de pensamento criminológico que não considera as especificidades dos danos provocados às mulheres autoras ou vítimas de delitos (CAMPOS; CARVALHO, 2011). A partir do *feminist pathway approach*, por exemplo, os fenômenos sociais com envolvimento de mulheres são observados considerando a construção de gênero nos fenômenos sociais (CARR; HANKS; 2013). Salisbury *et al.* (2018), que utilizam essa perspectiva em uma pesquisa sobre a dinâmica em que ocorre a violência e os possíveis fatores de risco para o encarceramento de mulheres na Argentina, afirmam que os autores afinados com a abordagem assumem a existência de diferentes realidades biológicas, psicológicas e sociais que são exclusivas da experiência feminina. As linhas feministas que trabalham com criminalidade procuram explicar como as mulheres acabam em um ciclo de vitimização que leva ao comportamento ofensivo (SALISBURY *et al.*; 2018; p. 130).

Nessa linha, Olga Espinoza (2002) avalia que a contribuição da criminologia feminista nos estudos sobre prisões para mulheres está na compreensão de que o controle penal atua sobre o sexo feminino, reproduzindo e intensificando condições de opressão e imposição de um padrão de normalidade. Assim, o cárcere poderia ser visto, conforme essa visão, como uma construção social que pretende reproduzir as concepções tradicionais sobre a natureza e os papéis femininos e masculinos.

Sobre isso, Alessandro Baratta, que também refletiu sobre o tema, entende o sistema de justiça criminal como integrativo do sistema de controle social informal. Ou seja, ele reproduz os valores e as demandas de controle sobre o feminino já vistos na sociedade mais ampla (BARATTA, 1999, p. 49).

Entre as contribuições da obra de Elena Larrauri para este campo, estão as análises do sistema penal a partir de uma perspectiva de gênero. Ao tratar da aplicação das leis penais, por exemplo, a criminologista lembra que, mesmo que as regras sejam igualitárias, a interpretação delas pode reproduzir requisitos e contextos que tendem a discriminar as mulheres. Nesse sentido, conforme sua perspectiva, o sistema pode reforçar estereótipos e orientar comportamentos. Segundo Larrauri (2002, p. 1, tradução

nossa): “Embora tenha sido uma afirmação tradicional de que o direito penal reflete a ideia de mulher que a sociedade possui, hoje também sabemos que, além de refletir isso, constrói uma certa imagem, isso está reforçando uma certa visão de como elas são.”

Ao analisar discursos sobre o feminino na questão penitenciária brasileira, a partir de relações de gênero, Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim (2017) constatou o reforço dos estereótipos e conceitos normativos. Além disso, observou a perspectiva masculina com que é constituído o sistema. Segundo a autora, pouco se referenciava, no âmbito da execução penal, alusões explícitas às mulheres até, pelo menos, o ano de 2011. “O feminino estava subsumido em uma perspectiva androcêntrica, ou seja, aquela que referencia o homem como parâmetro de humanidade e modelo de encarceramento.” (JARDIM, 2017, p.17). Usando um dos pilares da criminologia crítica, a ideia de que o sistema penal é seletivo, Jardim observa que as mulheres presas fazem parte, de maneira geral, de grupos vulneráveis aos processos de inclusão econômica. A criminalização das mulheres ocorre, portanto, não apenas pela condição de gênero, mas em intersecção com as opressões vividas por sua classe social, sua etnia e sua sexualidade (p. 20). Na sua avaliação, a execução penal e as políticas penitenciárias destinadas às mulheres são mediadas pelas representações sociais do que é ser mulher em oposição ao que é ser homem (JARDIM, 2017, p.163).

Tendo vivenciado a prisão, Angela Davis é uma das vozes sobre o assunto. Membro do Partido Comunista e do grupo Panteras Negras na década de 1970, Davis foi considerada uma das fugitivas mais procuradas pelo FBI. Ela permaneceu presa durante julgamento em que respondeu por conspiração, sequestro e homicídio e foi inocentada depois de 18 meses. Sua experiência com esses episódios e outros estão registrados em sua autobiografia, publicada no Brasil em 2019¹². Sua obra dá suporte para o entendimento do encarceramento.

Ativistas do movimento Resistência Crítica¹³ Davis e Gina Dent (2003) fizeram uma reflexão sobre o trabalho colaborativo a respeito de prisões. Sobre as instituições destinadas a mulheres, Davis ressaltou que durante 30 anos visitou diversas

¹² O livro foi publicado originalmente nos Estados Unidos em 1974.

¹³ O movimento Resistência Crítica é contra o modelo de aprisionamento Complexo Industrial Carcerário. Os militantes do movimento não acreditam na crença de que o encarceramento e o controle de pessoas tornam a sociedade segura, mas aprofunda outras formas de opressão como racismo, classismo, sexismo e homofobia. Eles defendem que a garantia de comida, abrigo e liberdade pode tornar as comunidades realmente pacíficas.

casas de detenção, sendo a maioria delas femininas, e constatou mais pontos em comum do que divergências.

Não importa o quão longe eu viajasse através do tempo e do espaço – de 1970 a 2000, e da Casa de Detenção feminina em Nova Iorque (onde eu mesma estive presa) até a prisão feminina em Brasília, Brasil –, não importa a distância, existe uma estranha similaridade nas prisões em geral, e especialmente nas prisões femininas. Essa mesmice das prisões femininas precisa ser avaliada com relação ao quanto é importante para os feminismos desvencilharem-se da noção de que há uma qualidade universal que podemos chamar de mulher. Isso me faz pensar no seu trabalho sobre o desafio de repensarmos as fronteiras entre as ciências sociais e as humanidades, como um meio de reflexão específica sobre as mulheres nas prisões. (DAVIS, 2003, p. 527)

Davis defende que se faça uma observação sobre o papel que a criminologia e o estudo da punição têm tido na criação dessas similaridades, não só nas populações, mas nos métodos de controle, modelos arquitetônicos e práticas de custódia originadas da psicologia do criminoso, que é generalizada ao redor do mundo. Em outras palavras, a instituição da prisão e seu uso discursivo produzem o tipo de prisioneiro que, por sua vez, justifica a expansão das prisões. Inclusive, o termo indústria da prisão pode se referir exatamente à produção de prisioneiros mesmo que a indústria produza lucros para um número crescente de corporações e, drenando os bens sociais de instituições como escolas e hospitais, creche e moradia, tenha um papel fundamental na produção das condições de pobreza que criam a percepção de uma necessidade de um maior número de prisões (DAVIS, 2003).

Na avaliação de Davis, trabalhos sobre prisioneiras na área das ciências sociais, invariavelmente, apresentam uma mulher típica: mãe, nível de escolaridade baixo e muitas vezes viciada em drogas. No entanto, *in loco* é possível notar, principalmente em instituições europeias, a presença majoritariamente de mulheres imigrantes e cidadãs que cometeram atos ilegais (DAVIS, 2003).

Com o objetivo de proporcionar um caminho alternativo ao de pesquisas que trabalham com a visão predominante de administradores da prisão, a perspectiva *Convict Criminology* (criminologia dos condenados) foi criada nos Estados Unidos com a proposta de reflexão e pesquisa a partir da experiência de presos e ex-presos (ROSS *et al.*, 2012). Muitos deles se tornaram acadêmicos e utilizam a abordagem em suas pesquisas. Uma das poucas representantes femininas é a turca radicada na Inglaterra Safak

Bozkurt. A pesquisadora investiga a relação entre mães e filhos na prisão feminina, tendo ela vivenciado a maternidade atrás das grades por um ano no Reino Unido. Bozkurt detalhou a vida no cárcere e os eventos que levaram a ela em um artigo realizado em parceria com outro ex-preso, o professor de criminologia Andreas Aresti (2018). A autora discute tanto a perspectiva feminina no presídio quanto a perspectiva de uma pessoa que é membro de um grupo étnico minoritário. Através de sua trajetória e da observação de outras mulheres que estiveram presas como ela, salienta que o resultado da prisão é principalmente o trauma, o estigma e o sofrimento causado pela distância dos filhos.

2.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Como vimos, o fenômeno social do aprisionamento é explicado por parte da teoria da punição como resultado de um método de controle, ou de correção situado no tempo e no espaço. Enquanto alguns autores analisam e explicam a origem da técnica punitiva do encarceramento pela estrutura de poder, outros verificam no processo histórico as mudanças na sua aplicação. Sua criação e consolidação ocorreu a partir de certa organização social da época e serve até hoje como prática recorrente, porém com modificações ao longo da trajetória, com mais ou menos controle sobre os apenados. A pesquisa sobre prisão feminina mostra a presença de valores morais para administrar as internas e reforçar seus comportamentos conforme ideais ancorados na história da família cristã. Apesar de haver registros de trabalhos sobre presas e presídios femininos a partir da década de 1970, nos anos 2000 é que começou a crescer o interesse sobre o tema no Brasil, com aumento da produção de pesquisas sobre o assunto. Os resultados mais recentes apontam para manutenção dos valores implementados no início da prisão feminina. Também foram destacadas neste capítulo outras perspectivas em relação à análise do fenômeno aqui estudado, como a presença de vitimização na biografia de presas, por exemplo.

3 PRESAS E PRESÍDIO: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E MÉTODO

A relação entre ação e estrutura, abordada pela Sociologia desde sua fundação como disciplina no século XIX (LEME, 2006), está representada neste trabalho pela interação entre presas e presídio. Nesses espaços relativamente fechados, são recriadas várias facetas da sociedade mais ampla (CUNHA, 1994, p. 3). Em razão da necessária adaptação a novas regras, disciplina e a impossibilidade de manter muitos hábitos e relacionamentos que a pessoa costumava ter (GOFFMAN, 1961), a experiência de encarceramento pode significar uma segunda socialização (BERGER; BERGER, 1975). O sujeito precisa incorporar conhecimentos impostos por essa estrutura em que está inserido, incluindo códigos de linguagem e rituais ensinados direta ou indiretamente (BERGER; LUCKMANN, 2004). Ou seja, ninguém sai da prisão da mesma forma como entrou. Para Julita Lemgruber, é impossível passar por uma prisão e sair sem marcas, ou feridas. Acontece não só com os condenados, mas com funcionários, visitantes e até pesquisadores (LEMGRUBER, 1999).

Mas como podemos compreender a incorporação dos aspectos prisionais pelas presas? Se consideramos teorias sociológicas como o funcionalismo e o estruturalismo, que dão foco ao todo social para o entendimento dos fenômenos, deduziremos que, em função das estruturas, os indivíduos teriam uma tendência a seguirem determinados papéis (GIDDENS, 2003). Na perspectiva de Émile Durkheim, representante da escola funcionalista, a sociedade se manifesta como um fato objetivo e coletivo, externo ao indivíduo (BERGER, 2001, 104-105).

Robert King Merton (1970), por sua vez, explica o comportamento individual a partir de sua teoria da anomia. As pessoas reagiriam à tensão, conforme Merton, provocada pelas estruturas cultural e social. Enquanto a estrutura cultural direcionaria os desejos dos indivíduos e indicaria os meios legítimos para alcançá-los, a estrutura social seria o espaço de confronto entre indivíduo e sociedade, em que estão as possibilidades reais para a busca das aspirações.

O desequilíbrio entre as duas estruturas deixaria espaço para condutas desviantes, o que caracterizaria um estado de anomia. Portanto, o comportamento individual aparece na teoria a partir do desvio (MERTON, 1970). Uns conseguiriam conquistar as ambições socialmente induzidas, enquanto outros não teriam a oportunidade

ou a competência para obtê-las. No último grupo, haveria indivíduos com mais autocontrole e capacidade para lidar com as frustrações, outros sujeitos, não. Nesse sentido, ele relaciona formas de adaptação à sociedade, porém a teoria não considera as disposições subjetivas para o sujeito. Nesse sentido, apesar da validade da teoria para explicar, principalmente motivações para o crime, o entendimento da estrutura segue preponderante em relação à agência.

Sobrevivente de campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, o psiquiatra austríaco Viktor Frankl relata sua história pessoal em relação às pressões coletivas. No livro em que relata suas vivências “Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração” (2005), ele pergunta se um prisioneiro seria produto das influências a que fora submetido em determinado ambiente. Com base em sua experiência, afirma que a pessoa pode agir fora do esquema dessa organização autoritária.

(...) não deixou de constituir prova de que no campo de concentração se pode privar a pessoa de tudo, menos da liberdade última de assumir uma atitude frente às condições dadas. E havia uma alternativa! A cada dia, a cada hora no campo de concentração, havia milhares de oportunidades de concretizar esta decisão interior, uma decisão da pessoa contra ou a favor da sujeição aos poderes do ambiente que ameaçavam privá-la daquilo que é a sua característica mais intrínseca – sua liberdade – e que a induzem, com a renúncia à liberdade e à dignidade, a virar mero juguete e objeto das condições externas, deixando-se por elas cunhar um prisioneiro "típico" do campo de concentração (FRANKL, 2005, p. 66-67).

Na avaliação de Frankl, a reação psíquica dos internados que parece transformá-los é resultado de uma escolha interior. A pessoa decide diante das circunstâncias como agir. Poderá seguir ou quebrar as regras.

Voltando ao exemplo do presídio, visitando esse tipo de instituição, é possível perceber que há, de fato, uma série de imposições institucionais. Muitas internas procuram corresponder às expectativas de funcionários. Porém, isso não ocorre sem um processo de trocas e negociação, passível de reformulação e alteração. Existem também outras formas de reagir diante daquele ambiente.

Outra discussão pertinente quando se trata desse campo são as articulações internas e externas, que contribuem para a adesão dos valores das estruturas pelos indivíduos. Há trabalhos e conceitos que discutem em que medida as instituições carcerárias podem ser delimitadas em seus espaços físicos e simbólicos. Sérgio Adorno e Camila Nunes Dias (2013) analisam as teorias que caracterizam a prisão como universo

com separação clara e específica, apartado da sociedade mais ampla. Ambos avaliam que os conceitos elaborados por Erving Goffman (1961), de *instituição total*, como por seus predecessores Donald Clemmer (1940), que formula a *cultura prisional*, e Gresham Sykes (1958), o qual cunhou o termo *sociedade dos cativos*, já não servem para informar a pesquisa brasileira neste campo. Isso porque eles não consideram necessariamente as dinâmicas, fluxos e relações interpessoais e intersubjetivas dentro e fora das cadeias.

A sociologia das prisões, durante muito tempo, teve como base de suas reflexões teóricas e empíricas o pressuposto de uma clara e específica delimitação social e cultural entre a sociedade mais ampla e o universo prisional. Embora o contato e a penetração entre estes dois universos sociais seja admitido em maior ou menor grau, estas análises estiveram fortemente ancoradas na ideia de que a prisão se constitui como um lócus espacial, social e cultural passível de ser claramente delimitado a partir da estrutura física da instituição. (ADORNO; DIAS, 2013, p.2)

Adorno e Dias (2013) defendem que organizações, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, comprovam a não aplicação dessas teorias nos dias de hoje. Isso porque essa organização influi muito mais na identidade dos presos do que o presídio. Outro argumento são as interferências do externo em relação ao interno e também o contrário, mostrando que a instituição não está totalmente fechada, mas compartilha e contribui com a sociedade mais ampla.

No entanto, considerando o encarceramento feminino, podemos assumir que as instituições destinadas às mulheres são menos porosas e permeáveis do que as dos homens, em razão das trocas entre o meio interno e externo serem muito menos frequentes. Várias pesquisas já demonstraram que elas recebem menos visitas e são, muitas vezes, abandonadas pela família em razão, principalmente do estigma, reforçado em maior grau em relação ao gênero feminino (LEMGRUBER, 1999). Por esse motivo, têm menos acesso a bens de consumo que poderiam ser levados pelos parentes, além de receber menos informações e compartilhar das redes de apoio presentes do lado de fora. Portanto, as marcas do fechamento mais severo ainda se constituem no encarceramento feminino, o que reforça a importância de trabalhos que possam informar sobre essas realidades.

Nesse sentido, com algumas ressalvas, podemos pensar as experiências de prisão feminina a partir de fundamentos presentes na teoria de Goffman (1961) sobre instituições totais. Entre os cinco agrupamentos considerados pelo sociólogo como

instituições totais estão as prisões, as quais têm rotina estabelecida em horários e sequência de atividades imposta de cima para baixo com regras explícitas. Além disso, as barreiras que normalmente separam as três esferas da vida, que ele chama de dormir, brincar e trabalhar, não existem. Ou seja, os presos dormem, se alimentam, praticam atividades físicas, têm momentos de lazer e, em muitos casos, trabalham em um mesmo prédio. Tudo isso é feito na companhia de um grupo de pessoas tratadas, teoricamente, da mesma forma, obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto, de acordo com um sistema de regras e horários planejados pela instituição (GOFFMAN, 1961, p. 17-18).

Entre as constatações de Goffman, está a alteração ou mortificação do “eu” devido às razões comentadas anteriormente e ao tempo em que a pessoa fica fisicamente isolada e é impedida de acompanhar as mudanças do mundo externo. Os processos pelos quais os internados são submetidos no interior das instituições contribuiriam com a mudança de identidade do preso.

Todos tinham uma concepção de si mesmos construídas a partir de disposições sociais estáveis no mundo doméstico. Isso se confirmava por um conjunto de experiências que indicavam formas de defesa, maneiras de enfrentar conflitos, dúvidas, falhas e dificuldades. Contudo, ao entrar numa prisão, por exemplo, o sujeito é despido dessas disposições por passar por “rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu”. Por esse motivo, ocorre, muitas vezes, incapacidade temporária de lidar com aspectos do dia a dia (GOFFMAN, 1961, p. 22-23).

Assim que entra na instituição, o preso é classificado a partir de novos critérios institucionais: tipo de crime, primário, temporário, condenado, trabalhador, doente, grávida. Muitas vezes essas características são utilizadas para a escolha das galerias ou celas. No caso do Brasil, a filiação a uma facção criminosa também é utilizada para o enquadramento e para destinação de espaço na prisão (GUINDANI, 2001, p. 102). Já no início da internação, é comum também que a pessoa seja despida de sua aparência usual, o que Goffman chama de “desfiguração pessoal”. Por falta de equipamentos e serviços com os quais o preso costumava manter a aparência, a forma com que ele se apresentava aos outros muda, resultando em mais um fator para a mortificação do “eu”.

Adesão à rotina imposta, que não segue a sequência de horários desenvolvida até então do lado de fora, seria uma das mutilações. Nesse sentido, o preso é obrigado a

fazer o que considera estranho ou aceitar um papel o qual não se identifica. Todas as atividades do dia são realizadas sob vigilância, inclusive as de lazer. Além disso, a pessoa deixa de exercer o papel que costumava ter na vida em liberdade (GOFFMAN, 1961).

Outro aspecto é a dependência, pois praticamente todas as necessidades são supridas pela instituição, como alimentação, materiais de higiene não sendo possível diferenciação por preferência. Outra questão diz respeito à perda temporária ou permanente de direitos, que é conceituada como "morte civil", que inclui limitações de uso de dinheiro, por exemplo, e outras atividades e participações da sociedade mais ampla (GOFFMAN, 1961).

A falta de sentido de segurança pessoal ocasionada pela prisão é motivo não só de alerta constante, traumas e angústias, como de desfiguramento. Goffman também menciona a falta de oportunidades para relações heterossexuais nas cadeias como um exemplo que contribui para a mortificação do "eu". Acrescendo aqui que, mesmo que ocorra a visita íntima (heterossexual ou homossexual), ela se dá sob regulação. Desde 1984, existe permissão para que ocorram, mas conforme leis federais, os visitantes precisam ser cônjuges ou parceiros estáveis do detento, registrados com as autoridades penais. Esses parceiros só podem mudar após um intervalo de seis meses. Em alguns casos, é necessário que façam exames médicos e que se comprometam a usar preservativos (BEATTIE, 2009).

No dia a dia da prisão, os internados são submetidos a testes de obediência, imposição de castigos e retirada de bens. Fora isso, convivem com a ideia de que ao saírem não será possível recuperar o tempo em que estiveram sob a tutela do Estado. Estarão em fase posterior do ciclo vital. O tempo não fora empregado no processo educacional ou profissional, no namoro, ou na criação dos filhos (GOFFMAN, 1961).

A limitação das ações e de projetos alteram até mesmo sua percepção da própria vida. A institucionalização, portanto, reduz a individualidade e reforça a noção de coletivo (ROSENTHAL, 2017), apesar de isso não ocorrer sem negociação entre o individual e o coletivo, resultado do processo interativo. A inserção em um novo meio, principalmente com regras tão bem estabelecidas, é considerada uma nova socialização (BERGER; BERGER, 1975, p.214). O sujeito que passa certo tempo em uma instituição total apresenta uma trajetória institucionalizada e tem pouca gerência sobre a ação e

planejamento do presente e futuro dentro da instituição. O retorno à liberdade carrega experiências do tempo transcorrido na prisão. Entre essas marcas está a estigmatização por parte da sociedade em seu cotidiano (COSTA, 2011, p. 230).

Para Goffman, o indivíduo deve ser pensado nos contextos cotidianos de trabalho, de amizade, de conflitos, em que tem relativa liberdade para tomar decisões e agir. Ele não é, portanto, visto a partir da estrutura, nem tão pouco isolado dela (JACOBSEN, 2010). O sociólogo entende as casas prisionais como uma das formas de instituições totais, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante está separado da sociedade mais ampla por certo período de tempo, convivendo em um sistema fechado e formalmente administrado (GOFFMAN, 1961, p.11).

É importante lembrar que, por mais que existam similaridades gerais em todas as instituições classificadas como totais, incluindo as prisões, cada uma tem suas especificidades. As dinâmicas e as interações também são diferentes dependendo das pessoas que ali convivem e do contexto histórico e social em que os locais estão inseridos. Apesar de os campos de vida serem recriados na prisão, eles não anulam, nem substituem, os exteriores, que permanecem como referências para os internados (CUNHA, 1994, p. 3), já que, em geral, é algo provisório, um intervalo de tempo na vida dos apenados (PRIORI, 2011, p. 198). Portanto, apesar de útil, é importante relativizar esse conceito, pois essas estruturas, na prática, não são totalmente inabaláveis ou impermeáveis. Já que o dentro e o fora podem ser percebidos e conectados por canais que atravessam os muros por onde entram e saem informações, mercadorias e determinadas pessoas (BRAGA, 2014, p.77). Dessa forma, observo apontamentos feitos pelo sociólogo como questões a serem levantadas e não como regras universais.

Os valores e laços do lado de fora continuam sendo referências para a população carcerária. Mesmo não desempenhando funções totais tão rígidas, “as prisões constituem uma ‘micro-sociedade’, com um quadro de vida específico, dotado de alguma autonomia, e certamente relações sociais com dinâmicas próprias, mas que não anulam ou substituem as relações sociais do mundo externo” (PRIORI, 2011, p. 196).

Refletindo sobre esses aspectos abordados, fica uma questão a respeito do quanto o indivíduo adere aos valores coletivos. Na prisão, os presos acrescentam em sua

bagagem de conhecimento outras formas e motivações para agir. Mas em que medida eles aderem à cultura prisional?

Anthony Giddens (1996; 1998), por exemplo, entende que os indivíduos dentro e fora dos presídios não são passivos e impotentes em relação aos seus destinos. Em resposta a uma situação social específica, que no caso é estar condenado a pagar uma pena de privação de liberdade, o apenado altera sua conduta (BERGER, 2001). Em outras palavras, os atores sociais se articulam e agem em relação e em resposta aos outros, por isso, como defendem os autores mais afinados às teorias interpretativas, não podem ser vistos de maneira isolada. A sociedade deve ser compreendida tendo em vista sua realização por parte dos indivíduos e indivíduos devem ser compreendidos a partir das sociedades das quais são membros (ROSENTHAL, 2014a, p. 42).

A noção de ação dotada de sentido apresentada na obra de Max Weber mostra que o pesquisador precisa compreender o agente e seus resultados na interdependência com o agir alheio. Esse conceito contribuiu de forma significativa para os fundamentos da sociologia interpretativa, assim como a concepção de sociedade de Georg Simmel, que entende a produção dela por meio de uma relação mútua de interação entre sujeitos. Essa é a mesma linha da teoria de George Herbert Mead e do interacionismo simbólico que compreendem a sociedade não como algo exterior, ou alheia ao indivíduo (ROSENTHAL, 2014a, p. 35-42). Seguindo essa trilha, o estudo de mulheres apenadas faria sentido somente na interrelação com os presídios e também com a sociedade mais ampla da qual elas fazem parte, já que o entendimento delas de mundo tem origem no todo.

Alfred Schütz observava que as pessoas conferem sentido ao social e mantêm significados partilhados. Elas entendem o mundo mediante esquemas de categorização dos fenômenos e das situações, negociando constantemente a definição de realidade social (MONSMA, 2007, p. 27). As experiências que formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida são como uma bagagem de informações coletivamente compartilhada e internalizada durante a socialização (SCHÜTZ, 2012). Para entendermos a organização da sociedade a partir dessa visão, precisamos esclarecer três conceitos essenciais para a compreensão da natureza dinâmica e processual dos fenômenos: a) experiência; b) estoque de conhecimento; e c) motivação.

No curso da vida, as pessoas reúnem experiências, que possibilitam definir as situações e guiar condutas. O ponto de partida de todas as considerações fenomenológicas é a experiência essencial atual ou imediatamente vivida. Trata-se do fluxo subjetivo e espontâneo da experiência em que o indivíduo vive e carrega traços da memória de outras experiências anteriores. A experiência se torna uma experiência subjetivamente significativa somente mediante um ato de reflexão no qual uma experiência essencialmente atual, em retrospecto, é conscientemente apreendida e cognitivamente constituída (SCHÜTZ, 2012, p. 345).

As experiências formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida. São como uma bagagem de informações coletivamente compartilhada e internalizada durante a socialização, conforme o sociólogo austríaco Alfred Schütz (2012). Na medida em que novas experiências são incorporadas, elas são transformadas e podem ser usadas como respostas a outros processos. Dessa maneira, os indivíduos interpretam o mundo a partir de seus motivos, planos, valores e contextos, os quais estão presentes na biografia, que é o conjunto de vivências.

Já a motivação das ações diz respeito àquilo que o sujeito pretende tornar real, ou mudar. Quando ele se volta para a razão de suas atitudes em projetos futuros, o caráter é subjetivo, já que ele vive a experiência em curso. É o que Schütz chama de motivo “com a finalidade de”. É o processo da ação em curso, que ainda está acontecendo e que aparece a partir de uma perspectiva temporal do futuro. Enquanto o ator está executando a ação, ele não tem em mente seus motivos “porquê” – voltados ao passado. Somente depois de realizar determinado ato, pode olhar para o que fez e investigar a razão de quais circunstâncias o levaram a agir daquela forma. Schütz defende que as motivações voltadas para o futuro são individuais e subjetivas, porque referem-se a algo que está sendo vivenciado e se revelam somente quando o sujeito indaga sobre o significado que ele próprio concedeu à sua ação. Por outro lado, o motivo “porquê” é uma categoria objetiva acessível ao observador. Ele precisa reconstruir a atitude a partir do ato realizado (SCHÜTZ, 2012, p. 140-142).

Para lidar com a rotina do cotidiano, utilizamos as receitas armazenadas em nosso estoque de conhecimento sem questionar. O significado subjetivo que o grupo tem para seus membros consiste num sistema de tipificações e relevâncias. Cada situação tem sua própria história, na qual as biografias dos membros também tomam parte. O sistema

de tipificações criado e compartilhado pelos membros do grupo define os papéis sociais, as posições e o status de cada um. Os homens param e pensam somente quando a sequência da ação é interrompida e o problema os força a parar e a encontrar caminhos alternativos, os quais são sugeridos por experiências passadas (SCHÜTZ, 2012, p. 150).

Os momentos de reflexão ocorrem em situações críticas da vida, quando temos como principal interesse dominar determinado problema. Mesmo nesse caso, o ator aceita suas emoções como guia para descobrir a melhor solução, assim como a deliberação racional. Ele também irá buscar em seu estoque de receitas aquelas regras e habilidades que emergiram de sua vida vocacional ou de suas experiências práticas. Ele então encontrará muitas soluções sistematizadas em seu conhecimento já padronizado. Talvez consulte um especialista, mas também nesse caso tudo o que irá obter são receitas e soluções sistematizadas. Sua escolha será deliberada, e tendo ensaiado todas as possibilidades de ação que se colocam diante dele, colocará em prática aquela solução que lhe parece ter a maior chance de sucesso (SCHÜTZ, 2012, p. 150).

A realidade que partilhamos com as demais pessoas é aceita como real até que é apresentado algum problema, algo que rompa com determinada certeza (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 41). Os seres humanos seguem normas por meio de trocas sociais que ocorrem desde a primeira socialização (BERGER, 2001, p. 106-107).

3.1 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

A socialização primária é o processo pelo qual a criança se transforma em um membro participante da sociedade. Já a secundária é o conjunto de processos posteriores em que o indivíduo é introduzido num mundo social específico, como num treinamento profissional, por exemplo, ou na vida em uma instituição como a prisão (BERGER; BERGER, 1975).

Desde os primeiros momentos de vida, a criança desenvolve relações com o próprio corpo, ambiente e outros seres humanos. Portanto, a experiência social começa no nascimento. As necessidades dos bebês são supridas por outras pessoas. E são os outros que estabelecem padrões de comportamento impostos à conduta individual, que chegam a interferir até no funcionamento fisiológico do organismo, como regulação do horário de alimentação e de sono, por exemplo. Eles são relativos e dependem das

características individuais dos adultos responsáveis pela criança e pelo grupo no qual eles estão inseridos (BERGER; BERGER, 1975).

O indivíduo nasce em um mundo físico e sociocultural, organizado e estruturado de acordo com um processo histórico. Apesar de ser diferente em cada cultura e sociedade há características comuns a todos os grupos, como algumas divisões por sexo, idade, trabalho (SCHÜTZ, 2012). Os costumes internos do grupo são, normalmente, aceitos como formas adequadas de lidar com os demais, pois já foram testadas ao longo do tempo e aprovadas socialmente. Então, não necessitam de explicações ou justificativas, estão naturalizadas. O conjunto de hábitos são a herança social transmitida às crianças que nascem e crescem dentro de determinada sociedade. A concepção de mundo válida até então, continuará sendo (SCHÜTZ, 2012, p. 93-95).

De acordo com a concepção interacionista, a criança é considerada sujeito social, participante de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade. Desse modo, ocorrem dessocializações e ressocializações sucessivas na vida das pessoas e o processo de socialização nunca está acabado (MOLLO-BOUVIER, 2005, p. 393).

Ainda que as crianças exerçam resistência, é mais provável que a vitória do embate seja dos adultos, porque até certo ponto, a criança reconhece apenas o mundo apresentado pelas pessoas que a circundam. Somente mais tarde, descobrirá que o mundo dos pais é relativo ao tempo e ao espaço. Portanto, padrões alternativos podem ser adotados. Apesar de ocorrer uma configuração da criança pela sociedade, a socialização é um processo recíproco, pois afeta o sujeito socializado e também os socializantes. A capacidade de a criança exercer uma ação individual sobre o mundo cresce à medida que ela passa a usar a linguagem. A partir desse aprendizado, a criança consegue reter significados e transmitir-los. Também adquire a capacidade de pensar abstratamente, refletir e tomar consciência de si mesma. Em certo momento, as crianças observam as ações do outro e passam a repeti-las, passando por um processo de identificação e absorção do sentido daquela ação (BERGER; BERGER, 1975).

Mesmo com o fim da infância, a socialização do indivíduo nunca termina. Numa biografia, ela apenas ocorre com intensidade e alcance menores na vida adulta (BERGER; BERGER, 1975). A socialização secundária é aquisição do conhecimento de

funções específicas, direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho. Ela exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Esses conhecimentos tem um aparelho legitimador, frequentemente acompanhado de símbolos rituais e materiais. É muito relacionado com linguagem e terminologias (BERGER; LUCKMANN, 2004).

No caso das apenadas, é perceptível o uso de alguns termos jurídicos e expressões para explicar determinadas situações. Elas falam com desenvoltura sobre seus processos judiciais, sobre os tipos penais, qualificações e etc, além de usar um vocabulário próprio. “Puxar cadeia”, por exemplo, é frequentemente usado tanto com o sentido de cumprir pena presa, como visitar por determinado tempo um companheiro que esteja preso.

Em processos de segunda socialização ocorre a interiorização e identificação subjetiva de normas e funções. Contudo, mesmo que seja perceptível o uso de algumas expressões, no presídio feminino é comum as mulheres tentarem se diferenciar das outras, ao menos no discurso, dizendo que não usam aquele linguajar "de cadeia", por exemplo, ou que não deveriam estar ali, que são reconhecidas pelos funcionários como pessoas diferenciadas e não como presas comuns (REIF, 2016).

Enquanto que na socialização primária, o conhecimento interiorizado é dado quase que automaticamente, na secundária, os novos conteúdos precisam sobrepor-se à realidade já presente. Para isso, são reforçadas técnicas pedagógicas específicas, com treinamento, por exemplo.

Na prisão, podemos observar a implementação de disciplina de horários e técnicas de punição e recompensa. O trabalho, por exemplo, é valorizado e colabora com a remição¹⁴ da pena. Por outro lado, irregularidades, como uso de celular, são punidas de várias formas, inclusive com transferência de estabelecimento. Outras normas são apenas

¹⁴ A remição de pena é o direito de diminuir o tempo da sentença por meio do trabalho, estudo e leitura. Está prevista na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal (LEP). Existe uma distinção entre as palavras remissão e remição. A primeira é o ato de remir e de perdoar. Já a segunda tem relação com quitação ou resgate. A LEP não trata de "remissão", porque a ideia não é perdoar, mas fazer com que o preso pague dias de pena com dias de trabalho, por exemplo (CAPEZ, 2007).

reforçadas com advertências verbais, que muitas vezes são ignoradas. O que significa que nem tudo é aceito e interiorizado.

A segunda socialização no caso das presas é o processo que inclui a mudança de papéis. Se do lado de fora, a detenta era reconhecida como dona de casa, enfermeira, mãe ou qualquer outra categoria que pudesse classificá-la, na instituição penal ela não deixa de participar, mesmo que de forma diferente do mundo exterior, mas passa a ser reconhecida de outra maneira e a ocupar outros espaços de hierarquia e status. A pessoa presa é alocada e classificada conforme regras da instituição e dos demais internos. Na penitenciária feminina, a nova presidiária é parte agora do grupo das trabalhadoras, ou das primárias, ou das que precisam ficar separadas das outras. É dependente de presas com maior poder em relação às colegas, ou é reconhecida como líder. Desde o dia que entra, aprende uma nova maneira de se comunicar, reconhece o que é conveniente ou não falar naquele ambiente, incorpora a rotina, desenvolve estratégias para suportar as adversidades. Tudo isso são novos conhecimentos somados aos conhecimentos adquiridos até então ao longo da biografia. Se considerarmos a teoria de Schütz, as escolhas das presas por agir diante daquele meio de um jeito ou de outro tem relação com a bagagem de conhecimento que se acumulou até ali.

3.1.1 Socialização e relações de gênero

No que se refere a gênero, ainda na primeira socialização, o comportamento infantil começa a ser adestrado. O controle das emoções é um dos exemplos em que ocorre diferenças na educação das crianças. No caso das meninas, as demonstrações emocionais são, normalmente, permitidas, já a conduta dos meninos nesse sentido costuma ser reprimida. Contudo, a construção social das diferenças e o poder a elas atribuído pode revelar singularidades e dinâmicas que vão além do maniqueísmo de gênero. As diferenças criadas, ou percebidas socialmente, sofrem variação de acordo com a caracterização histórica e cultura que constituiria as particularidades sexuais (RIBEIRO, 2006). São as sociedades, as civilizações que conferem significado à diferença entre homens e mulheres (COLLING, 2004).

Falando das construções sociais de gênero da mulher, Cláudia Priori (2011) ressalta que os arquétipos de mãe, esposa e dona de casa foram impressos nas mulheres.

Mesmo assim, nem sempre adquiriram significados parecidos para todas, pois muitas não se identificam com essas representações. Esses papéis interferem em práticas cotidianas, mas não especificamente em significados. A assimetria entre feminino e criminalidade aponta para a inexistência de uma identidade feminina única e estática (PRIORI, 2011).

Conforme Almeida (2001), apesar de as mulheres serem socializadas para aderir a um modelo feminino de vítimas, esposas, mães e os homens para dominar e ser viris, ambos gêneros participam dessa construção dos papéis. As definições do masculino e do feminino colaboram para o posicionamento jurídico dos operadores do Direito sobre os crimes cometidos pelas mulheres, fortificando a diferença.

Howard Becker defende que para entender “por que alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar e quais alternativas estavam disponíveis. Segundo o sociólogo, é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores (BECKER, 1996).

A narração da história de vida apresenta-se como um caminho para a compreensão da relação do mundo interno e externo, da interpretação das experiências e da motivação para empregar determinado plano e participar ativamente dos fenômenos sociais (ROSENTHAL, 2014a; SCHÜTZE, 2010). O método interpretativo tem por princípio a dialética entre o individual e o geral. Dessa forma, cada caso individual remonta à realidade social e esclarece algo sobre a relação entre o geral e o individual. Como ele tem origem no geral, também faz parte dele (ROSENTHAL, 2014a, p. 90). A partir dessa abordagem, é possível identificar nos indivíduos a autonomia para interpretar as situações com que são confrontados (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 377).

3.2 ABORDAGEM BIOGRÁFICA: ACESSO AOS FENÔMENOS SOCIAIS

A abordagem biográfica pode ser considerada um caminho de acesso ao processo de gênese e transformação dos fenômenos sociais como vivenciados pelos indivíduos em seu cotidiano. A Universidade de Chicago foi pioneira no uso de pesquisas com histórias de vida para entender e para explicar fenômenos sociais. Com base no

estudo sobre migração “O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos”, desenvolvido na Universidade de Chicago por William Isaac Thomas e Florian Znaniecki, foi criado o método biográfico no departamento de sociologia da instituição (ROSENTHAL, 2014a, p. 211). Esse tipo de pesquisa foi entendida como meio de apreender, não só a ação dos indivíduos que vivenciavam diversos fenômenos e como elas se constituíam na biografia, mas ainda a reconstrução de mundos mais amplos contidos numa biografia. Hoje o método é usado em várias áreas da sociologia (ROSENTHAL, 2014a).

Ressaltando as contribuições das biografias nas pesquisas da Escola de Chicago, Howard Becker, que integrou o departamento, salienta que esse método de investigação pode dar sentido para a noção de processo dos fenômenos. A formação do ato individual, segundo ele, é processual, relacionada com a conduta, a qual é continuamente reformulada de modo a levar em consideração a expectativa de outros, como esta se exprime na situação imediata e como o ator supõe que possa vir a se exprimir. Dessa forma, a atividade coletiva é proveniente do processo de ajuste mútuo das ações de todos os atores envolvidos. O processo social, portanto, não é uma interação imaginada de forças invisíveis ou um vetor estabelecido pela interação de múltiplos fatores sociais, mas um processo observável de interação simbolicamente mediada, que pode ser apreendida nos cursos de vida (BECKER, 1996). Becker observa que a história de vida é uma mensagem “viva e vibrante” capaz de contar o que significa ser um tipo de pessoa que não temos oportunidade de encontrar face a face (BECKER, 1996).

As trajetórias de vida de cada sujeito são únicas, mas compartilham do mesmo tempo e espaço de outras biografias. Wright Mills (1965) observa que as realidades da história contemporânea têm relação com o êxito e o fracasso individuais das pessoas. Os seres, através de suas ações e biografias, reinterpretem e transformam as instituições sociais (VELHO, 2006).

Em uma reflexão sobre a clássica discussão entre indivíduo e sociedade, Gilberto Velho ressalta que os indivíduos transitam entre diversos mundos socioculturais. Ele defende que a investigação de projetos individuais é uma tentativa de perceber como e até que ponto indivíduos podem se organizar para desenvolver condutas específicas para atingir seus objetivos (VELHO, 2006).

O que temos verificado nos nossos trabalhos é a existência de uma área de manobra, de um campo de possibilidades variável, mas que permite algum exercício de escolha e decisão para os agentes individuais. Assim, embora sejam personagens de seu tempo, de sua sociedade e de sua cultura, esses agentes não são simples prisioneiros de instâncias que os englobam, submergindo-os, e sim atores que lidam com suas circunstâncias e são, até certo ponto, capazes de transformá-las. Não se trata, portanto, de uma exaltação ingênua de uma liberdade individual, mas da procura de identificar e analisar essa fascinante dialética entre indivíduos sujeitos e os mundos socioculturais de que participam (VELHO, 2006, p.8).

O sociólogo alemão Fritze Schütze contribuiu para o uso da pesquisa biográfica nas Ciências Sociais. Com o objetivo de romper com a rigidez das entrevistas estruturadas, ele introduziu a coleta de dados a partir das narrativas de experiências, as quais permitem ainda identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências. A sua técnica de análise inclui verificação, confrontação e diferenciação de casos e tem o objetivo de elaborar modelos teóricos sobre a trajetória biográfica de indivíduos pertencentes a grupos e condições sociais específicas (WELLER, 2009, p. 10). A entrevista narrativa permite acessar questões temporais e sequenciais sobre o curso da vida. Dados textuais que reproduzem o “entrelaçamento” dos acontecimentos e a sedimentação da experiência do sujeito estão contidos nas entrevistas. O resultado é a explicitação do processo social de desenvolvimento sem intervenções da abordagem metodológica ou pressupostos teóricos do pesquisador (SCHÜTZE, 2010, p. 213). A partir da análise desenvolvida inicialmente por Fritze Schütze, Gabriele Rosenthal criou uma abordagem metodológica, sistematizando o processo de condução de entrevistas narrativas, especialmente biográficas, na década de 1970, com foco nas interpretações dos sujeitos sobre suas experiências (SANTOS, 2017).

O método estruturado por Rosenthal (2014) tem sido usado para o entendimento de diversos fenômenos sociais no Brasil. Criado pelo professor Hermílio Santos, o Grupo de Pesquisa em Narrativas Biográficas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), já gerou teses de doutorado e dissertações de mestrado com a abordagem. Há trabalhos sobre movimentos femininos para obtenção de moradias (SUSIN, 2019), remoções urbanas (MENEZES, 2019) violência doméstica (LUDWIG, 2015; 2019); suicídio (LAVALL, 2019); migrações (SANGALLI, 2015); experiências de mulheres após a prisão (REIF, 2016); voluntariado (SAMUEL, 2016; MEDEIROS, 2017), catação de lixo

(RINALDI, 2018), perfil de assessores parlamentares (CARDOSO, 2017) e mulheres como autoras de violência (SANTOS, 2016).

A abordagem reconstrutiva de Narrativas Biográficas pressupõe o princípio da abertura, em que, com base na observação empírica, as hipóteses sobre o fenômeno social estudado são formuladas, verificadas, modificadas, mantidas ou rejeitadas (ROSENTHAL, 2014a, p.59). Dessa forma, são evitadas ideias pré-concebidas. Assim, as múltiplas hipóteses abduativas são observadas como explicações provisórias observadas ao longo do trabalho de análise até o momento de serem confirmadas ou refutadas (ROSENTHAL, 2014a).

O princípio da abertura está fundamentado na teoria do filósofo Charles Sanders Peirce (1977) e na *Grounded Theory*, criada por Barney Glaser e Anselm Strauss (1967). Esse método orienta que a teoria seja derivada de dados empíricos. Ou seja, o desenvolvimento da pesquisa não começa com uma ideia pré-concebida, mas sim de uma área de estudos e permite que a teoria surja dos dados, por isso é necessária flexibilidade e criatividade do pesquisador. A criatividade se manifesta na capacidade de nomear categorias, fazer perguntas estimulantes e comparações para dessa forma extrair um esquema inovador integrado e realista de massas de dados brutos desorganizados (STRAUSS; CORBIN, 2008). A proposta da *Grounded Theory* é gerar teorias substantivas de processos psicossociais e sociais determinados mediante o proceder sistemático de análises comparativas. Esse caminho investigativo tem abordagem construtivista e base no interacionismo simbólico, correntes que priorizam o processo de interações e trocas entre o pesquisador e pesquisado para construções interpretativas pautadas nas experiências sociais (LEITE, 2015, p.84).

A intenção de Glaser e Strauss era propor uma alternativa às teorias geradas segundo a lógica positivista que se mostravam abstratas e resultavam em conceitos teóricos já escolhidos pelos pesquisadores, muitas vezes diferentes da realidade empírica. A *Grounded Theory* propõe que o pesquisador deixe de lado as pressuposições ou categorias e conceitos existentes e procure conceber uma teoria fundamentada em dados representativos da realidade dos sujeitos estudados (PINTO; SANTOS, 2012, p. 419).

A formação de hipóteses, portanto, ocorre ao longo do processo investigatório e não antes. A sequência delas possibilita a descoberta do novo (ROSENTHAL, 2014a).

A abordagem proposta por Rosenthal usa o método abduutivo sequencial, fundamentado na teoria de Peirce (1980), para gerar hipóteses ao longo da reconstrução sistemática de biografias. A verificação dessas hipóteses é diferente dos métodos indutivo e dedutivo.

As hipóteses abduativas são criadas considerando determinado fenômeno. A partir de um dado de realidade, as possibilidades de explicação são geradas. Isso é diferente da maneira dedutiva, na qual uma hipótese é elaborada a partir da teoria ou das consequências ainda não verificadas a partir da hipótese. Já a indução significa a busca por provas e indícios para testar a hipótese, ou chegar à regra de uma classe a partir de um número específico de casos ou de observações particulares. Em outras palavras, a dedução tem início em uma teoria, a indução parte-se de uma hipótese e a abdução tem como princípio a observação de um fenômeno empírico. Nesse sentido, a hipótese abduativa é uma regra geral explicativa, que esclarece fatos observáveis. A intenção não é chegar a uma única regra, mas chegar a leituras possíveis que contribuam para a compreensão dos problemas pesquisados. A hipótese abduativa gera consequências. Essas hipóteses secundárias trazem “previsões” a respeito do que ocorre nos cursos de ação ou nas partes subsequentes dos textos narrados (ROSENTHAL, 2014a, p. 72-74).

Assim as hipóteses são criadas ao longo da pesquisa seguindo o princípio da abertura que também é usado para o levantamento da amostragem teórica e coleta de dados empíricos. Dessa forma, a entrevista, por exemplo, também é realizada com a intenção de que o pesquisador não oriente o sistema de relevâncias dos agentes no seu contexto cotidiano. Isso porque, para entender as escolhas feitas ao longo da vida, é interessante dar oportunidade para o pesquisado narrar o que ocorreu em sua trajetória (ROSENTHAL, 2014a).

3.2.1 Realização das entrevistas

Considerando o princípio da abertura comentado na sessão anterior, as entrevistas para esta pesquisa foram feitas seguindo o modelo reconstrutivo de Narrativas Biográficas, o qual preconiza que os pesquisados estejam livres para falar, sem que o pesquisador fique no comando. Essa premissa é o que difere mais claramente da entrevista jornalística, técnica que utilizei trabalhando como repórter por dez anos. Da mesma forma, essa maneira de obter informações é amplamente conhecida do grande público

através das reproduções em jornais, rádios e televisões. Isso faz com que as pessoas que aceitam conceder um relato tenham a expectativa de que irão responder perguntas sobre determinado tema específico, o que não ocorre na entrevista narrativa.

Enquanto um repórter sai da redação com uma pauta, com assunto delimitado que constará na matéria, o pesquisador desse método tem um tema que estará sujeito a modificações conforme forem as descobertas no campo. Esses objetivos diferentes orientam a maneira que ocorrerá a interação entre repórter e fonte e pesquisador e pesquisado. No primeiro caso, o repórter deverá conduzir a conversa, de modo que o sujeito que está fornecendo as informações não saia do assunto. Se ele desviar, é papel do repórter trazê-lo para a pauta novamente. No outro caso, o pesquisador do método adotado que tem como fundamento a abertura, precisa tentar transferir o comando da entrevista para o pesquisado, pois é ele quem irá orientar a fala de acordo com o que considera importante ser falado e o que tem vontade de contar. Nos dois tipos de entrevista, falando a partir das minhas duas experiências, ocorre uma certa negociação e até mesmo um embate. Muitas vezes, o motivo de um entrevistado para um fim jornalístico desviar do assunto é porque ele não tem resposta para determinada demanda. A outra razão é medo de falar a verdade e ela não corresponder o que se espera dele. Em ambas hipóteses, o jornalista tentará “enquadrá-lo” a todo o custo, procurando que responda ou admita a realidade. Ao tratar com um pesquisado de entrevista aberta, a minha vivência mostra que não é raro a pessoa se sentir desconfortável por não saber quais são as perguntas e, desse modo, não entender o interesse mais específico do pesquisador. Decorre daí uma certa negociação, em que são questionadas orientações para a fala. Nesse momento, diferente do repórter, o pesquisador deve procurar explicar a intenção de que o entrevistado seja o comandante da entrevista e fale sobre a sua vida da maneira como achar mais adequada. Por outro lado, há pessoas que reagem muito bem e encontram um espaço para se expressar ou desabafar. Nessa hora, cabe ao pesquisador apenas fazer uma escuta ativa, demonstrando atenção ao que a pessoa tem a dizer.

Para ficar mais claro o método de entrevista narrativa, descreverei a forma de acesso à primeira entrevistada e a nossa interação. Ao começar a pesquisa, meu objetivo era entender o fenômeno da prisão feminina a partir da interpretação das mulheres que estiveram presas. Portanto, a melhor forma de obter isso seria a partir de entrevistas com mulheres que estavam ou que estiveram presas. Como já comentado na introdução, também tinha a intenção de observar como elas conviviam nos espaços de

privação e atividades que realizavam no interior da prisão. Seguindo o princípio da abertura, procurei colocar entre parênteses as ideias pré-concebidas que havia formado durante pesquisa no Mestrado para considerar qualquer nova informação vinda do campo. Meu orientador e eu passamos por um processo de cerca de um ano para aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Pucrs e depois no Comitê de Ética da Escola do Serviço Penitenciário. Ambas entidades demandaram questões sobre objetivos, metodologia, teoria, número necessário de entrevistas e tempo de duração das entrevistas. A formalidade dos procedimentos muitas vezes formulado para atender a pesquisas quantitativas, impuseram que delimitássemos alguns pontos, o que implicaria, mais tarde, em pressa da instituição para que fizéssemos as entrevistas, por exemplo.

Enquanto aguardava a aprovação, frequentei alguns espaços que dão assistência a presos e ex-presos. Um deles foi a Pastoral Carcerária, que reúne voluntários para visitar presídios, realizar missas, entregar doações. Outro foi a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (Faesp), que oferecia suporte para pessoas recém saídas do sistema penitenciário em Porto Alegre. A entidade, que chegou a atender 1,5 mil pessoas, acabou fechando em 2018, após 20 anos de trabalho, por falta de recursos.

Em cada um desses locais, procurava por candidatas a entrevistadas, até que através da Igreja Universal, obtive a primeira entrevista. Assim como a igreja católica, a igreja batista e outras, a Universal tem projetos em presídios com a ajuda de fiéis. O encontro com a pesquisada que foi indicada pela instituição, a qual chamei de Maria¹⁵, ocorreu em um dos templos da organização religiosa em Porto Alegre. Havia feito contato com ela pelo telefone e, em uma sala desse templo, ela me contou sua vida do início até aquele dia.

A biografia de Maria serviu para formar o primeiro tipo de interpretação dessa tese. O modelo de entrevista realizado com ela foi o mesmo utilizado durante a dissertação de mestrado e com as demais presas para esta tese. Em razão do objetivo de dar oportunidade ao sujeito narrar sua trajetória sem que o fluxo do relato seja interrompido, a pessoa é convidada a responder uma única questão e falar o tempo que considerar necessário e da maneira como julgar melhor.

¹⁵ Os nomes das entrevistadas foram trocados para preservar suas identidades. Da mesma forma, identificação de locais, datas e até gênero de determinadas pessoas citadas por elas foram mudados ou omitidos em algumas passagens desta tese com o mesmo objetivo.

Ao sentarmos na sala cedida pela administração do templo, fui questionada por uma funcionária que intermediou nosso encontro sobre as perguntas que faria. Expliquei para ela e para a entrevistada, de maneira bem breve e ampla, que estava fazendo uma pesquisa com mulheres que estiveram na prisão e gostaria de ouvir a história da ex-presa. A funcionária se conformou e nos deixou a sós. Ligado o gravador, perguntei a Maria:

Eu gostaria que a senhora contasse a sua história de vida. Pode contar da forma como quiser, pode demorar o tempo que precisar. Quero saber da vida do seu pai e da sua mãe, quando a senhora nasceu até agora. Eu não vou lhe interromper. Só vou fazer anotações. Quando terminar, vou fazer perguntas, mas só sobre o que a senhora falou (transcrição: entrevista Maria).

Antes de começar o relato inicial, Maria, assim como quase todas as demais, fez perguntas: “É da minha vida marginalizada?”. “Não”, respondi. “É da sua vida inteira”. “Mas não é melhor você ir perguntando?”, continuou Maria.

A entrevistada tinha 57 anos, em 2017, quando concedeu a entrevista, e seis filhos. Em sua biografia, constavam morte da mãe, vivência na antiga Febem, atuação em vários crimes, prisão, dois casamentos. Para dar conta de tudo, precisou priorizar os assuntos que considerava mais relevantes e que estavam de acordo com o que queria transmitir para mim, que era sua interlocutora. A entrevista, portanto, foi orientada pela nossa interação. À medida que ela contava, observava minhas reações. Se estavam de acordo com a impressão que queria passar, seguia contando do mesmo jeito, ou aumentava a voz, ressaltava alguma questão que pensava que iria me interessar. Eram tantas reviravoltas, vinganças, chegada de filhos, acessos de raiva e emoção, que em vários momentos fiquei totalmente envolvida com a história e quase não conseguia controlar minhas expressões de curiosidade. Eu dizia: “e aí, e aí, o que aconteceu depois?” Maria se deleitava. Ria ao descrever como aprendeu com o "maior batedor de carteira do Centro" como tirar todo o conteúdo dos bolsos das vítimas sem ser notada. Com muito suspense e notas de ação, descreveu como seduziu seguranças de uma empresa e roubou as armas deles. Também não deixou de falar da vez que cravou uma faca nas costas do ex-marido e o obrigou a não denunciá-la. A cada reação minha de surpresa e de espanto, ela se encorajava a contar mais e mais. Conforme ela falava, eu procurava manter o contato visual e, ao mesmo tempo, anotar os temas que estava trazendo, os quais seriam recuperados na segunda parte da entrevista.

Encerrou o relato inicial falando do momento atual em que está trabalhando como voluntária na igreja, ajudando no trabalho com presos.

As pessoas dizem pra eles o que diziam pra mim: 'Não tem jeito'. Mas eu digo que tem jeito, porque eu tive. Eu era pior que muitas pessoas. Às vezes, eu me olho no espelho e nem eu acredito (risos) (transcrição: entrevista Maria).

Eu perguntei se ela havia concluído ou se gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Quando ela confirmou ter terminado, comecei as perguntas sobre cada tema que ela havia falado na primeira parte, estimulando narrações sobre esses eventos. O objetivo era que ela localizasse na memória a imagem da situação relatada, narrando aquele momento da forma como tinha lembrança. Encerrados todos os temas, perguntei sobre algumas datas de nascimento dela, dos filhos, ano em que foi para o colégio, quando casou, quando foi presa.

Cada entrevista gerou um arquivo de áudio, um memorando (com informações sobre a interação, o local da entrevista, avaliação e registro do que foi mencionado e como isso ocorreu), além de anotações feitas à mão. Nos memorandos, ainda constam datas da biografia da entrevistada em ordem cronológica, como nascimento, eventos significativos citados na entrevista ou depois, morte dos pais, ingresso no mercado de trabalho. Três entrevistas foram reconstruídas com todos os passos da análise e as demais de forma global. Todas entrevistadas presas assinaram um termo de autorização.

Após a entrevista com Maria, tive contato com outra ex-presa na Faesp. Depois da aprovação da pesquisa no Madre Pelletier, fizemos uma sequência de entrevistas de novembro a dezembro de 2017 na Unidade Materno Infantil do estabelecimento. Em 2018, entrevistamos presas de outras galerias. As duas últimas entrevistadas foram mulheres que haviam passado pelo presídio no Reino Unido. Uma delas ocorreu no Sul da Inglaterra e a outra na região Nordeste. Ambas aceitaram participar após contato de pessoas que trabalham com ex-presos no país.

No Quadro 1, constam as principais informações das 24 pesquisadas, como data e local em que ocorreram as entrevistas, nome fictício, datas de nascimentos, os crimes que as levaram à prisão, o tempo que estiveram encarceradas até o momento dos encontros e a diferenciação se são presas ou não. Apesar de a classificação penal não ser determinante para análise, optei por colocar essa informação no quadro abaixo, pois trata-

se de um dado objetivo. Lembro, porém, que muitas entrevistadas relataram ter cometido outros crimes além dos que a levaram para a prisão, porém eles não foram penalizados pela Justiça. Ressalto também que, para contabilizar o tempo de encarceramento, foi considerada a soma do período de regime fechado, sem contar tempo de semiaberto e de período condicional. É muito comum que a mulher seja mantida presa por alguns dias ou meses e receba o direito de responder ao processo em liberdade. Há casos também em que a pessoa é inicialmente liberada, mas, em função de apelação do Ministério Público, volta para o interior da penitenciária. Existem ainda aquelas que são reincidentes e têm mais de uma condenação.

Quadro 1 – Amostra de entrevistas - continua

	Data	Nome	Nascimento	Local da entrevista	Crime	Tempo de Prisão	Presa ou ex-presas
1	2014	Roberta	1987	Shopping (Porto Alegre)	Tráfico de drogas	Dois anos	Ex-presas
2	2015	Márcia	1977	Corag (Porto Alegre)	Tráfico de dinheiro	Três anos	Ex-presas
3	2015	Luzia	1969	Corag (Porto Alegre)	Tráfico de drogas	Um ano e oito meses	Ex-presas
4	2015	Kely	1989	Corag (Porto Alegre)	Tráfico de drogas	Um ano	Ex-presas
5	2015	Patrícia	1974	Corag (Porto Alegre)	Tráfico de drogas	Cinco anos	Ex-presas
6	2015	Glória	1975	Corag (Porto Alegre)	Assassinato	Dois anos	Ex-presas
7	2015	Marilene	1966	Escola (Porto Alegre)	Assassinato	Dois anos	Ex-presas
8	2017	Maria	1960	Universal (Porto Alegre)	Arrombamento	Menos de um ano	Ex-presas
9	2017	Luana	1984	Faesp (Porto Alegre)	Roubo de carro	Três anos	Ex-presas
10	2017	Melinda	1981	UMI do Madre Pelletier	Furto, assalto e tráfico	Foi presa seis vezes desde 2005	Presa
11	2017	Lorena	1992	UMI do Madre Pelletier	Tráfico de drogas	Cerca de um ano e meio	Presa
12	2017	Gertrude	1978	UMI do Madre Pelletier	Tráfico de drogas	Menos de um ano	Presa
13	2017	Helena	1981	UMI do Madre Pelletier	Porte de drogas, associação criminosa	Oito anos	Presa

	Data	Nome	Nascimento	Local da entrevista	Crime	Tempo de Prisão	Presa ou ex-presa
14	2017	Renata	1976	UMI do Madre Pelletier	Assalto e assassinato	15 anos	Presa
15	2017	Antônia	1984	UMI do Madre Pelletier	Tráfico	Menos de um ano	Presa
16	2018	Martina	1975	Sala do promotor no Madre Pelletier	Negligência de filho	11 meses	Presa
17	2018	Angélica	1979	Sala do promotor no Madre Pelletier	Negligência	Três anos	Presa
18	2018	Júlia	1969	Sala serviço comunitário no Madre Pelletier	Tráfico de drogas	Três anos	Presa
19	2018	Aurora	1966	Sala do promotor no Madre Pelletier	Negligência	Mais de dois anos	Presa
20	2018	Melissa	1994	Sala de ginástica do Madre Pelletier	Assassinato	Menos de um ano	Presa
21	2018	Alicia	1978	Sala de atendimento do Madre Pelletier	Associação ao tráfico e tráfico de drogas	Mais de dois anos	Presa
22	2018	Jussara	1968	Sala do promotor no Madre Pelletier	Sequestro	Quatro anos	Presa
23	2019	Sophia	1988	Sala de um escritório em Londres	Tráfico de drogas	Um ano	Ex-presa
24	2019	Charlotte	1977	Sala na Universidade de Newcastle	Cúmplice de assassinato	Quatro anos	Ex-presa

Fonte: REIF, 2019.

Do total das 24 entrevistas, 22 ocorreram no Brasil entre os anos de 2014 e 2018. Outras duas entrevistas foram realizadas na Inglaterra, ambas em 2019. Onze pesquisadas eram ex-presas quando contaram suas biografias e o restante estava ainda no interior da prisão. Algumas entrevistas levaram mais de um encontro. A média de tempo de cada uma foi de uma hora, porém há gravações com mais quatro horas e algumas mais breves. Três biografias foram analisadas sequencialmente e as outras foram submetidas à análise global.

3.2.2 Método para análise dos dados

Como parte da análise do material coletado na entrevista biográfica, o contexto familiar na época de nascimento das entrevistadas é reconstruído para auxiliar no entendimento da forma de socialização. São analisadas ainda as principais experiências que formam os estoques de conhecimento das entrevistadas, os quais são subsídio para as receitas de ação. Também verificamos como elas organizam os temas de suas trajetórias durante a entrevista, considerando o sistema de relevância e interesse de apresentação¹⁶.

O primeiro passo consiste na análise sequencial dos dados biográficos. Nessa parte, relacionamos os principais eventos da biografia da entrevistada em ordem cronológica, como data de nascimento, separação dos pais, mudança de cidade, início dos estudos, ingresso no mercado de trabalho, casamento, nascimentos de filhos. Tudo isso está relacionado de alguma forma ao contexto histórico, econômico, social e geográfico. Esses dados foram analisados primeiramente sem considerar interpretações das entrevistadas. Criamos hipóteses para elencar quais seriam as consequências de determinada ação e quais seriam as alternativas disponíveis à entrevistada naquele momento da vida (ROSENTHAL, 2014a). Foram especuladas as possibilidades de ação da personagem considerando o sistema vigente de regras e o contexto econômico e social. O objetivo dessa etapa é a descoberta de possíveis significados das diversas fases no momento da vivência.

A etapa seguinte é a análise dos campos temáticos e interesse de apresentação. A ideia dessa parte é criar hipóteses sobre quais motivos levaram o entrevistado a abordar esse ou aquele tema naquele momento da entrevista. Observamos qual imagem a pessoa quer transmitir optando por falar de determinado assunto e detalhes daquela fase da biografia. As hipóteses também estão relacionadas à sequência de temas posteriores. A intenção é reconstruir os mecanismos que comandam a seleção dos temas, sua sequência e a ligação temática no texto. Tentamos nos perguntar se aqueles assuntos dizem respeito à situação da entrevista, à situação presente de vida, ou à relevância biográfica do passado. O presente da narração tem relação com um olhar para o passado com perspectiva atual.

¹⁶ A forma de realização de entrevistas e o passo a passo da análise estão detalhadamente descritos em dois livros da professora Gabriele Rosenthal em Português (ROSENTHAL, 2014a; 2017).

Aquilo que passou está sujeito a uma modificação constante (ROSENTHAL, 2014a, p. 229).

No passo seguinte, buscamos a análise de dados biográficos e contrastamos com as declarações da pessoa durante a narração. Buscamos nessa fase a percepção contada na entrevista sobre os acontecimentos na época que ocorreram. Aquelas hipóteses feitas no primeiro passo sobre as datas biográficas serão confirmadas ou refutadas com base no texto da narrativa. O contraste entre a vida vivenciada e a vida narrada tem o objetivo de mostrar possíveis explicações para as perspectivas do passado e do presente. A cada momento da análise, podemos identificar materiais de texto confusos, ou que possam esconder conteúdos latentes. Esses trechos podem passar por uma microanálise, com construção de hipóteses sobre ele.

Ao final de todos os passos, as tipologias são construídas a partir de contrastes mínimos e máximos dos casos. Portanto, são observadas semelhanças e diferenças sobre o fenômeno social estudado nas biografias. A pergunta de pesquisa, que fica suspensa ao longo da investigação, é retomada no momento da formação dos tipos e pode levar a diferentes níveis, como pessoal, familiar, organizacional (ROSENTHAL, 2014a). Um único caso poderá representar um tipo do universo pesquisado, mesmo que ele não se repita. Gabriele Rosenthal defende que um tipo abrange casos semelhantes e isso independe da frequência com que esses ocorrem (ROSENTHAL, 2014, p. 91a).

Conforme Rosenthal, as vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo. Essas lembranças não se referem a um estoque de memórias firmemente armazenadas. Segundo a autora, o presente da narração define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso (ROSENTHAL, 2014a, p. 229).

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, foi explicada a escolha teórica e metodológica para pesquisar o fenômeno social do encarceramento feminino. Considerando teorias sociológicas interacionistas e interpretativas, abordamos o tema a partir da relação entre sujeito e estrutura, presa e presídio. A literatura fenomenológica mostra que os sujeitos incorporam

valores sociais e negociam com eles a partir da infância e não param de receber novas informações e de somar novos conhecimentos ao longo da vida. O conjunto dessas experiências é subsídio para interpretações, decisões, motivações e ações dos indivíduos. Tudo isso está contido na trajetória de vida de cada um. Por esse motivo, o conhecimento da biografia é um meio para obter o processo dos fenômenos. A entrevista narrativa biográfica, portanto, apresenta-se como ferramenta, já que o princípio da abertura que a fundamenta permite ao agente ser fonte principal do conteúdo por ele interpretado. Nesta sessão, está apresentada uma das entrevistas realizadas para esta pesquisa, com o objetivo de explicitar o método de coleta de material. Também estão demonstrados os passos de análise dos dados, os quais também consideram o princípio da abertura. A seguir são demonstrados os principais resultados deste trabalho, incluindo trechos e reflexões sobre o diário de campo, entrevistas e reconstrução biográfica de três trajetórias. Essas biografias ajudaram a formar os três tipos de interpretação de encarceramento, que serão apresentados no capítulo 5.

4 ENTRAR E SAIR DA PRISÃO: TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS

O processo recordativo é atrelado não só ao passado como à situação presente, incluindo atual momento de vida individual e situação contextual geral (ROSENTHAL, 2014b). O que vou relatar neste capítulo não é um passado tão distante, mas, mesmo assim, sofreu alterações em minha memória à medida que fui vivenciando e aprendendo com as experiências de pesquisa. Da mesma forma, as biografias mostradas nesse capítulo foram obtidas de entrevistas em que as pesquisadas reportaram vivências com o olhar atual, o qual dá um novo contorno aos eventos ocorridos no passado. Reuni as anotações sobre as visitas ao Madre Pelletier, conhecimento adquirido em disciplinas ao longo do doutorado e experiências em outros presídios na Inglaterra, além de conversas com presos estrangeiros e ex-presos, anotações também sobre o que ouvi e o que dialoguei com outros pesquisadores em eventos acadêmicos, cursos e, principalmente nas reuniões do grupo de pesquisa Narrativas Biográficas. Ao longo dessa revisita ao material, lembrei, a todo o tempo, o que dizia a professora Lilian Milnitsky Stein, na disciplina Psicologia do Testemunho: “A memória não é uma câmera fotográfica.” Cada vez que são revisitadas, as memórias são diferentes devido a diversas interferências. As relativas à biografia têm papel na criação e manutenção da autorrepresentação (BADDELEY, 2011) e o acúmulo delas demonstra o que somos agora.

No processo, precisei desapegar de detalhes e informações que talvez não fossem úteis para a apresentação dos resultados. Por esse motivo, foram selecionadas apenas dados que auxiliem na compreensão do que foi considerado para a análise e que poderiam significar contribuição para a elucidação da interpretação da vivência de prisão pelas próprias entrevistadas. Apesar de algumas informações não constarem na parte final do trabalho, todas foram importantes para a compreensão dos fenômenos e para adaptar, vez ou outra, o caminho da pesquisa.

4.1 CONDIÇÕES EM QUE A PESQUISA FOI REALIZADA

Considerando que, a partir da minha história pessoal e profissional, fiz escolhas para a pesquisa, procuro explicitar minha experiência com o tema nesta tese. Na primeira vez que estive em um presídio, era repórter e estava escrevendo uma matéria

sobre presos estrangeiros no Brasil em 2012¹⁷. Na época, a representação que fazia daquele ambiente era de um local perigoso, cheio de seguranças e de difícil acesso e trânsito em função disso. Minha entrada no Presídio Central foi autorizada pelo juiz da Vara de Execuções Penais e pelo então diretor da instituição. O fotógrafo e eu tivemos acesso apenas à parte dianteira dos prédios, onde ficam os setores administrativos e espaços de passagem dos presos, já que as galerias são restritas até mesmo para a polícia, porque estão sob controle dos detentos. Deixamos celulares e identidades na entrada e, após passar pela detecção de metais, ingressamos no local. Ao passarmos pelos apenados no corredor, eles viraram de costas, como costumam fazer quando há mulheres visitantes (AZEVEDO; CIPRIANI, 2015). Dois deles haviam sido selecionados para a entrevista, um chileno condenado por matar a esposa e um uruguaio preso por tráfico de drogas. Nos reunimos em uma pequena sala com dois bancos e uma mesa. De um lado, fiquei conversando com os presos junto com o fotógrafo e, de outro, um policial militar tomava chimarrão. Nada muito parecido com os filmes que contribuem com o nosso imaginário do que é um ambiente carcerário, em que os presos ficam algemados ou separados dos visitantes por um vidro, por exemplo. Lembro de ter me sentido um pouco desprotegida por ficar lado a lado com um homem que havia cometido assassinato. Fiquei em estado de alerta todo o tempo, prestando atenção em qualquer ruído até me encaminhar para a saída, passando pelos mesmos corredores e pelo jardim que tínhamos cruzado anteriormente. Ainda visitaria o local outras três vezes entre 2012 e 2016, quando foram feitas vistorias por entidades preocupadas com as condições estruturais da instituição.

Com tudo isso em mente, estive pela primeira vez no presídio Madre Pelletier em 2013, também com o objetivo de fazer uma reportagem. Com as mesmas autorizações que solicitei para entrar na prisão destinada para homens, passamos, eu e o fotógrafo Vinícius Roratto por três portões. O primeiro está quase sempre aberto. É o que separa a rua do estacionamento da casa prisional. No segundo, precisamos apertar a campainha e nos identificarmos, para depois esperar em um sofá rasgado em uma antessala, onde é possível ver algumas presas algemadas chegando e saindo para audiências e funcionários voltando do almoço. Uma última porta dava acesso a um saguão, onde está disposto um balcão com agentes que fazem a revista e anotam a movimentação de entrada e saída de

¹⁷ A reportagem foi publicada na edição impressa e online do jornal Correio do Povo: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/detentos-estrangeiros-custam-a-se-adaptar-a-pres%C3%ADdios-no-brasil-1.88934> (acesso em 27/12/2019).

visitantes e de presas. O número de detentas por setor fica anotado em um pequeno quadro branco. Documentos e celulares entregues, seguimos para o interior da cadeia feminina. Diferente do ambiente gradeado, escuro e cinza que havia visto no Central, aquele lugar era todo cor-de-rosa. A estrutura que antes foi um convento já estava deteriorada, mas as condições eram aparentemente melhores do que as que havia conhecido no estabelecimento masculino. Não estava ciente de que a superfície não mostrava as pressões de gênero enfrentadas pelas detentas e que têm consequências no estigma que carregam e que é responsável, talvez, pelo número de visitas ser limitado e por elas ficarem praticamente abandonadas pelos entes queridos que permanecem do lado de fora durante o cumprimento da pena.

Como no Central, também só tive acesso às áreas comuns. Pude visitar a cozinha, locais de trabalho e perceber que as detentas circulavam quase que livremente pelos espaços. A intenção era falar com presas trabalhadoras e com mulheres encarceradas junto com as filhas. Diferente do que ocorreu no Central, eu e o fotógrafo ficamos sozinhos em salas com as presidiárias e, depois nos seus ambientes laborais em que elas usavam ferramentas e estavam praticamente livres. Em determinado momento, esqueci que estava em um presídio, não só pelo ambiente não ser muito cerrado, mas também pela aparente falta de preocupação dos agentes com as presas. Essa impressão foi diferente da que tive nas duas vezes em que pisei na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, também para trabalhos jornalísticos. A estrutura dessa instituição mais recente é bastante controlada. Diferente do Madre Pelletier que tem cores, quadros, cartazes, a prisão na Região Metropolitana de Porto Alegre é quase limpa desse tipo de elementos visuais. Os espaços são também mais delimitados, fechados. As detentas usam uniformes e têm, aparentemente, menos liberdade e possibilidade de atividades do que as da instituição na Capital. Mais tarde, vim a descobrir que, devido a essas características, a instituição é usada como punição, pois presas indisciplinadas são enviadas para lá.

Quando iniciei a pesquisa empírica no Madre Pelletier, portanto, já havia estado em contato com outras instituições e com a própria no passado e, com isso, formado algumas impressões. Em 2013, quando havia redigido a série de quatro reportagens publicada no jornal *Correio do Povo*, “Marcas da Prisão”¹⁸, as histórias e

¹⁸ A série foi publicada entre os dias 27 de abril e 1 de maio de 2013 na edição impressa do *Correio do Povo*. Ficou em segundo lugar no 3º Prêmio ADPERGS de Jornalismo de 2014.

entrevistas com especialistas me mostravam mulheres vítimas da sociedade, dos homens e da instituição carcerária.

Porém, quando entrei no presídio feminino como pesquisadora acabei desconstruindo algumas ideias a partir de novas experiências. A essas imagens foram acrescentadas outras facetas do fenômeno da prisão feminina que mostraram, principalmente, a agência dessas mulheres presentes no teor dos seus relatos e na interação que observei entre elas, servidores e conosco, pesquisadores. O que não anula, evidentemente, as injustiças e violências sofridas por elas ao longo da vida.

4.1.1 Dinâmica de uma prisão feminina e interação com as pesquisadas

No edifício rosa, onde fica o Madre Pelletier, há certos rituais de entrada, os quais são seguidos, com algumas diferenças, em praticamente todas instituições carcerárias do Brasil. As ingressantes passam por uma triagem com assistente social, psicólogo, enfermeira e setor jurídico para detectar as condições gerais de saúde, serviços necessários, possível envolvimento com drogas e necessidade de tratamento médico, assim como para verificar a situação com a Justiça. É realizada uma entrevista de acolhimento para o esclarecimento sobre os serviços, direitos e regras a serem seguidas. Nesse momento, começa a socialização com o ambiente, incorporação de normas e assimilação de termos próprios do local, assim como rotina de horários e espaços que são permitidos ou não.

O chefe de segurança define a galeria que a nova presa será enviada. A instituição classifica as internas conforme alguns critérios legais, mas também de saúde e de ocupação dentro da casa, e assim elas são divididas. A B1, no primeiro andar, recebe mulheres com enfermidades, como câncer, HIV e tuberculose. Elas ficam próximas à Unidade Básica de Saúde (UBS) no interior da prisão¹⁹, o que facilita o deslocamento e a remoção no caso dos atendimentos.

¹⁹ A equipe da UBS no Madre é composta por infectologista, pediatra, psiquiatra, clínico geral, nutricionista, odontólogo, psicóloga, assistente social, enfermeiras e técnicas de enfermagem. O serviço ocorre das 7h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, sendo as emergências foram desses horários são atendidas pela rede de saúde externa, através da escolta da presa. São ofertadas vagas semanalmente por galeria para consulta, mas que normalmente não são suficientes para a demanda constante por atendimento

Ainda no primeiro piso, fica a sala dos agentes próximo ao lance de escadas, a sala de valorização humana e a capela, desativada desde um incêndio decorrente de uma rebelião. A casa conta também com espaços para cursos, artesanatos, exercícios físicos e escola. No mesmo andar, está a galeria B1 Salão que acomoda mulheres no início da gravidez. Após 32 semanas de gestação, elas são transferidas para a Unidade Materno Infantil, a qual está separada do restante da penitenciária por um pequeno pátio. No térreo, ficam os espaços comuns e sala para a assistente social e psicóloga realizarem os atendimentos. No andar superior, estão os alojamentos para as mães e os bebês.

A galeria B2, por sua vez, aloja, no segundo andar, presas provisórias e condenadas que trabalham nos serviços realizados para a casa, como cozinha e faxina. A B3 reúne condenadas também trabalhadoras, sendo a maior parte de empresas instaladas na prisão. O setor B4 é o chamado “seguro”, onde ficam as que cometeram crimes que são condenados por outras presas, como violência contra crianças. Elas ficam isoladas das demais e também da maior parte das atividades ofertadas. Porém, quando estivemos lá, a direção trabalhava para uma integração dessas internas e o restante das presas, procurando ofertar postos de trabalho. No C estão, em sua maior parte, as cozinheiras do presídio e no D, as com penas provisórias.

Para exemplificar a distribuição das galerias, havia 221 no dia 21 novembro de 2017, quando estivemos no local. Eram oito na B1, seis na B1 Salão, a B2 estava temporariamente desativada, na B3 estavam 43 mulheres, na B4 havia 33, na C somavam 35, já na D tinham 9 e na UMI, também 9. Atualmente o presídio comporta um número razoável de pessoas em relação às vagas (239), mas já foi superlotado quando a pesquisadora Leni Colares encontrou 480, enquanto fazia sua tese de doutorado publicada em 2011. Nessa época, eram registradas muitas rivalidades entre as presidiárias. Atualmente, as que fazem parte de grupos criminais organizados são enviadas para a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, inaugurada em 2011, com capacidade para 432 pessoas. A criação da unidade contribuiu para a melhora do uso de espaço do Madre e também solução de problemas como rixas entre as presas.

(MARTIL, 2018). O Infopen Mulheres, divulgado em 2019, indica que 75,1% das mulheres custodiadas estavam em 2017 em unidades com estrutura de saúde, em atendimento à Lei de Execuções Penais (LEP) e à Portaria Interministerial. Cerca de um terço dos atendimentos (31,7%) foram relacionados a procedimentos, como sutura e curativo, seguido de 23,2% relativos a consultas médicas realizadas na própria unidade e 11,7% as consultas psicológicas.

Como parte da rotina da casa, estão as atividades educacionais, recreativas e profissionais. No Madre Pelletier, tirando as presas do B4 e as que estão doentes, a maior parte tem acesso²⁰. Outro evento que altera o dia a dia na casa, são os momentos com as visitas. Quem tem parentes e pessoas próximas aguarda ansiosamente as quartas-feiras, os sábados e os domingos. Os visitantes costumam levar as “sacolas”, com itens pessoais que normalmente não são oferecidos pela casa. Cada dia é destinado às presas de um grupo de galerias. Os encontros, porém, seguem várias regras, entre elas, a autorização prévia da pessoa que irá ingressar no presídio.

Além das visitas, a presença de organizações religiosas no interior da casa também foi incorporada à rotina. Praticamente todos os dias, há representantes de igrejas no local. De segunda a sexta-feira, há atividades da Assembleia de Deus, Igreja Batista, Igreja Quadrangular, Igreja Católica, Testemunha de Jeová, Grupo Espírita, Igreja Mundial do Poder de Deus, Associação Evangelista Seara Latina, Igreja Universal do Reio de Deus e Centro Espírita Bezerra de Menezes. Essas entidades fazem cultos, orações em grupos, atendimentos e outras atividades. Em razão da falta de atendimento mínimo às demandas materiais das reclusas, entidades beneficentes e organizações religiosas se encarregam de suprirem as necessidades básicas, fornecendo itens de higiene, por exemplo, o que incentiva muitas mulheres a participar dos encontros para obter doações (MARTIL, 2018).

Para que as presas sigam as regras, algumas punições são tomadas em caso de indisciplina. Uma delas é enviar a mulher para um espaço reservado dentro do presídio, chamado “castigo”. Ali a presa fica isolada por determinado número de dias. A direção também pode fazer com a que a presa perca o emprego dentro da instituição e transferir a detenta para outro presídio na Região Metropolitana ou no interior. Essa última medida representa uma punição mais severa porque pode privar a apenada de manter contato com a família, que muitas vezes não pode viajar para outra cidade. Isso implica na falta de recursos que normalmente os familiares levam para as presas. Dessa forma, elas podem ficar dependentes de outras dentro da instituição (COLARES, 2009).

²⁰ Conforme o Infopen Mulheres (DEPEN, 2019), 34,03% da população prisional estava envolvida em atividades laborais, internas e externas às unidades penais em 2017. O percentual representa um total de 12.459 mulheres trabalhando.

Para descobrir esse contexto, meu orientador Hermílio Santos e eu iniciamos a pesquisa negociando com a direção os dias que poderíamos fazer as entrevistas e observações. Foi sugerido que começássemos na Unidade Materno Infantil (UMI), onde estavam aproximadamente 10 mulheres – parte delas estava grávida e a outra, com filhos menores de um ano. Decidimos aproveitar o momento em que estavam todas reunidas em um pátio lateral, junto ao setor, para explicar quais eram nossos objetivos.

Na ocasião, observamos que aquela não seria a primeira participação da maioria das presas em uma pesquisa acadêmica. Muitas já haviam dado entrevistas para outros pesquisadores, assim como para jornalistas. Afinal, não é de hoje que esse público é alvo de interesse científico e de curiosidade, expressada por matérias e documentários. Eu mesma já havia realizado reportagens sobre mulheres em cumprimento de pena.

Ao final da nossa explicação sobre a pesquisa, elas expressaram o que queriam saber através de uma das presas: “O que vamos ganhar com isso? Já demos entrevistas para outras faculdades e nem sabemos no que deu.”

Era uma questão muito razoável. Por que elas iriam contar suas vidas para dois estranhos, sem obter nada em troca? Daquela questão poderíamos formular diversas hipóteses para o que iria acontecer com as entrevistas. Entre as possibilidades, estavam a não colaboração, por exemplo. Caso colaborassem, poderiam resumir muito as histórias ou dar as entrevistas de má vontade. Tudo isso deveria ser considerado durante a fase de análise do material, pois foi nessa circunstância que os dados foram obtidos.

Ao iniciar seu trabalho de campo no Instituto Penal Talavera Bruce, Julita Lemgruber (1999) foi questionada praticamente da mesma forma. A pesquisadora optou por esclarecer suas limitações em relação à condição das apenadas. No nosso caso, apesar de explicarmos que não tínhamos como mudar a situação delas na cadeia com a pesquisa, ressaltamos que o nosso objetivo de conhecer mais a realidade de quem vive a privação de liberdade, incluindo motivações para o cometimento dos crimes, contribuiria para que houvesse mais informações a serem usadas na formulação de políticas públicas nessa área. Isso traria um possível benefício indireto, o qual não poderíamos prever, muito menos prometer. A reação das nossas interlocutoras naquela manhã não foi muito entusiasmada, mas elas concordaram em participar.

Superado isso, ainda houve algumas outras interferências a serem destacadas, como a limitação de tempo e organização da instituição. Devido ao grande número de pedidos para realização de pesquisas, a direção procura fazer um cronograma para que seja realizada a meta do acadêmico na prisão e, assim que concluída, dar oportunidade para os próximos estudantes. Como as narrativas biográficas costumam durar mais de uma hora, algumas agentes procuravam apressar o processo. No entanto, a direção e a maioria das funcionárias foram muito solícitas e compreenderam nossas especificidades, flexibilizando a agenda em muitos momentos. Mas a própria rotina prisional também impunha algumas interrupções. Por exemplo, o horário da alimentação não podia ser postergado e as presas já começam a se preparar um pouco antes do horário marcado para as refeições, o que muitas vezes foi motivo para interromper as entrevistas.

Outra peculiaridade foi que as entrevistas com as mulheres que tinham filhos no interior da prisão, foram feitas junto com os bebês. A participação deles abreviou parte das conversas, porque as crianças ficavam entediadas, choravam, ou precisavam de algum cuidado, como troca de fraldas. No entanto, a presença também representou um ganho, pois foi possível observar momentos de interação das mães com as crianças. A partir dessas especificidades, considerei hipóteses de ter havido a supressão ou a inclusão de algum tema em razão da presença do filho durante a entrevista, lembrando que quem dá o curso da narrativa e escolhe sobre o que vai falar é a entrevistada, de acordo com o método utilizado. Também constava a possibilidade de a pesquisada usar o bebê como desculpa para encerrar a entrevista em algum momento que ela não quisesse mais falar. Acredito que isso aconteceu algumas vezes, pois as interrupções ocorreram quando a entrevistada estava falando sobre algum assunto delicado, como morte, crime etc.

Uma questão também a ser considerada é que o nosso contato com as participantes foi intermediado pelo corpo de funcionários no Madre Pelletier e por pessoas que nos indicaram as entrevistadas que conhecemos do lado de fora. Como não podemos controlar a maneira como esses intermediários apresentaram a pesquisa para as possíveis entrevistadas, não descartamos que possa ter havido direcionamento ou influência, mesmo que involuntária. Uma das presas me disse que foi dito para ela que era muito importante comentar sobre seu trabalho no presídio. Expliquei que poderia ter havido um mal-entendido pois aquele não era o foco. Deixei claro que gostaria de saber não só sobre o trabalho, mas sobre qualquer assunto que ela quisesse me contar sobre sua trajetória. Por esse motivo, na fase de análise, foram incluídas hipóteses a respeito da

motivação da fala, considerando que algum intermediário possa ter ressaltado aquele tema como relevante ou algo parecido.

Da mesma forma como eu precisei fazer escolhas para apresentar o trabalho e assim ele ser compreendido, as entrevistadas também selecionaram temas e palavras para usarem em seus discursos com objetivos específicos. Algumas pretendiam demonstrar suas versões sobre os fatos, outras queriam desabafar e conversar com alguém, havia ainda as que tinham intenção de atender ao pedido da direção e, com isso, tinham a expectativa contribuir com a imagem de “comportadas”. Em geral, elas se comunicam muito bem, talvez até por já terem dado outras entrevistas. Precisei sempre lembrar de que o conteúdo escolhido para as narrativas poderia sofrer influência do local, da interpretação da entrevistada sobre a entrevista e da imagem que queriam passar.

Pelo fato de algumas entrevistas terem sido feitas em dupla e outras individualmente, observei também algumas diferenças nesse sentido. Em muitas ocasiões, reparei que a entrevistada olhava mais para o professor do que para mim. Uma das razões pode ser a autoridade que ele representa. Portanto, essas que se dirigiam preferencialmente a ele, poderiam entender que, como professor, era o encarregado e competente por assimilar e reportar as informações. Quando estava sozinha, notei um aumento da ansiedade por compreensão por parte das pesquisadas. Elas demandavam que eu demonstrasse e assentisse que estava entendendo suas decisões e ações contadas sobre a biografia. Um dos motivos seria talvez a expectativa de que alguém do gênero feminino fosse entender o que elas passaram. Já outra alternativa seria a incredulidade de que alguém que não passou pelo que elas passaram conseguiria entender suas vidas.

Condenada por sequestro, Jussara fixou o olhar dela no meu e manteve durante quase uma hora. Em alguns intervalos, em que esperava que eu demonstrasse minhas reações, dava risadas. Em certo momento, se aproximou e disse: “Eu sei reconhecer falsidade. Sei quando a pessoa está sendo falsa”. Me fiz de desentendida, mas ela não desistiu e falou: “Por que tu não faz perguntas e não diz o que quer saber? Tu tá entendendo o que eu to dizendo?” Minha avaliação é que, assim como várias outras, Jussara esperava minha compreensão e que eu concordasse com ela. Respondi que não estava perguntando, porque queria que ela ficasse livre para contar e que tentava me colocar no lugar dela ao longo da entrevista, mas que nunca iria entender a sua vida como ela havia entendido, porque tínhamos trajetórias diferentes.

Jussara trabalhava em uma empresa de materiais eletrônicos dentro do Madre Pelletier. Esse é um dos locais em que elas podem atuar dentro da instituição. Há ainda outras empresas com uma de temperos e também postos de trabalho em funções como reciclagem do lixo, cozinha, manutenção e limpeza. Normalmente, as presas procuram uma vaga porque isso traz diferentes benefícios além de dinheiro. Contribui com a remição da pena e também com a mudança de status diante das outras presas e da direção.

Tive a oportunidade de visitar alguns desses espaços onde são desenvolvidas atividades laborais e também cursos e atividades físicas. Minha intenção era observar as rotinas e interações na casa prisional, já que não poderia observar isso nas celas, espaço de visitas e de refeições, por exemplo.

Infelizmente, essa observação nos locais de convívio foi um tanto quanto artificial, porque eu era uma pessoa estranha naquele espaço e elas não agiam naturalmente. Além disso, minhas visitas eram sempre acompanhadas por alguém da casa. Decidi então aproveitar a oportunidade e conversar informalmente enquanto as mulheres trabalhavam ou faziam alguma atividade. Algumas estavam na função há muitos anos e contavam com um emprego da mesma empresa que atuavam no presídio do lado de fora quando fossem libertadas.

A perda do trabalho, portanto, é um agravante para a pena e, muitas vezes usada como punição, como já foi mencionado. Um dia depois de eu ter conversado com trabalhadoras de uma das empresas situadas no espaço prisional, houve uma revista no presídio, e quatro das que eu tinha encontrado haviam perdido o emprego e sido transferidas para o presídio de Guaíba. Elas foram pegadas com celulares nas celas, o que é terminantemente proibido, embora não seja raro saber de casos como esse.

Se por um lado, eu tentava ser vista pelas entrevistadas como interessada, disponível, aberta para o entendimento das histórias delas, sem julgamentos, cada entrevistada tinha seu interesse naquela situação e fazia uma interpretação sobre mim. Não descarto que também pode ter havido momentos em que elas tentaram manipular as histórias e a situação.

Em algumas ocasiões, as entrevistadas mostravam a tentativa de controle da interação. Isso podia ser demonstrado pelo simples fato de dizer que iria ao banheiro e prometer que voltaria em poucos minutos, mas nunca mais retornar e, mais tarde, ser

encontrada no pátio conversando com as colegas. Outro exemplo é que uma delas queria determinar a ordem das entrevistas. Houve ainda um momento que uma entrevistada pediu que, da próxima vez, eu trouxesse balas para elas. Na hora, não soube o que responder e disse que iria perguntar para a direção se era possível eu levar algo, ao que a presa prontamente respondeu: “Pode sim”.

Em um artigo sobre o percurso de uma pesquisa, Adorno (1991) menciona que o pesquisador precisa enfrentar e lidar com a sedução do preso ao longo do caminho. Alguns fazem pedidos sutis e outros mais explícitos para pequenas ou grandes demandas. Quando terminamos todas as entrevistas na unidade, discuti com meu orientador sobre as possíveis consequências da entrega de balas. Concluímos que não significaria um resultado negativo. Por isso, ao final, entreguei um pacote para dividirem como forma de agradecimento. A partir daí, as entrevistas seguiram com presas de outras galerias, entre elas a B4.

Apesar de várias entrevistadas terem usado violência em seus crimes e feito diversas vítimas, no decorrer das histórias, eu acabava me sensibilizando, especialmente porque a maioria viveu experiências traumáticas na infância e na adolescência. Eu procurava controlar minhas reações tanto interna como externamente e ficar isenta, sem julgar, pois entendia que elas já haviam sido julgadas pela Justiça e já tinham pagado ou estavam pagando pelos seus delitos. Isso até que começamos a entrevistar uma série de mulheres que estava cumprindo pena na galeria destinada àquelas que haviam cometido, em sua maioria, crimes contra criança (B4). Não chegamos a entrevistar nenhuma que havia feito algo diretamente contra menores de idade, mas sim as que foram presas por negligência. Apesar disso, não conseguia sentir a mesma empatia que tive pelas outras, talvez por uma questão cultural, já que é esperado que mulheres sejam maternais e protejam seus filhos, tema que foi abordado no capítulo 2. O exercício de não julgamento das histórias foi ainda maior com essa amostra, especialmente, na fase de análise.

O desconforto com pessoas que são presas por esse tipo de crime não é só meu. Há risco de as internas do B4 serem agredidas e mortas pelas outras internas, por isso, ficam em um setor separado. Mesmo assim, sofrem constantes ameaças. Uma das entrevistadas que estava passando por isso era Melissa. No caso, ela não estava presa por algo em relação a crianças, mas sim contra um ascendente, algo que também é rechaçado na cadeia. “Fui presa e fui para o Madre. Foi de noite eu tava no Seguro, na galeria B4.

Eu tava com uma mulher que tinha matado a filha, que era uma usuária de crack. Nesses 22 dias, eu fui muito ameaçada de morte. Me chamaram de assassina e de vários palavrões.”

Durante a coleta, houve ainda surpresas nas falas. Por exemplo, chamou a atenção quando algumas entrevistadas disseram que consideravam o presídio melhor do que a vida que costumavam ter do lado de fora. A principal razão é a carência e a falta de acesso a condições mínimas de vida. Júlia, que estava presa por tráfico quando concedeu a entrevista, não teve luz elétrica em casa até os 18 anos, sempre dependeu de doações e teme pela sua situação quando for libertada. “Tem muita gente que opta por ficar na cadeia do que ficar na rua, porque não tem para onde ir. Eu, por exemplo, não tenho. Aqui, pelo menos, tenho um lugar para dormir, comida e trabalho.”

A pesquisa de Rochele Fachineto (2008) em uma estrutura feminina para o cumprimento de medidas sócio-educativas mostrou discursos ambíguos nesse sentido. Enquanto ouviu falas de jovens sobre a instituição parecer um hotel, porém com regras, ou uma colônia de férias, também verificou algumas que reconheciam o lugar como uma verdadeira prisão. Conforme a autora, essa interpretação tem relação com a trajetória das jovens. Muitas, por exemplo, tiveram naquele ambiente a possibilidade de ter todas as refeições do dia e outros recursos, os quais não tinham acesso do lado de fora. Por isso, as experiências anteriores pesam na avaliação sobre a casa.

Nas falas de agentes penitenciários, Nelson Oliveira Pinto (2017) observa o que chama de mito da "boa prisão". Mesmo reconhecendo as carências e precariedades na cadeia feminina, esses trabalhadores consideram que existe uma possibilidade de a prisão significar um benefício. O autor entende que esses agentes, de certa forma, incorporam o discurso de que o sistema criminal se justifica por estarem inseridos em um processo histórico, cultural e social que cultua essa ideia.

Outros dois presídios também foram visitados por mim já durante a pesquisa para a tese. Na passagem pela Inglaterra para realização do doutorado sanduíche, tive oportunidade estar na Pentonville, uma prisão masculina em Londres, e em Grendon, penitenciária com finalidade terapêutica, destinada a presos que cometeram crimes graves e localizada em Buckinghamshire.

Em Pentonville, estão homens com penas mais curtas, muitos jovens e reincidentes, que ocupam pequenas celas, normalmente dois em cada uma. Fui levada pelo professor doutor Andreas Aresti da Universidade de Westminster, o qual já esteve preso no local, e hoje dedica parte do tempo para ensinar criminologia a alunos reclusos. Na ocasião, outra ex-presa, Marisa Merico, foi apresentar seu livro “*Mafia princess*” (2010), sobre sua experiência no crime da máfia italiana, em um evento realizado na biblioteca da instituição penal. Antes e depois da discussão sobre a obra, conversei com diversos internos que estavam reunidos no local. Alguns lamentavam a situação na prisão. Pelo menos dois tinham penas menores do que dois anos e reclamavam de precisar passar pela experiência de prisão que iria prejudicar suas vidas no futuro. Mesmo ficando apenas poucos meses reclusos, a sociedade passaria a reconhecê-los pela chaga de ex-presos. Isso dificultaria relacionamentos e empregabilidade, fora as vivências da penitenciária, muitas vezes traumáticas, que ficariam na memória de todos.

A instituição é formada por sete pavilhões gradeados, parte deles com celas e outra parte com áreas comuns ou departamentos administrativos e de segurança. Pude ver que nos corredores, havia mesas de ping-pong e outros jogos, e que os presos podem ficar com as celas abertas durante o dia para interagir. Nesses espaços, não é raro ocorrem brigas, conforme me contou o consultor de educação em Pentonville, Jose Aguiar. Ele participou da idealização do curso de criminologia ministrado por Aresti e pelo outro professor doutor da Westminster, Sacha Darke. Segundo Aguiar, a educação é uma ferramenta de distinção entre os presos e, desde que começou o curso, os módulos que depois podem ser aproveitados por quem for cursar a universidade, são bastante concorridos. Um dos presos me disse que estudar criminologia ainda foi uma maneira de compreender sua própria vida: “Eu queria saber se eu era mau. Com as aulas, descobri que existem várias teorias para o crime e comecei a entender minha participação”, disse. A transformação e oportunidades dadas aos prisioneiros na Inglaterra e a adaptação do projeto para o Brasil está descrita em uma matéria que fiz para a versão online da BBC²¹.

Em Grendon, Darke apresentou o grupo de estudos que conduz com a participação dos presos. Todos muito articulados estudam teoria do crime e organizam artigos para serem publicados em revistas acadêmicas. A possibilidade de estudar temas relacionados às suas vidas têm mudado as perspectivas de muitos deles. A intenção do

²¹ A reportagem pode ser acessada pelo link: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49053492>.

projeto, além de promover educação, é dar voz aos presos. Eles são incentivados a escrever textos científicos com base, principalmente, em suas experiências dentro da prisão. Muitos sonham em concluir a pena e lecionar sobre o tema.

A doutoranda Safak Bozkurt está concretizando esta meta. Conheci essa experisa através dos dois professores. Atualmente ela pesquisa sobre a maternidade na prisão, vivência que marcou sua vida. Pude conhecer um pouco da realidade das cadeias para mulheres na Inglaterra a partir dela e de duas entrevistadas no país, já que, devido à burocracia, não consegui visitar essas instituições. Assim como eu manifestava curiosidade sobre o sistema inglês, Bozkurt também queria saber a respeito da experiência brasileira. Apresentei para ela o documentário “O Cárcere e a Rua” (2004), dirigido por Liliana Sulzbach, dentro e fora do Madre Pelletier. Assistimos juntas e, enquanto eu traduzia as falas das personagens, ela reconhecia muitas similaridades das vivências de presas no Reino Unido. Mesmo com a diferença de estrutura e de leis penais, os relatos das experiências de encarceramento podem ser muito parecidos.

Bozkurt identifica como um dos principais problemas o afastamento dos filhos em razão da privação de liberdade e também a medicalização das mulheres. Ela mesma foi medicada com calmantes quando estava presa e afirmou que boa parte das colegas de cárcere também recebia remédios com a mesma finalidade. Essa experiência não é diferente da observada no Madre Pelletier. Muitas entrevistadas mencionaram que faziam uso de medicamentos psiquiátricos. Segundo a pesquisadora que atua na instituição brasileira Daiana Maturano Dias Martil (2018), 50% das apenadas do Madre Pelletier usam medicação psiquiátrica de uso controlado. Ela obteve a informação com a UBS local, que quase todas mulheres que utilizam esse tipo de remédio durante a pena, não eram usuárias antes de ingressar no local (MARTIL, 2018). Para Sandra Maciel Almeida e Paula Almeida de Castro (2019), o uso da medicalização pode significar uma maneira de controle aliado ao isolamento de mulheres privadas de liberdade. Esses recursos pretendem uma correção e normalização.

As entrevistas com brasileiras e inglesas mostraram além dessa particularidade muitas outras semelhanças, especialmente de trajetória e até de entendimento da prisão. Isso demonstra que, apesar de a vivência de encarceramento ocorrer em locais com diferenças de cultura e estrutura, a experiência de privação de liberdade pode guardar muitas semelhanças. Conforme Angela Davis (2003), que visitou

dezenas de presídios femininos no mundo, existe uma similaridade nas prisões no que se refere a expectativas de gênero.

4.1.2 Temas recorrentes nas trajetórias e nas entrevistas

Embora cada biografia seja única, é possível notar, a partir dos memorandos das entrevistas, que muitos eventos apresentados nas narrativas se repetem na história de quem passa pelo sistema prisional feminino. Mesmo as entrevistadas na Inglaterra tinham pontos nas suas vidas que se assemelham aos das brasileiras. Um dos temas frequentes é a violência sofrida pelas entrevistadas. A maioria foi vítima de violência doméstica na infância ou no início da fase adulta antes de cometer crimes. Isso corrobora com a literatura sobre o assunto, que já vinha mostrando essa incidência (KENNEDY; MENNICKE, 2018; GUETA; CHEN, 2016; BECERRA; SERRA, 2017; KÖTTIG, 2016; NUYTIENS; CHRISTIAENS, 2016; SHEPHERD *et al.*; 2018; CARR; HANKS, 2013; JEFFRIES; CHUENURAH, 2018; SALISBURY, *et al.*, 2018; SMITH, 2017; SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Entre as violências, a sexual está muito presente. A maior parte das entrevistadas que sofreu abuso foi ainda criança. Gertrude, por exemplo, que foi presa por tráfico e aguardava pelo julgamento na Unidade Materno Infantil, pois estava grávida, vem de uma família em que o estupro ocorreu em três gerações de mulheres. A avó e a mãe haviam sido violentadas. A entrevistada teve uma infância cercada de medos em que foi abusada mais de uma vez. Sophia, egressa do sistema inglês onde permaneceu um ano por traficar drogas, sofreu um estupro coletivo, do qual nunca se recuperou, além disso, foi assediada por um meio irmão ao longo da infância. Outros tipos de agressões no âmbito doméstico também foram citados pelas entrevistadas, como *bullying* e violência psicológica.

Mesmo denunciando o abuso para alguém próximo, muitas entrevistadas mencionaram que não receberam proteção. Antônia, por exemplo, que estava presa por tráfico quando foi entrevistada, contou para a mãe sobre as investidas do padrasto, que dava cigarros para ela em troca de que usasse saia curta. Quando a mulher ficou sabendo, bateu na filha que tinha 11 anos. “Não pude botar pra fora, guardava tudo pra mim” (transcrição: entrevista Antônia). Além de não ter nenhum amparo, a pesquisada continuou sendo vítima

e ainda responsabilizada.

Também apareceu muito nas entrevistas a ocorrência de violência por parte dos companheiros já na vida adulta. Além de agressões físicas, houve também relatos sobre maridos que tinham o hábito trancarem dentro de casa. Lorena, presa por tráfico, disse que ficava chaveada em uma peça sem banheiro até o namorado voltar do trabalho todos os dias. Já Melinda, que teve várias passagens pela prisão por crimes diferentes, precisou armar um plano para escapar com os filhos do marido que também a mantinha fechada por ciúmes. O esposo de Sophia batia nela pelo mesmo motivo e ainda costumava ameaçá-la.

Outra maneira de vivenciar a violência é perder pessoas próximas por morte causada por acidentes, homicídios e suicídios. O pai de Roberta, egressa que chefiou uma quadrilha de tráfico de drogas antes de ser presa, tirou a própria vida quando ela tinha 7 anos. Já adulta, perdeu o padrasto assassinado. O pai de Márcia, também egressa, morreu em um acidente de carro. Já o filho de Luzia, a qual se diz inocente do crime de tráfico de drogas, foi morto a tiros por uma dívida. As duas figuras paternas de Kely, outra que cumpriu pena por tráfico e estava no regime semiaberto quando concedeu entrevista, foram assassinadas: o pai biológico e o cunhado. Antônia, a mesma que foi vítima de abuso sexual, viu o irmão sendo morto em um vídeo gravado por criminosos. Aurora, encarcerada por negligência, tomou overdose de medicamentos várias vezes para não acordar. O pai dela tentou se enforcar e a filha cortou os pulsos.

A vitimização foi motivação para muitas das entrevistadas deixarem a família cedo. A maior parte que fez isso usou como estratégia o casamento. Casando e indo morar em outro lugar, era possível fugir das agressões sofridas ou presenciadas em casa. Uma pesquisa já citada anteriormente mostra que a maior parte das presas e ex-presas entrevistadas disseram que a razão para saírem de casa cedo era a violência e relações abusivas. A maioria também citou que esses foram os motivos para o ingresso na criminalidade (BECERRA; SERRA, 2017).

Outra razão mencionada para sair de casa antes dos 18 anos foi a insatisfação por ficar com a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos.

Sei lá eu não tive uma vida muito boa eu tive uma vida que a minha mãe parecia que minha mãe tava sempre na rua fazendo alguma coisa pra dar de comer pra nós e eu tava sempre dentro de casa eu era mãe dos meus irmãos minha mãe ganhava filho e já largava nos meus peito eu tive três irmão meu que me chamavam até de mãe eu que criei os meus irmão eu que tomei conta da casa

depois que o meu pai foi preso quando a minha mãe começou a fazer uns bico também foi bem sofrida a minha vida antes de casar aí eu tive que fugir de casa pra mim poder ter uma vida curtir sei lá não podia nem dormir na casa dos meu amigo das minhas amiga que eu tinha que cuidar todos os meus irmão e eu não aguentei mais e fugi só que eu me arrependo hoje eu me arrependo de não ter ficado com a minha mãe sei lá não tinha as pessoa também não me ajudaram um pouco minha mãe não me ajudou porque ela tava numa fase bem estranha eu tinha que fazer tudo não tinha a minha vida própria (transcrição: entrevista Lorena).

Algo presente também na vida dessas mulheres é a proximidade com pessoas que estavam ou já haviam sido presas antes de elas irem para cadeia. Muitas já tinham visitado instituições e, quando foram sentenciadas, já conheciam pessoas que estavam ali dentro ou sabiam de histórias a respeito da vida entre os muros. Em boa parte da infância de Kely, a mãe dela estava presa. O cunhado e a irmã também estiveram atrás das grades. O pai e o primo de Lorena estiveram presos. Renata visitava o marido na prisão antes de ela ser presa e também tinha um primo na mesma condição. O irmão de Luzia havia sido preso. O marido de Patrícia estava atrás das grades quando ela assumiu o lugar dele no crime e começou a traficar. O irmão de Martina, sentenciada por negligência, estava preso há décadas, segundo ela. Apesar de aquela realidade não parecer tão estranha em um primeiro momento, todas mencionaram um certo choque, especialmente no início do cumprimento da pena.

Eu conhecia um monte de guria da rua que já tinha vindo e tranquilo. Na real, é tranquilo e eu já conhecia até quem tava presa aqui, mas parece que a gente é bicho do outro mundo mesmo tendo conhecida sabe? Até cair a ficha de que tão cedo não vai sair. Tem que esperar a tal da audiência, tem que esperar tudo (...) parecia que eu tava presa há um ano (transcrição: Entrevista Melinda).

Como já foi citado, o uso de medicamentos psiquiátricos é comum no interior da prisão, assim como o consumo de drogas está presente em diversas biografias. O tratamento com remédios é acompanhado por médicos dentro da prisão e foi citado por algumas das entrevistadas. Sophia disse que passou sua internação de um ano apática por causa dos remédios prescritos. Apesar de proibido, muitas entrevistadas viciadas em drogas contaram que mantiveram o uso dentro das celas. No entanto, não foi possível quantificar o número de usuárias, porque nem todas mencionaram o assunto.

Optou-se por enumerar quatro temas que aparecem na vida das entrevistadas. Ressalto, porém, que os assuntos foram trazidos espontaneamente. É possível que outras

entrevistadas tenham vivenciado essas experiências e omitido. A vitimização por violência doméstica apareceu em 13 entrevistas. A morte violenta de membros da família por acidente, homicídio ou suicídio, permeou a história de nove pesquisadas. Dez presas e egressas contaram que tinham contato com alguém próximo que estava preso e muitas chegaram a visitar algum presídio antes de serem detidas. Já as que saíram de casa antes dos 18 anos somam 14.

No Quadro 2, estão os temas selecionados como recorrentes e como pertinentes de serem avaliados na história de alguém que teve experiência de encarceramento. Os nomes das entrevistadas que mencionaram terem vivenciado esses temas estão dispostos em uma coluna. Dentre esses, grifei os de Maria, Marilene e Renata. Em todos os itens estão, pelo menos, uma das três. Esses temas, portanto, serão observados no curso das suas biografias na próxima sessão.

Quadro 2: Temas recorrentes nas trajetórias

Temas	Entrevistadas que vivenciaram os temas
Vítimas de violência (13)	Marilene Maria Melinda Lorena Gertrude Helena Renata Antônia Martina Aurora Melissa Sophia Charlotte
Morte violenta na família (9)	Roberta Márcia Kely Patrícia Marilene Maria Melinda Gertrude Aurora
Proximidade com alguém que já esteve preso (10)	Luzia Kely Patrícia Melinda Lorena Renata Martina Julia Alícia Sophia
Saída de casa antes dos 18 anos (14)	Roberta Glória Marilene Maria Melinda Lorena Gertrude Helena Renata Antônia Martina Aurora Alícia Charlotte

Fonte: REIF, 2020

Muitos dos temas recorrentes no conjunto de entrevistas aparecem nas três trajetórias contadas em detalhes nesta tese. Na análise, eles são observados no processo e nas relações das personagens e não como eventos isolados. Cada um ocorreu ao longo de trajetórias de vida que guardam pontos em comum, porém têm suas especificidades. É importante destacar ainda que as temáticas, embora tenham recorrência, não são necessariamente determinantes nas trajetórias de quem vai preso, como veremos na tipologia de interpretação de prisão no próximo capítulo.

4.2 TRÊS BIOGRAFIAS, TRÊS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO

As três entrevistas analisadas conforme o método reconstrutivo de Narrativas Biográficas contém temas que também foram abordados em outras trajetórias reunidas para esta tese. São dados contextuais, familiares e episódicos que serão apresentados como ocorrem no processo da vivência, considerando a bagagem de conhecimento de cada um e não de forma isolada. Na apresentação das entrevistas, nomes, idades, locais, profissões, sexo de alguns personagens das biografias, assim como outras informações que pudessem facilitar a identificação, foram alterados ou omitidos. A história de Maria será a primeira. A seguir, está o resultado da análise da vida de Marilene e, por último, de Renata. As três foram selecionadas porque representam, cada uma, um tipo de interpretação da experiência prisional, cujas informações estão no capítulo seguinte.

Uma questão marcante é que, de forma geral, as entrevistadas se expressam muito bem, de maneira clara, cada uma ao seu estilo. Em razão de o método utilizado estimular a narração, a fala das pesquisadas trouxe ainda mais elementos para corroborar o entendimento de suas vidas, escolhas e experiências. Por conta disso, optei por reproduzir em grande número esses discursos que apresentam de forma eficaz o que se procura saber com a entrevista narrativa e que nenhum acadêmico poderia expressar melhor do que as próprias mulheres que são objeto de estudo. A seguir, portanto, estão apresentados os resultados das análises, que preconizam uma contextualização e também seguem a maneira como as mulheres se colocam e falam de si mesmas e de temas relacionados diretamente a elas.

4.2.1 Biografia de Maria

Embora tenha sido presa por arrombamento, a primeira entrevistada para esta tese, cujo contato inicial já foi relatado nos capítulos anteriores, tinha na bagagem diversos crimes. Assalto, tráfico de drogas e agressão são alguns da lista. Segundo o relato de Maria, caso tivesse sido pega pelos outros crimes, estaria na cadeia até hoje. A pesquisada contou, durante uma hora e nove minutos, eventos do passado com o olhar do presente. Quando concedeu a entrevista em 2017, atuava como cuidadora de idosos e desenvolvia trabalhos de caridade para os mais pobres e para os presos. Além disso, contou que se ocupava com os filhos e netos e também frequentava semanalmente o culto na Igreja Universal do Reino de Deus. Mesmo que o foco deste trabalho seja a interpretação de prisão, tudo o que disse foi analisado sequencialmente. Na primeira etapa, enumerei todas as datas que representaram mudanças, sem avaliar a interpretação de Maria sobre esses eventos. O objetivo foi observar as escolhas que fez ao se deparar com os fatos e quais alternativas (colocadas como hipóteses) ela teria naqueles momentos, considerando sempre o contexto individual, histórico, econômico e social.

A escolha de texto que Maria fez para contar sua biografia é predominantemente descritivo, porém com algumas avaliações e argumentações sobre suas vivências, principalmente na segunda parte da entrevista em que recuperei os temas abordados e estimei que fizesse narrações. Considerando a sequência de temas trazidos e a forma como ela os colocou, Maria tem interesse de se apresentar nessa fase da vida após passar por experiências como a perda da mãe na primeira infância, a vivência na Febem até quase o fim da adolescência, a prática de crimes, o uso de drogas, os casamentos, a prisão e o nascimento dos seis filhos como uma pessoa que tirava vantagem das situações e de outras pessoas quando era jovem, roubando, batendo e enganando. Conforme a análise do campo temático da narrativa de Maria, ela faz questão de mostrar, com descrições e argumentos, que era “esperta”. Roubava e enganava quem não estivesse atento. Isso incluía as vítimas e as autoridades. Em cada passagem em que descreve sua “esperteza”, Maria sorri. Ela demonstra um certo orgulho daquela fase.

Ao comparar a vida vivenciada e a vida narrada, é possível notar que Maria reconhece o período em que esteve na criminalidade como uma aventura muito feliz e livre em que ela estava no comando das situações. O contraste auxilia a identificar a

origem da diferença entre o narrado e o vivenciado. Procuramos descobrir quais são as experiências por trás do relato deste ou daquele acontecimento (ROSENTHAL, 2014a, p. 248). De acordo com sua narrativa, essa percepção começou a mudar após a saída da cadeia. Quando esteve presa, percebeu que a liberdade era algo muito importante. Desde então, começou a controlar seus atos para não correr o risco de retornar ao cárcere, mesmo que isso tenha custado o poder que detinha antes.

Ela atribui o envolvimento dos filhos com drogas e com crimes ao comportamento dela no passado. A doença da caçula é relacionada, conforme seu relato, com o uso de entorpecentes que ela fez durante a gestação. À medida que se deparou com algumas situações negativas, foi procurando respostas para os acontecimentos. A religião, mais especificamente a neopentecostal, fez sentido e ajudou a sanar algumas questões. Cerca de 20 anos depois da experiência de prisão, se converteu à Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Mesmo que Maria se lembre de seu passado como interessante e feliz, interpreta que suas atitudes foram erradas e observa que a prova disso é o atual pagamento de uma espécie de penitência: envolvimento dos filhos com drogas e doença da filha. A maneira que encontrou para aliviar a culpa foi fazer trabalhos sociais e compensar os filhos com atenção e cuidados.

4.2.1.1 Socialização: orfandade, mudança de família e convívio com irmãos

Os primeiros anos de vida, que é o período de socialização das crianças, correspondem a uma importante fase a ser observada, considerando o contexto. É nessa etapa que a pessoa apreende valores sociais. Maria nasceu no início da década de 1960 em uma família formada por um açougueiro e uma dona de casa e dois filhos pequenos (irmãos mais velhos de Maria), um menino e uma menina de um ano e de dois anos. A capital do Rio Grande do Sul passava por um grande processo de urbanização, com criação de avenidas, viadutos, crescimento acelerado da periferia até municípios da Região Metropolitana. Ônibus e carros de passeio foram tomando o lugar dos bondes gradativamente e, cada vez mais, pessoas do campo eram atraídas para Porto Alegre, que passou de 394 mil habitantes em 1950 para 885 mil em 1970. A área metropolitana tinha 590 mil em 1950 e chegou a 1,53 milhão vinte anos mais tarde (MONTEIRO, 2006).

Por um lado, essas transformações mostram que houve um aquecimento econômico e social, mas esse tipo de mudança também acarreta, muitas vezes, problemas

de déficit de serviços e infraestrutura. O modo de viver foi se adaptando ao longo daquelas décadas. Os primeiros anos da entrevistada ocorreram enquanto cresciam o comércio e atividades nas ruas. Já havia favelas e o centro da Capital começava a se degradar (MONTEIRO, 2004). Podemos assumir que uma criança nessa época tinha oportunidades de conviver com pessoas tanto da capital como do interior. Em tese, a cidade grande oferece opções culturais, diferentes pontos de passeio, colégios públicos e privados, cursos e outros meios de aprendizado, hospitais, museus. Tendo dois irmãos mais velhos, ela podia desenvolver o imaginário e a empatia brincando com ambos, assim como a linguagem, a não ser que, por algum motivo, fosse separada das outras crianças, ou que eventualmente tivesse uma enfermidade que impedisse o convívio. Outra possibilidade é que a presença de ciúmes da parte dela ou dos irmãos mais velhos em relação aos pais causasse brigas. Mesmo assim, as desavenças nessa fase poderiam representar experiências para ajudar a lidar com outros tipos de relacionamentos nos anos seguintes.

O contexto econômico nacional estava aquecido na época em que Maria veio ao mundo. O governo Juscelino Kubitschek havia alimentado o otimismo dos brasileiros. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu 80%. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita na década de 1950 era três vezes maior do que da América Latina, uma média de 4% (FAUSTO, 2006, p. 427).

Em 1960, quando começa o governo Jânio Quadros, o qual durou sete meses, a inflação havia voltado e chegava a 30% ao ano entre 1959 a 1960, o que impacta no poder de compra e planejamento financeiro da população. Por isso, não se pode descartar que a família de Maria tenha se beneficiado do momento econômico dos anos anteriores, mas também sofrido com a instabilidade do valor da moeda. O contexto político era de agitação. Em 1961, João Goulart tomou posse, após movimento da Legalidade protagonizado pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, para garantir que os militares não vetassem seu governo. Muito provavelmente os pais da entrevistada acompanharam ou participaram dos debates e protestos da época. A mobilização de trabalhadores e de estudantes em torno da política estava cada vez maior, assim como da Igreja Católica. Ao mesmo tempo, seus representantes combatiam o comunismo, havia grande preocupação com os serviços para as classes populares, como transporte e saúde (FAUSTO, 2006). Em 1964, A Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu segmentos da classe média e do clero contra as reformas de base anunciadas pelo governo João Goulart (MENDES, 2005). Ainda que predominassem valores conservadores, não

só políticos, mas sociais, a família, nessa época, começou a ser mais flexível, à medida que ocorriam mais casos de divórcios, separações e eram vistas novas recomposições conjugais (ROUDINESCO, 2003). A realização pessoal na união conjugal ganhou força e começou a direcionar decisões pessoais. Além disso, de maneira geral, o número de membros da família extensa, que no início do século XX contava com diversos parentes foi sendo reduzida a um pequeno núcleo. Devido a questões sociais e econômicas, o modelo anterior foi se transformando, dando lugar à configuração com os pais responsáveis por seus filhos, diminuindo, dessa forma, a rede de apoio. Outra consequência foi o maior distanciamento das famílias de origem (HINTZ, 2001).

No caso de Maria, o núcleo familiar era composto pelos pais e os dois irmãos. Os avós paternos moravam na mesma cidade, mas não tinham muita convivência. A família materna tinha membros que viviam em Porto Alegre, mas os avós permaneciam no interior, o que não evitou que propiciassem suporte, quando houve necessidade de cuidados das três crianças.

Ao completar um ano, a mãe de Maria morreu após tentar fazer um aborto. Diferentemente das décadas passadas, as pessoas começavam a ver uma prole numerosa como um ônus para questões de habitação, melhoria social e econômica, principalmente com o crescimento da urbanização. Até meados da década de 1960, o Brasil apresentava níveis elevados de fecundidade. Políticas adotadas pelo governo militar – nas áreas de saúde, previdência e comunicações – disponibilizavam também métodos contraceptivos, incluindo esterilização. A fecundidade brasileira teve uma queda de 6,3 filhos para 1,8 abaixo do nível de reposição em 40 anos (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010, p. 17-18).

Maria considera a perda da mãe o início de sua trajetória. Na sua entrevista, faz questionamentos sobre o fato de a mãe ter engravidado novamente em um curto espaço de tempo. Procura motivos que a fizeram optar pela interrupção da gravidez:

Um ano e pouco e a minha mãe já estava grávida de novo ela já tinha dois filhos daí ela tomou uns remédio pra abortá e aí foi para o hospital e não voltou né. Ela se apavorou quando eu tinha um aninho e recém tinha me ganhado e já estava grávida de novo, acho que, pela vida que ela tinha, ela até se apavorou mais um filho né e fez o que fez (transcrição: entrevista Maria)

Em outra parte da entrevista, Maria mostra que seguiu procurando explicações para a morte da mãe. Mais velha, ela teve oportunidade de ler o laudo feito pelo médico que a atendeu. Ainda assim, manifesta dúvidas:

Eu vejo o que está no óbito, eu subi mesmo pelo que tá no óbito que ela morreu por uma intoxicação de remédios (...) para abortar não para morrer, mas sabe o que está sujeito né. Eu tive um aborto uma vez, mas é que tá sujeito (transcrição: entrevista Maria).

Na mesma declaração, manifesta que a mãe assumiu as possíveis consequências da decisão. Procura também entender isso a partir de sua própria experiência, quando provocou um aborto. Nessa parte da entrevista, Maria diminuiu o volume da voz. Isso pode estar relacionado com o fato de estar em um templo religioso, local onde poderia ser julgada. No entanto, também é possível considerar que não se orgulha da atitude ou se arrepende dela.

Conforme avaliação da entrevistada e os dados objetivos de sua biografia, o fato mudou a vida dela e dos irmãos totalmente. Os três, que antes viviam no núcleo familiar formado por pai, mãe e as crianças, foram morar com uma tia que não tinha filhos. Ela recebia dinheiro do avô materno de Maria para criá-los. Apesar de uma morte ter potencial de tristeza para as crianças que estão em processo de desenvolvimento cognitivo e emocional (MELLO; BASEGGIO, 2013), essa transformação na estrutura familiar causada pela ausência da mãe, poderia resultar em um aumento de cuidado das crianças, pois o pai trabalhava e teria condições de auxiliar com recursos e visitar eventualmente, assim como os avós e outros tios poderiam concentrar atenção nos órfãos. Apesar de receber cuidados essenciais, educação, vestimenta e outros recursos providos com dinheiro, a avaliação de Maria é de que não recebeu muito afeto em sua infância. A tia, segundo ela, era “muito rígida” e “muito má”. Maria contou que apanhava quando pegava algum doce fora de hora e que era proibida de brincar com os brinquedos que os parentes a presenteavam.

Maria ainda relata que pedia para morar com o pai ou com o avô. Em algum momento antes dos 9 anos, ela ficou sob os cuidados de outros parentes, mudando de casa

mais de uma vez, até ser enviada para a antiga Febem²², onde permaneceu dos 9 aos 16 anos.

4.2.1.2 Nova socialização: primeira experiência de institucionalização

A entrevistada passou sete anos vivendo com outras meninas, onde dormia, se alimentava e fazia atividades esportivas e domésticas. O ensino formal era realizado em escola comum fora da instituição. Já adulta, Maria reflete sobre os motivos que levaram a família optar por deixá-la sob cuidados institucionais:

Meu vô era vivo nessa época ele que dava toda nossa educação nós fomos morar com um casal de tios que só tava com nós mesmo porque meu vô bancava toda a nossa educação, os melhores colégio fui eu que estudei eu e meus irmão daí o momento que meu vô morreu não tinha mais dinheiro aí que começou a minha trajetória. Um foi pra lá, outro foi pra cá e eu fui pra Febem. Aí eu fiquei até os meus 16 anos, nisso eu já tinha morado com a minha tia até uns 5, 6 anos por aí 7 anos né aí depois que meu vô morreu que parou de bancar, aí eu passei a rolar na casa da madrinha aí fica uma semana aí na vô ninguém queria aí quando vê acabou eu indo internada daí lá eu fiquei não me recordo muito bem a data os anos que eu fui mais fui pequena 9 anos fiquei até os meus 16 anos até onde foi que minha irmã me tirou do internato (transcrição: entrevista Maria).

Na avaliação de Maria, os parentes só ficavam com a guarda dela e dos irmãos por causa do dinheiro fornecido pelo avô deles. Segundo seu relato, assim que o provedor morreu, ninguém queria mais ficar com eles. No entanto, a irmã de Maria foi criada por outra tia e o irmão permaneceu com a mesma tia que abrigou os três na época da morte da mãe. Entre as hipóteses para a família ter colocado Maria em um abrigo, uma das mais fortes é de que ela seria indisciplinada, ou que não correspondia aos padrões sociais para uma menina.

Naquela época, a instituição recebia tanto crianças e adolescentes em conflito com a lei, como em situação de abandono, deficiência de aprendizado, perturbação de conduta e capacidade profissional. A Febem contava com programa de formação para o

²² A Febem-RS é criada por projeto de lei em 1969 (Lei nº 5747 de 17 de janeiro). A instituição começa a funcionar em janeiro do ano seguinte (KRUG, 1985). Em 2002, é substituída pela Fase em razão da necessidade de separação entre crianças e adolescentes infratores e vítimas de violência e abandono. A fase passou a atender exclusivamente autores de atos infracionais com medida judicial de internação ou semiliberdade (FASE, 2019).

trabalho, ação comunitária, atendimento especializado terapêutico que tinha o objetivo de “reintegrar o menor na comunidade o mais rapidamente possível” para evitar riscos de uma institucionalização prolongada (MENEZES; SOUZA; COSTA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2002). Não podemos afirmar com segurança qual foi o motivo pelo qual a entrevistada foi para o local. Havia pessoas que poderiam terminar sua criação como fizeram com seus irmãos. Porém, talvez a morte do avô tenha representado uma redução no orçamento utilizado para as crianças. Essa pode ter sido a razão para a opção por dividir os três, cada um com um parente. Maria, sendo a mais nova, poderia ser a que mais dava trabalho e necessitava de atenção.

Entre 1968 e 1969, época em que Maria foi morar na Febem, o país cresceu e começou o período chamado milagre econômico que durou até 1973, com aumento médio anual do PIB de 11,2%. A inflação média anual não passou de 18% (FAUSTO, 2006, p.485). O final da década também representava mudanças culturais e de hábitos da população. Em 1970, 40% das residências urbanas tinham televisão. Dez anos antes, o percentual era de 9,5%. O veículo era um dos meios de divulgação do governo militar. O cenário pode ter aumentado a confiança da família em delegar sua educação para uma instituição governamental.

O final dos anos 1960 foi marcado por reivindicações por parte dos jovens para transformações sociais e educacionais, especialmente nos Estados Unidos e na França. Havia uma forte mobilização contra as guerras armadas, além de demanda por revolução de comportamentos, como liberação sexual e afirmação das mulheres. No Brasil, os efeitos desse clima foram vistos na cultura em geral e na arte, especialmente na música popular, que impulsionou mobilização social contra a censura e o controle do Estado. O período também foi marcado por greves operárias (FAUSTO, 2006). Maria ainda era criança e não relatou se tinha acesso aos meios de comunicação. No entanto, mesmo que indiretamente, fez parte dessas mudanças que ocorriam na sociedade.

No período em que estive em uma das 16 unidades da Febem no Estado, o regime militar ainda estava em vigor no Brasil. A Febem era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Ou seja, era controlada pelo governo federal e suas ações repressivas do cotidiano de meninos e meninas faziam parte da Doutrina da Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra. Representava um instrumento para a imposição de um sistema de controle e dominação

governamental com o objetivo de fortalecer o Estado, em consonância com estratégias de desenvolvimento político e econômico do País. O cenário em que foram criadas as políticas direcionadas às crianças e adolescentes, na época, era pautado na lógica do “Estado-provedor”, responsável pela condução da vida dos jovens assim como de suas famílias. Havia uma ideia de fortalecer instituições de segurança para garantir a ordem social e frear a criminalidade (MIRANDA, 2016).

Os estudos históricos produzidos sobre a infância no Brasil sinalizam que o discurso “ressocializar através do trabalho” foi utilizado sistematicamente pelo Estado republicano. Documentos publicados pela Funabem defendiam a ideia de que as unidades de atendimento deviam assegurar a escolaridade e preparação para o mercado produtivo. Havia ainda o discurso de que era necessário “salvar as crianças” para que se tornassem no futuro cidadãos úteis na nação (MIRANDA, 2016). Há registros, no entanto, de maus-tratos a internos em algumas das unidades e falta de habilidade de parte dos funcionários no relacionamento com as crianças. Um dos egressos conta que, enquanto era internado em uma Febem em Minas Gerais na década de 1970, se envolveu em brigas, rebeliões, fugas e assaltos em parceria com outras crianças. Ele contou que aprendeu como não ser honesto, desrespeitar as normas e burlar as leis vigentes (MIRANDA, 2013).

Entrevistas realizadas com 12 mulheres que viveram em um orfanato para meninas em Santa Catarina, durante algum período entre 1955 e 1990, mostraram que o distanciamento da família desenvolveu sentimento de abandono, desamparo e solidão. Os dados mostram ainda que a educação na instituição era voltada à formação de meninas dóceis e agradecidas (FURTADO; DIEZ; ARRUDA, 2019).

Não é exagero, portanto, considerar que Maria, tendo vivido a infância e adolescência nesse contexto, especialmente no período em que esteve sob guarda de uma instituição do Estado, conheceu os valores de disciplina e ordenamento e foi, de certa maneira, pressionada a segui-los. Muitas possibilidades de consequências poderiam decorrer dessas experiências. Entre elas, está a de crescer assumindo e assimilando as regras impostas, sendo obediente à estrutura para não sofrer punições, continuar a educação formal e voltar ao seio familiar quando estivesse correspondendo aos padrões morais e sociais esperados. Uma contra hipótese para isso seria a revolta de uma menina, cuja família desistiu de sua educação e a delegou para o Estado. Maria poderia se rebelar

contra as normas, causar problemas na instituição, como brigas e destruição, para ganhar alguma atenção.

Eu creio que a Febem foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Graças a ela, eu sei costurar, fazer tricô, malharia, pintar. Eu faço maravilhas no artesanato, que nem agora eu to desempregada, eu sou cuidadora de idoso, mas eu ganho a minha vida no artesanatos, faço jogos de banheiro, faço trilhos, puxa-saco, faço roupinha de criança na máquina (transcrição: entrevista Maria).

Maria faz uma avaliação positiva de sua estada na instituição em razão de aprendizados que pode colocar em prática atualmente. Aprendizados esses, muito associados ao universo feminino. No entanto, quando convidada a narrar o seu primeiro dia na Febem, ressalta a mágoa que desenvolveu pelos parentes. A lembrança que tem é de que era pequena e indefesa, mas lembra também que conseguiu criar estratégias que ajudaram a lidar com a experiência ao longo do tempo.

Ah o dia que eu cheguei lá cheguei com uma baita duma mala, a minha tia foi me levar eu sei que eu era um toquinho era pequinhinha pequena eu cheguei chorei implorei me agarrei nas perna dela mas não tinha jeito “tu vai ficar aqui” sabe quando tu tem família e ninguém te quer? Era eu mas também todo esse tempo que eu fiquei lá eu não quis visita de ninguém (3) né porque foi daí que eu acho que começou a minha revolta né porque tu ter pai ter tia tu sabe que tu tem os teus parentes de bem eu tenho tios que moram aqui no centro advogados irmãos da minha mãe e não tem contato com nós e nem querem né e: tu ir para um lugar desses sofri bastante lá dentro até me adaptar mas depois e daí roubavam muito as minhas coisas aí teve um dia que eu peguei a minha mala e dei pra todo mundo comecei a usar a roupa do uniforme fui com as roupinhas uma mais linda que a outra mas aquilo ali não eu não queria aquilo ali eu queria uma família o que eu queria eles não me deram daí ela ia me visitar mas eu atendi ela só a primeira vez depois nunca mais porque eu fui com a expectativa de repente que ela ia me tirar de lá só que ela não ia me tirar só foi me visitar então não quis mais visita de ninguém até o dia que a minha irmã me achou e foi me buscar (transcrição: entrevista Maria).

Quando percebeu que estava na instituição por tempo indeterminado, Maria começou a desapegar das coisas materiais e a se afastar da família que eventualmente iria vê-la, mas não iria mudar sua situação de interna. O que se sabe objetivamente é que a irmã mais velha que havia sido entregue para outros parentes e não continuou com a tia, foi buscar Maria na Febem e a levou para morar com ela e o marido.

Com 16 anos, portanto, Maria volta ao convívio familiar. Depois de sete anos vivendo em uma instituição, dividindo quarto com outras meninas, cumprindo horários para fazer refeições, acordar, dormir, realizando tarefas, ela está com a irmã, o cunhado e

os filhos deles. No período em que esteve na Febem, podemos concluir, como é o caso de muitas crianças que vivem em instituições, ela não recebeu afeto, não tinha direito à privacidade e à individualidade. É comum que os internos tenham um choque tanto ao entrar em uma instituição como ao sair. Na maioria dos casos, os laços familiares e com a comunidade de origem não são ativados durante a permanência na instituição. Essa descontinuidade pode provocar rupturas e perdas, impactando muitas vezes no desenvolvimento das capacidades intelectuais e sociais. Por um lado, há relatos de que a instituição é um local organizado e seguro, mas por outro, os jovens mencionam falta de afeto, ocorrência de violências e rigidez nas normas (QUINTÃNS, 2009). A adolescente ainda não havia concluído o currículo escolar. Restavam dois anos para completar 18.

O afastamento da família biológica e o caráter negativo da experiência familiar anterior influenciam na valoração negativa atribuída aos pais biológicos. Uma pesquisa sobre o tema aponta a dificuldade de egressos em planejar e refletir sobre o futuro. Mostra ainda a dificuldade de criar vínculos (WEBER, MOREIRA, TERRA; MESSIAS, 1999).

4.2.1.3 Início da vida adulta: uso de drogas e ingresso na criminalidade

Um par de anos foi o tempo que Maria viveu na casa da irmã. A adaptação à nova realidade pode ter sido difícil, mas também existe a chance de a entrevistada ter encarado a mudança com flexibilidade, contagiada pela ideia de estar em uma casa e em uma família novamente. Ela contou, porém, que o ambiente doméstico era violento devido a brigas do casal. Maria procurava defender a irmã e também observou que eles enfrentavam dificuldades financeiras. Logo no início de sua convivência com eles, a entrevistada descobriu que o cunhado era traficante e começou a roubar drogas dele para vender e para usar.

A hipótese que pode explicar a opção de Maria por experimentar entorpecentes e também comercializar está no desejo de uma adolescente por fazer algo proibido, especialmente após um período de regras rígidas em uma instituição. O fato de alguém próximo atuar nesse campo pode ter despertado a curiosidade da entrevistada e também facilitado o acesso. Outra hipótese é que a ocorrência de brigas pode ter feito

com que Maria procurasse utilizar psicotr3picos como uma fuga da realidade. Afinal 3 plaus3vel que ela tenha fantasiado um lar harmonioso em que seria acolhida. Por3m, a situa33o apresentada a decepcionou.

Em um dia em que viu o cunhado batendo em sua irm3, Maria o atacou com um banco, o que o derrubou e o fez sangrar.

Ele bateu nela e eu me avancei nele com um pedaço de pau, porque eu sempre fui assim (muda o tom para mais orgulhoso) at3 na marginalidade eu apanhei s3 da pol3cia sempre fui metida assim mulher homem nunca tive medo 'maria da faca' qualquer coisa enfiava a faca dava tiro nunca aceitei desaforo e foi uma das coisas que eu custei a me libertar quando conheci o senhor Jesus foi o dom3nio pr3prio assim duma pessoa te xingar e tu virar as costas 3 dif3cil mas hoje graças a Deus eu consigo pode me xingar a vontade at3 minha m3e eu to saindo andando eu s3 uma coisinha às vezes j3 aconteceu coisa de as pessoas da gente se desentender eu eu dizer: "n3o vai dar em mim? Ent3o to indo embora, tchau. N3o tocando em mim, ta bom. Se quer brigar comigo vem, sen3o eu to indo embora tchau" da3 fica xingando eu nem (transcri33o: entrevista Maria).

A atitude de defesa provocou sua sa3da de casa. Ao longo do relato de sua biografia, Maria ainda far3 refer3ncia a v3rias situa333es violentas por parte dela, o que reforçam o interesse de apresenta33o, o qual mostra uma mulher que 3 "esperta", forte e que n3o deixa ningu3m tirar vantagem. Quando criança apanhava da tia. Como era a irm3 mais nova, talvez n3o tivesse condi333es de bater nos irm33os mais velhos. Na Febem, ressaltou que "sofreu ao se adaptar", que foi roubada e que criou estrat3gias para se proteger. Tudo indica que, entre esses recursos, a viol3ncia tamb3m estava presente. No momento da briga da irm3 com o marido, Maria acionou esse recurso.

Quando fugiu, Maria tinha quase 18 anos e foi morar na casa de conhecidos e j3 estava bastante envolvida com drogas, tanto 3 que a passagem que fala sobre sua primeira gravidez n3o tem muitos detalhes e parece bastante confusa. Ela n3o esclarece o per3odo anterior, como conheceu o pai da criança:

ai, eu nem sei, sei que eu tava gr3vida, começaram o sintomas, eu tava na marginalidade e nem sintomas, ai fui morar l3 na casa de favor dos outros quando eu ganhei meu filho tiveram pessoas que queriam levar ele eu n3o deixei fui guerreira brigona sempre fui brigona nunca deixei queriam que eu desse que eu n3o tinha condi333es n3o dou nada, n3o era uma boa m3e tamb3m as vezes deixava ele atirado pagava umas pessoas para cuidar (transcri33o: entrevista Maria).

Maria passou a viver em hotéis no centro de Porto Alegre onde se juntou com a comunidade hippie, a qual vendia artesanato em bancas na rua. Já envolvida no tráfico, a região abriu um leque de oportunidades de realizar crimes. Durante o dia, comercializava brincos e outras produções e, pela noite, praticava assaltos, roubos a lojas, estelionatos e arrombamentos. Na época, foi presa por arrombamento, mas não chegou a ficar detida.

Sobre os crimes, em nenhum momento ela usa justificativas como: “eu não tive escolha”, ou “eu tive que fazer, alguém me obrigou”. Ela assume, no texto da entrevista, a responsabilidade. Falando dos crimes até ser presa seu discurso tem um tom crescente de orgulho. Até que algo a remete ao presente e fala como “o crime não compensa”.

Trabalhando, tudo o que eu tenho Deus que meu deu, aquela época que eu peguei altos dinheiros, nunca tive nada, na:da, tive, mas aquela coisa de momento , hoje tu tá num hotel amanhã tu tinha que sair fora, porque quando dava esses assalto assim, a polícia ficava louca no centro invadia os hotel quebrando tudo e tinha uns hotel que era só de prostituta, dos tráfico dos hippie que eles sabiam onde que era o canal. Uma vez eu fiz um assalto também que carreguemo toda a mobília da casa num fuquinha (fala rindo) (transcrição: entrevista Maria).

O discurso é de que o crime não vale a pena, mas não consegue conter a animação com que conta sobre o seu passado logo em seguida. Parece ter sido feliz naqueles momentos.

Tinha um rapaz que eu era apaixonada. Era o número um que corria no centro, foi muito famoso no Centro, na corrida ele era mão grande. Ele só atacava ali no Embaixador, no Plaza são Rafael. Ele chegava a sair com o bolso das pessoa na mão, só os dólar. E eu comecei a gostar, eu só via o cara com o dinheiro. ‘Eu quero, me ensina’. Eu comecei com eles, até lá, eu já era boa de corrida, porque no internato eu ganhei segundo lugar em corrida em distância. Aquele negócio de distância do bastão. Daí comecei a pegar gosto e assim fui indo. Eu ia junto, iam fazendo qualquer coisa e eu ia junto, fui aprendendo e gostei, mas sempre às vezes ia de duas ou três. Só não gostava de um monte de gente (ar de desdém). Era um trio. Todas vezes que assaltei sempre foi um trio, tudo armado. (Assaltava) com arma, mas já cansei de assaltar com um pedaço de pau, com arma de brinquedo também, porque com a minha arma eu fazia dinheiro entendeu? eu nunca fui maldosa, eu era briguenta (fala com firmeza, revigora a voz). Não aceitava desaforo, mas nesse tipo assim já ameacei pessoas que fizeram coisas assim que eu não gostava esperava ela na pedrada e dizia ‘viu?’ com um revólver na cara ‘viu como eu podia te dar um tiro na testa agora? Mas eu não vou te dar. É só não fazer mais aquilo mais uma vez tu não vai estar mais aqui para contar essa’ ameaçava, mas nada assim daquela maldade de muitos que eu conheço, graças a Deus.

Uma vez a gente tava aqui em cima na (Praça da) Matriz e tinha uns cinco vigilantes. Aí nós tamo aqui procurando vítimas, eu e uma amiga minha, e nós

passemos e eles: ‘psiu, psiu, nossa, coisa linda’. Aí nós voltamos e quando nós voltamos, já olhamos cinco. Cada um tinha duas arma. Daí eles ‘não querem entrar?’ Aí nós dissemos: ‘não, vamos lá em casa. Depois nós viemos aí’. Fomos lá, avisamos os guri. Daí voltamos lá e nós entremos. Eles vieram tudo pro nosso lado. Deixamos as portas abertas, fizemos eles tirarem a roupa. Eles pensaram que iam transar com todo mundo (voz mais baixa, sem articular muito). Os guri chegaram com as arma, botaram na cara deles e nós ripamos as arma de todo mundo. Aquele dia foi um horror no centro. A polícia ficou louca pra cima e pra baixo. Daí eu pegava as armas e vendia lá onde que eu moro agora. Eu não morava lá no morro. Trocava por droga e por dinheiro. Daí saía de lá com as plaqueta de dinheiro, com as plaqueta de maconha e ia pra praia curtir. Eu sempre gostei de coisinha boa (rindo), de luxo e coisa. Uma vez fiz um assalto 800 dólar, faz as conta hoje (transcrição: entrevista Maria).

Devido ao cumprimento da pena em liberdade condicional em um caso de arrombamento, Maria precisava comparecer ao Fórum Central de Porto Alegre periodicamente. Em uma dessas ocasiões, teve uma briga com uma agente pública.

Esse dia foi quando eu tinha que me apresentar, me arrumei peguei meus trampo, as coisa toda fui lá me apresentar porque Foro era na Praça da Matriz nessa época subia a ladera, fui lá me apresentar, daí me chamaram lá daí ela perguntou ‘carteira’, naquela época eles exigiam a carteira assinada, daí eu disse eu não tenho serviço, mas o meu trampo eu sou hippie e isso e aquilo daí ela me disse um monte de coisa e eu segurei. Aí uma hora ela me chamou de vagabunda e eu dei uma guspida na cara dela, daí ela aperta um botão e ela apertou um botão lá que veio aqueles macacões lá aqueles seguranças lá daí eu. Sabe uma coisa tão inédita tão diabólica que eu não tinha medo, eu peguei um banco que tinha lá comecei a quebrar aquelas janelas de vidro, mas fiz um auê no fórum nisso no hotel que eu morava existia um segurança um agente acho que era penitenciário da Susepe não sei se ele era agente, acho que era sim, o jarrão bem gordão daí ele bem assim olhou lá e disse ‘bah guria’ e nós morava na mesma pensão eu morava em pensão. ‘Ah é tu guria o que tu fez?’ daí eu disse ‘aquela sem vergonha me chamou de um monte de coisa me chamou de vagabunda e eu trabalho aqui eu faço bolsa eu faço sandália e ela não quer aceitar meu trampo’ daí ele pegou e me abraçou e disse ‘te acalma’ aquela coisa toda sei lá o que ele me deu água daí ele disse pra mim: ‘não tem escapatória pra ti. Tu vai ter que ir pra cadeia, mas, por favor, vai porque se não aqueles três ali vão te detoná tu vai toda quebrada pra cadeia’. Eu disse ‘então tá’ eu detestava apanhar, quem é que gosta de apanhar né?, daí eu fui (transcrição: entrevista Maria).

Esse foi mais um exemplo de agressividade por parte da entrevistada. Provavelmente, as reações violentas dela tiveram, em sua maioria, êxito até então. Como assumiu o papel de mulher corajosa, que não “leva desaforo para casa”, seguiu agindo dessa maneira mesmo em um espaço do poder público, onde poderia ser punida mais severamente. Maria tinha 19 anos, tinha um filho de aproximadamente um ano e estava grávida. Naquele dia, acabou sendo levada para o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier.

4.2.1.4 Perda da liberdade é sentida

Era final da década de 1970, quando Maria foi presa e o Madre Pelletier era administrado pelas Irmãs da Congregação Bom Pastor. O local recebia mulheres condenadas e que aguardam julgamento e funcionava segundo preceitos religiosos católicos, com o intuito de domesticar suas internas (KARPOWICZ, 2016, p. 11). O ensinamento da ética cristã e de salvação moral era usado para corrigir as presas, que eram consideradas desviantes dos papéis femininos socialmente esperados (ANGOTTI, 2018). Maria relata que demorou um pouco para assimilar a ideia de ficar na prisão. Ela chegou a fazer uma associação à sua entrada na Febem, mas indica que as duas situações foram muito diferentes. Dessa vez, ela menciona que já chegou ao local exercendo um certo poder pelo fato de conhecer a filha de um traficante. Por causa disso, se colocava em posição superior à de outras internas. Comia a carne do prato dela e do prato de outras, brigava porque sabia que, devido ao seu relacionamento com a filha do traficante, ninguém podia revidar. “Eu abusava lá dentro e xingava as gurias”, disse ela.

Maria agia contra as regras da casa, talvez como uma forma de manter algum controle. Desde sua saída da Febem, aproveitava a liberdade sem seguir determinações. Os crimes garantiam que estivesse em posição superior à das vítimas. Durante cerca de dois anos, burlou as leis e enganou as autoridades. Quando se viu presa, ainda tentou continuar exercendo o papel de corajosa, “esperta” e que faz o que bem entende:

Elas (funcionárias do presídio) queriam que eu participasse das festas que a gente faz agora lá festa de criança festa de Natal e eu não quero participar de festa, eu era bem rebelde, rebelde e a diretora disse tu vai sim e me pegou pelo braço e quando ela me pegou eu avancei nela e fui pra solitária, a maioria da minha cadeia foi em solitária (4) que quando eu saí de lá ela disse pra mim que quando eu “tu ainda vai vim aqui terminar essa cadeia” daí eu olhe pra ela guspi no chão e disse ‘aqui eu não volto nunca mais’ e não voltei (transcrição: entrevista Maria).

Depois de um mês presa, a Justiça autorizou que o filho de Maria ficasse com ela. Muito possivelmente a situação dela mudou com uma criança, pois há um setor reservado para elas dentro da instituição. Contudo, a entrevistada não mencionou algo sobre isso. Além da questão do enfrentamento da disciplina imposta, Maria disse que não

era difícil desrespeitar a lei do lado de dentro e que alguns agentes facilitavam a entrada de drogas e de álcool, além de acesso a noites de sexo com homens do lado de fora.

Na segunda vivência em uma instituição “disciplinar”, Maria exerceu, de certo modo, poder, porém também foi punida com os castigos internos. Durante o tempo em que esteve do lado de dentro, vivenciando rotina diferente da que tinha na rua, comendo o que tinha disponível, dividindo espaço, tendo limitações para circular e sair, Maria passou a valorizar ainda mais a liberdade. Fez ainda um paralelo da diferença da experiência da Febem e do presídio.

Tinha uma janela no corredor que eu sempre ficava antes de entrar para a minha cela e eu olhava lá embaixo um casal de papeleiro. Ele bebia, ela também. Aquele jeito de maloqueiro. Aí eu ficava com uma inveja dele, do ir e voltar deles, e eu ali dentro. O que pesou na minha cadeia foi só a minha liberdade, só a minha liberdade. No internato eu tive umas duas fuga, que eu fui pra casa do meu pai. Ele me mandou de volta, mas nem no internato não pesou tanto porque eu era pequena, eu precisava daquilo ali, eu não queria saber da minha família e a minha família não queria saber de mim, mas a cadeia, o que pesou foi a liberdade, as grade porque no internato tu passeava, tu ia pras piscina, tu tinha colônia de férias, tinha naquele tempo a taça Febem que era para jogos olímpicos que todos os colégios da Febem disputavam na Redenção. Nós tínhamos variedade, nós não ficava, nós ia passear todos domingo no Saint Claire, na Redenção. Nós tínhamos uma vida, uma cultura boa, mas na cadeia não, na cadeia é grade eu acho que eu não nasci pra ficar presa, presa no sentido assim ó, de tudo de casamento, até de cuidar de neto, eu não cuido da minha neta meu filho paga pra alguém cuidá, eu sou aquela pessoa assim, se eu quero ir lá eu vou lá quero ir cá eu vou cá não tem limite assim pra mim aquela coisa manda, alguém me manda, só Deus que me manda, e ninguém mais nesse mundo, a liberdade pra mim é tudo e seu eu to sufocada assim se eu tenho um casamento que o marido me sufoca que eu não posso isso que eu não posso aquilo. Eu tenho um casamento que o meu marido é maravilhoso e é assim é a liberdade que consta pra mim na cadeia (fala em voz mais baixa) (transcrição: entrevista Maria).

Uma hipótese para o fato de ela observar mais pontos positivos na experiência na instituição para crianças e adolescentes é a passagem do tempo. Como na atual fase da vida, ela está colocando em prática ensinamentos que teve, talvez relembre da instituição como menos penosa. Olhando para o passado, ela busca experiências do colégio que se opunham à ideia de prisão, como passeios e viagens. Outra questão a ressaltar é que o motivo de ela estar na Febem não estava relacionado com o cometimento de nenhuma irregularidade. Uma das ideias que se passava na época é de que a instituição era um colégio interno que tinha o objetivo de educar os menores.

Até ter a trajetória na criminalidade interrompida, Maria estava vivendo dois anos de extrema liberdade, sem lugar fixo para morar, passava de hotel em hotel, tinha dinheiro, amigos e namorados. O período atrás das grades serviu para uma reflexão sobre o que era importante para ela, o que identificou como liberdade. Apesar de ter sido curta sua estadia no Madre Pelletier, menos de um ano, a experiência serviu para mudar a maneira como se comportava até então. Contudo, essa virada ocorreu como um processo.

4.2.1.5 Casamento: “Nosso amor era a tiros e facadas”

Quando deixou a cadeia junto com os dois filhos, Maria foi morar com o pai da segunda criança. Estava decidida a sair da vida do crime, pois a prisão a fez valorizar ainda mais sua liberdade. Havia passado quase dois anos cometendo crimes sem ser punida e, quando isso ocorreu e teve que passar seus dias atrás das grades, começou a considerar o risco de ser presa novamente e não queria pagar para ver.

Iniciavam os anos 1980, década que teve como marco uma profunda crise econômica no país. Os juros internacionais geraram uma dívida externa, a produção industrial sofreu um forte retrocesso, com PIB negativo. Junto com isso, o fim da ditadura militar e a redemocratização eram o contexto da época. O processo de concentração urbana resultou em desemprego e pobreza (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010, p. 17-18). Apesar da instabilidade, o marido de Maria trabalhava como segurança e ela optou por ficar em casa com as crianças. O casal teve ainda outros quatro filhos. A relação era tumultuada, com agressão dos dois lados.

Então o meu primeiro tapa foi com ele que ele me deu um tapa na cara porque eu era geniosa e ele era calmo e eu tirava ele fora da casinha e ele veio me dar um tapão e eu tava cortando carne e não tive outra enfiei ele e disse pra mãe dele: olha ele foi assaltado leva ele pro Pronto Socorro (rindo). Ele deu que tinha sido assaltado mesmo (dando risada) de tão sem vergonha que era. Ele também bebia e nós se espancava assim. O nosso amor era a tiros e facadas. Quando nós brigava assim, eu dava-lhe tiro nele e ele saía correndo.

Entrevistadora: Até tiro?

Entrevistada: E ele, se eu marcasse pra ele, ele dava tiro também e era assim o nosso amor de facadas e (dá uma risada) como é aquela Bonnie e Clai? Ele me deu uma facada quando eu tava dormindo, porque só dormindo mesmo para ele conseguir me pegar né. Eu fui para o Pronto Socorro, mas eu não delatei ele, não caguei ele, ele ficou trancado de entrar no morro, porque eu tinha muita amizade lá ainda tenho os caras disseram que nos quatro canto do morro ele não entrava e não entrou ficou uns dois três anos fora do morro (transcrição: entrevista Maria).

No relato sobre a dinâmica do casal, a entrevistada continua com o mesmo interesse de apresentação em que se coloca como dona da situação. Maria entende que tinha domínio e que, se quisesse, o marido não a denunciaria, como não o fez. Ela disse que tinha a intenção de matá-lo após uma das brigas. Contudo, mudou de ideia, não por algum tipo de culpa, mas pelo risco de ser descoberta e presa.

Entrevistada: Eu pensava um meio quando tava casada com meu primeiro marido de matar ele, porque eu já tinha tido cadeia, sem ir pra cadeia, eu queria um jeito de matar ele. (...) Eu tinha medo de voltar pra cadeia. E se alguma coisa der errado? Aí tu ficava assim no meio do pátio sabe assim quando tu tá assim do nada pensando só o que fazê como fazê o que que eu vo fazê? Eu pensava bastante tinha mil e uma ideias pra aquilo ali, mas graças a Deus que não (transcrição: entrevista Maria).

Devido às brigas, o casal acabou se separando. Maria continuava consumindo drogas e, segundo ela, não dava atenção suficiente aos filhos até eles começarem a se envolver com entorpecentes. O mais velho foi para as ruas ainda criança e acabou morrendo anos depois por consequência do uso de álcool e drogas. Já o segundo, se envolveu com o tráfico e ficou anos preso. Maria o visitava no Presídio Central e negociava com as pessoas que vendiam crack para o seu terceiro filho para não o receberem mais. A filha caçula nasceu com problemas cognitivos, que a entrevistada atribui ao uso de drogas na gestação.

4.2.1.6 “Você que tá aí sofrendo”

Maria estava vivendo uma fase desesperançosa. “Não tava aguentando mais aquela vida dali, não tava mais me satisfazendo né”, destacou. Ela sentia-se culpada pela situação dos filhos e impotente em relação a eles. Com insônia, começou a assistir os programas da Igreja Universal do Reino de Deus na televisão²³, que são veiculados durante a madrugada:

Chegava em casa, me deitava não conseguia dormir daí fumava um baseado e não conseguia dormir, aí ligava a televisão, começava a dar a programação da igreja e aquelas coisa que os pastores têm né que eles tocam ‘você que tá aí sofrendo, você que tá aí tentando se matar’. Uma vez tentei me matar também, eu queria matar eu e os meus filho pra parar de sofrer. Então comecei escutando

²³ A Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) foi fundada em 1977 por Edir Macedo (ORO, 2005-2006). Ela encabeça o neopentecostalismo no Brasil que é a vertente pentecostal que mais cresce atualmente e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal (MARIANO, 2004, p. 130).

essa programação (...) O que me fez a minha regeneração foi a minha liberdade, porque nessa meu trajetória de marginalidade eu trafiquei né, fiz assaltos, fazia assalto em qualquer lugar. Dizia: 'vamo fazer essa padaria' e entrava sem medo, sem nada. Também o que me fez pensar melhor quando eu saí da cadeia foi quando meus filho começaram a entrar na cadeia. Eu tinha uma vida bem miserável antes de conhecer o senhor Jesus (transcrição: entrevista Maria).

Maria começou a frequentar os cultos e a fazer trabalho voluntário na igreja. Ela atribui a recuperação de alguns dos filhos à sua conversão.

Eu comecei a lutar na igreja usar a fé e deu certo, tá dando certo. Eu busquei um a um e fora os que não são da família, porque tem amigo meu, que quando eu entrei pra igreja eu evangelizava eu ia lá nas boca onde eu traficava. Daí eles me viam com o jornal com a camisa da igreja e diziam 'eu não acredito, isso é uma fachada' e eu dizia 'não é' eu ia lá abraçava e beijava e dizia vou te deixar um jornal (transcrição: entrevista Maria).

Conforme Ricardo Mariano (2004), as igrejas neopentecostais tendem a abranger vários campos da sociedade e seus valores, interesses e práticas. Por essa razão, os cultos oferecem serviços "mágico-religiosos", com inclinação terapêutica, baseada em promessas de concessão divina de prosperidade material, cura física e emocional e de resolução de problemas familiares, afetivos, amorosos e de sociabilidade.

Oferta sob medida para atender a demandas de quem crê que pode se dar bem nesta vida e neste mundo recorrendo a instituições intermediárias de forças sobrenaturais. Com tal estratégia, empregada também nos evangelismos pessoal e eletrônico, atraem e convertem majoritariamente indivíduos dos estratos pobres da população, muitos deles carentes e em crise pessoal, geralmente mais vulneráveis a esse tipo de prédica. Não obstante o apelo sistemático à oferta de soluções mágicas configure uma prática usual nas religiões populares no Brasil, observa-se que, no caso neopentecostal, tal procedimento, diferentemente do que ocorre no catolicismo popular, por exemplo, é orquestrado pelas lideranças eclesiais e posto em ação nos cultos oficiais e por meio do evangelismo eletrônico (MARIANO, 2004, p. 124).

A julgar pelo relato de Maria, ela estava definitivamente em um momento vulnerável, procurando respostas e orientação sobre o que fazer com os seus filhos. Encontrou acolhimento com Iurd. A televisão também é usada para divulgar a recuperação de fiéis e a entrevistada é uma das pessoas que pode dizer que de uma vida criminosa, com uso de drogas mudou para uma rotina mais regrada, auxiliando quem necessita e melhorando suas condições familiares e financeiras.

O meu testemunho é lá a minha igreja lá de cima do morro é lá que eles me conhecem é lá que as pessoa vão ver a minha vida e a minha vida mudou em tudo, financeiramente sabe, eu pedia pra Deus uma casa descente e Deus me deu a casa que eu moro. O terreno que eu moro eu comprei ele por R\$ 10 mil e eu não tinha esse dinheiro, eu trabalhava de noite de cuidadora e durante a semana fazia três faxina por semana pra nos manter. Nesse dia a dia eu juntei 1,8 mil reais. Dei de entrada nessa casa, mas tudo pedindo pra Deus, tinha gente que tinha 10 mil, 7 mil, com carro pra dar de entrada e eu pedi pra Deus. 'Deus, dá essa casa pra mim' e ele me deu (transcrição: entrevista Maria).

Lembrando que meu contato com Maria foi intermediado por pessoas da Iurda e que a entrevista ocorreu em um dos templos da igreja, era esperado e estava entre as hipóteses que ela ressaltasse sua vivência religiosa e, até mesmo, desse enfoque para os pontos positivos e “transformadores” dessa religião, pois já deu seu depoimento para outros fiéis nesse sentido e também trabalhava tentando trazer pessoas para as atividades, incluindo seus filhos.

Mariana Côrtes (2014) identifica essas pessoas que dão testemunho como "pregadores-itinerantes". Quase uma carreira, a atividade é narrar episódios dramáticos convertidos bênçãos concedidas por Deus após a conversão. A adesão a esse papel confere uma ruptura com a identidade anterior, que no caso de Maria era de presa e viciada.

No curso de vida, Maria identificou no crime uma forma de vivenciar liberdade, protagonismo e poder, após uma infância de traumas e falta de afeto, em que foi deixada de lado pela família em uma instituição estatal. Quando Maria vai presa, continua buscando poder e liberdade. No entanto, diferente de como era na rua, sofre punições na instituição. Em função da interpretação dessa experiência, opta por abdicar do crime e procurar outras formas de vivenciar a liberdade que antes era atribuída às atividades ilegais. Vive uma relação conjugal violenta em que procura impor um certo controle e protagonismo. Em função da história dos filhos na criminalidade, no vício e na enfermidade, Maria acaba se culpando e atribuindo ao que teria feito de errado o destino dos filhos. Na religião, ela encontra o perdão e um novo significado para suas vivências.

Na biografia que será mostrada a seguir, é possível encontrar algumas experiências semelhantes às de Maria, porém com diferentes interpretações.

4.2.2 Biografia de Marilene

Após passar dois anos na prisão por homicídio, a maior preocupação demonstrada por Marilene durante sua entrevista foi afirmar, a partir da escolha do que iria falar, que se recuperou e que era uma pessoa melhor devido à punição que recebeu no início da vida adulta. O interesse de apresentação identificado já havia sido apresentado em minha dissertação de mestrado (REIF, 2016). Naquela fase de pesquisa, que tinha objetivo de analisar o período em liberdade de condenadas, não houve possibilidade de formar tipos com a amostra realizada. No entanto, com a soma de novas entrevistas para esta tese, utilizo essa mesma biografia para embasar umas das formas de interpretação de encarceramento (atual interesse de trabalho), que será melhor detalhada no capítulo seguinte.

A trajetória de Marilene, também já explicitada no trabalho citado, foi composta por experiências de violência sofrida e praticada por ela. Ainda criança perdeu o pai, presenciou o suicídio da tia e apanhou da mãe e do marido. Chegou a ter brigas físicas com uma rival, a qual tinha um caso com seu companheiro, e, em um momento de raiva, assassinou a mulher com um revólver. Foi condenada e presa. Depois da libertação, mudou a forma de lidar com as adversidades e isso foi ressaltado ao longo da sua entrevista, assim como suas qualidades de mãe. O tipo de texto usado foi especialmente o relato, com argumentação e com momentos de narração.

O tema “aprendizado” é constantemente trazido pela pesquisada. Marilene olha para o passado procurando por ensinamentos que possa utilizar nas vivências presentes e futuras. Quando comparados os dados objetivos e o texto da entrevista (a vida vivenciada e a vida narrada), fica clara a interpretação da prisão como um instrumento redentor. Marilene tem remorso pelo assassinato e reitera que pagou a pena estipulada pela Justiça. Isso após se entregar e se declarar culpada pelo crime. No discurso, assumiu que fez algo condenável e que, por isso, foi passar sua estada de penitência na cadeia. Não só a privação de liberdade a ajudou a se libertar da culpa, mas a transformação, que diz ter passado, auxiliou na maneira como passou a observar suas experiências. Na interpretação de Marilene, o erro que cometeu foi anulado pelo sofrimento vivido dentro das grades e pelos ensinamentos que obteve desse período. Algumas presas e ex-presas identificam, no tempo de cárcere, aprendizados formais oriundos de cursos e colégio, por

exemplo. Marilene, contudo, ressalta o ensinamento pessoal. Diz ter se tornado boa mãe por causa da cadeia. Essa interpretação diz respeito à forma como entendeu as experiências de sua vida desde criança até então.

4.2.2.1 Socialização: perdas, falta de recursos e violência

Marilene é contemporânea da entrevistada cuja biografia está apresentada na sessão anterior. Ambas nasceram na mesma década, marcada pelo início do governo militar no Brasil. No entanto, diferente de Maria, que vem de uma família urbana e cresceu na Capital, Marilene foi criada na área rural de uma pequena cidade no Estado. Enquanto uma teve acesso facilitado ao transporte público, escolas e outros serviços, além de diversidade de pessoas e culturas, a outra enfrentou problemas para estudar, tinha limitado círculo de amizades e oportunidades reduzidas.

Até um ano e meio de idade, Marilene foi criada pelos pais. Era a única filha de um casal que vivia no campo, em uma casa simples e atuava na cultura de subsistência. Havia naquela época grandes mudanças estruturais no Brasil, como a rápida urbanização. Essas mudanças ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária e também impulsionaram a alteração das formas de posse da terra e da utilização. Como a rentabilidade aumentou, os proprietários começaram a expulsar antigos posseiros ou agravar suas condições de trabalho, provocando descontentamento da população rural. Além disso, as migrações aproximaram campo e cidade facilitando a tomada de consciência de uma situação de extrema submissão por parte da gente do campo (FAUSTO, 2006, p. 444). A família de Marilene possivelmente participou dessas transformações, que podem ter gerado uma tensão no período da sua infância em razão de instabilidades ou participação dos seus pais em conflitos.

Com a morte do pai, que teve um infarto fulminante, a entrevistada foi entregue a um casal de tios, que moravam no mesmo distrito e tinham dois filhos. Apesar da falta de infraestrutura da região, é plausível pensar que Marilene cresceu no convívio de uma família considerada tradicional e da mãe que poderia visita-la esporadicamente. Ela teria ainda contato com a natureza e animais, além de aprender um ofício na lida do campo e participar das atividades domésticas.

Apesar de a primeira lei de proteção à infância ser de 1891, somente um século depois é que o trabalho infantil ganha visibilidade no país, quando, em 1990, foi

implantado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual mobilizou a sociedade civil. A participação de crianças na produção rural e em fábricas, além de outros estabelecimentos, é um fenômeno antigo, que contribuiu para naturalizar a exploração dessa força. No Brasil, convive-se com trabalho infantil desde a colonização portuguesa e a implantação do regime escravagista (ASTIGARRAGA; PASSEGGI, 2013). As consequências da atuação antes dos 14 anos são de ordens físicas, psicológicas (MONTE, 2008) e a ocorrência da participação está relacionada com fatores como pobreza. Na década em que Marilene nasceu (1960), 29% das famílias no Brasil eram compostas por seis ou mais indivíduos, sendo que mais da metade destas estavam abaixo da linha de pobreza (CHEIN; LEMOS; ASSUNÇÃO, 2007).

A partir da década de 1970, a fecundidade iniciava movimento decrescente continuado. A mortalidade infantil também estava praticamente controlada. Em 1950, eram 158 mortes de menores de um ano para cada mil nascidos vivos. Desde então, os níveis caíram substantivamente e, em 1996, já era de 47 mortes para cada mil nascidos vivos (MARCÍLIO, 1998).

Em seu relato, Marilene descreve a família como muito humilde, com poucos recursos materiais. Reflexo disso era a limitação de roupas, calçados, material escolar e transporte para ir ao colégio, muitas vezes feito a cavalo. Contudo, alimentos não faltavam em razão da produção na propriedade. Lembrando que as dificuldades não eram exclusividade de sua família, o país passava por crise econômica do início da década de 1980 até 1990 (FAUSTO, 2006).

Aos 11 anos, sua rotina era ajudar a família na área rural e ir à escola. Um episódio vivenciado com essa idade, a fez conviver com culpa durante décadas. A tia que a criava se matou e foi Marilene quem encontrou o corpo pendurado em uma árvore. O tio teria responsabilizado a criança, que, segundo ele, deveria ter cuidado da mulher para que a tragédia não tivesse acontecido.

Eu achei que ela ia pegar um terneiro algo assim só que passou muito tempo muito tempo (...) e ela não voltava e eu botei um banco e pulei porque ela trancou tudo só ficou aquela e eu saí pra procurar ela e tinha era muito bonito e tinham muitas árvores assim nos fundos da casa e fazia um círculo aquelas árvores e no meio tinha grama parecia que alguém que tinha feito e eu atravessei o terreno grande entre um lado das árvores e o outro assim passei por ali e atravessei no que eu olhei assim ela tava dependurada assim (6) numa

árvore ((quase inaudível)) (5) aquilo foi uma cena que eu nunca mais quero ver a coisa mais horrível

Entrevistadora: e aí o que que tu fez?

Aí eu fui procurar meu pai ele tava na lavoura e era longe e eu fui procurar ele (4) e quando eu cheguei e contei pra ele ele disse assim: “por que que tu não cuidou?” e eu fiquei muitos anos com complexo de culpa mu:itos anos eu tinha que eu eu que não tinha cuidado dela eu passei muitos anos mas muitos e muitos muitos e muitos e muitos anos eu que tinha sido culpada eu fiquei por muito tempo que eu não prestava eu achava que eu não prestava por aquele fato (transcrição: entrevista Marilene).

Além desse episódio descrito por Marilene, outras entrevistadas para este trabalho mencionaram a ocorrência de suicídio de pessoas próximas em suas trajetórias. Em pesquisa com familiares de pessoas que cometeram suicídio, Eliane Lavall destaca que cada um vivencia a perda conforme interpretação individual do fenômeno. Mesmo assim, isso está dentro de um contexto de representações e atitudes sociais em relação ao suicídio. São comuns as manifestações de preconceito e estigma, além de uma carga social que, muitas vezes, dificulta a vivência do luto (LAVALL, 2019).

Além do sentimento de culpa que carregou ao longo dos anos, a morte provocou ainda outra ruptura na vida de Marilene, que precisou retornar para a casa da mãe. Violenta, a mulher, que atuava como lavadeira, batia na filha por qualquer motivo. Queria que a menina soubesse fazer atividades domésticas, as quais não tinha familiaridade. A entrevistada narrou com detalhes algumas das vezes em que levou surras, o que a fez sentir medo de perguntar e de se expressar. Ela poderia ter crescido acuada e dependente da mãe e de outras pessoas por essa razão. No entanto, procurou aprender o que necessitava para evitar represálias da mãe e encontrar meios para sair de casa o quanto antes. Conseguiu ser emancipada aos 16 e foi trabalhar na cidade. Na mesma época, começou a namorar um rapaz de Porto Alegre e se mudou para um pensionado na Capital após conseguir um emprego.

4.2.2.2 Saída da zona rural, casamento conturbado e cometimento do assassinato

Meses depois da mudança de cidade, Marilene foi morar com o namorado, mas a fase de romance dos dois não durou muito tempo. Marilene descobriu que ele a traía, motivando brigas do casal. Em meio às discussões, ele a espancava e as agressões tornaram-se rotina, ficando cada vez mais intensas. Uma das mulheres com quem ele saía passou a ligar para a casa de Marilene e a ir ao trabalho dela. O assédio da amante era

rebatido por Marilene, que brigou fisicamente com a mulher várias vezes, sendo uma na calçada da rua onde o casal possuía um estabelecimento comercial. A situação foi se agravando, pois o marido repreendia Marilene e os embates se tornaram mais violentos. Ao mesmo tempo, a mulher com quem ela brigara passou a ser presença constante.

Em determinado dia, Marilene pegou o marido com a outra em um bar. Ela foi para casa buscar um revólver, o qual colocou na cintura e pegou um ônibus para ir ao encontro dos dois. No estabelecimento, disparou contra a mulher, que morreu no local.

Eu olhei e tava os dois sentados ali num barzinho um boteco. Eu voltei pra casa, busquei o revólver, fui. Não sei como ninguém viu. Ninguém me prendeu. Eu botei o revólver aqui (mostrou a cintura) e fui lá. Cheguei lá e dei não sei quantos tiros na criatura (transcrição: entrevista Marilene)

Podemos considerar que não houve o desenvolvimento de um plano de ação para o cometimento do crime. Movida, muito provavelmente por emoção, Marilene queria eliminar a amante da vida do casal, que segundo sua interpretação seria a motivadora das brigas. Descreve, na entrevista, que o diálogo não solucionou o problema nem com o homem, nem com a mulher, que a provocava. Até então, Marilene conhecia a violência como elemento de situações de conflito. Desde criança, apanhava da mãe e, na vida de casada, a violência também estava presente na relação com o marido e com a mulher que acabou matando mais tarde. A violência costuma fazer parte do cotidiano em várias famílias e comunidades (FONSECA, 2006, p. 43). Marilene constrói a narração de sua trajetória a partir dessa lógica de que o uso da violência era utilizado para resolver conflitos na primeira parte de sua vida. Portanto, justifica, de certa forma, esse roteiro que culminou no assassinato.

O ciclo da violência começa, muitas vezes, na família e nas instituições para crianças e adolescentes, continuando em algumas situações no casamento (MUSUMECI, 2001, p. 5-7). A vivência de experiências de violência não significa, contudo, necessariamente, que as vítimas passarão a praticar o que sofreram. A violência cometida por pessoas de quem a criança ou adolescente espera amor, respeito e compreensão é um importante fator de risco que afeta o desenvolvimento da autoestima, da competência social e da capacidade de estabelecer relações interpessoais, potencializando a fixação de um autoconceito negativo e uma visão pessimista do mundo (ASSIS *et al.*; 2004, p. 44).

Quando concedeu a entrevista, Marilene considerava que a vingança foi cometida contra a "pessoa errada". Depois da vivência na cadeia, vê a mulher assassinada

como vítima do homem assim como ela foi. Marilene classifica a si mesma como jovem e explosiva na época do crime. Porém, em outras passagens, se refere a ela própria como "ingênua", que precisou ser alertada por amigas sobre a infidelidade do marido. "Eu era uma coitada não conhecia nada da vida, eu não sabia nada não tinha malandragem, não sabia nada, esse amor tinha mil e quinhentas mulheres" (transcrição: entrevista Marilene). Passados mais de 20 anos, define sua ação como uma "loucura".

Após o homicídio, Marilene passou uma noite no presídio, quando começou a responder ao processo em liberdade, durante cerca de seis anos. Condenada, cumpriu dois anos em regime fechado e outros dois no semiaberto.

4.2.2.3 Necessidade de ser punida: "Me entreguei, assumi tudo"

Ao se referir ao momento logo após o assassinato, Marilene dá indícios de que desejava ser punida pelo ato. Ela disse que as pessoas ao seu redor disseram para ela fugir, mas fez questão de ir se entregar para a polícia. "Enfrentei sozinha, fui pra delegacia me entreguei, assumi tudo" (transcrição: entrevista Marilene). Conforme o relato da entrevistada, ela não tinha interesse em apresentar alguma justificativa ou se defender perante as punições que estavam por vir. "Eu disse 'não quero advogado'. Eu fiz" (transcrição: entrevista Marilene). Em outra passagem, ela segue afirmando que não se importava em receber uma sentença maior.

Respondi o processo, cumpri a minha pena. Eu peguei uma pena de 12 anos e oito meses com todas as qualificativas possíveis. Como eu falei muito a verdade, eu não me defendi, eu não esperei passar 24 horas, eu me entreguei e isso me prejudicou muito. Eu peguei tudo. Inciso um, inciso dois, terceiro, quarto, quinto, tudo (transcrição: entrevista Marilene).

Após o julgamento que a condenou, o defensor de Marilene recorreu e ainda havia mais uma possibilidade de recurso depois dessa, mas a entrevistada preferiu se entregar e começar a cumprir a pena antes de tentar. Uma hipótese para esse comportamento é a presença de remorso pelo assassinato. Considerando que Marilene compartilhe, de alguma forma, de valores religiosos, podemos entender que ela estava esperando por uma punição. Dessa forma, ela estaria perdoada ao final da pena. Os fundamentos do Cristianismo se baseiam na culpa universal do ser humano como pecador. Conforme a lógica cristã, poderemos ser salvos se reconhecermos a nossa culpa

e se assumirmos que devemos ser penalizados. À medida que se sente uma culpabilidade, há uma necessidade de punição (NEVES, 2010). O senso moral é regido pelo fazer o bem e evitar o mal. O ato de fazer o mal ou ter apenas a intenção da má ação resulta em “remorso ou *morsus conscientiae*, a mordida da consciência” (SUGIZAKI, 2005). Marilene não menciona a prática de nenhuma religião específica, mas se refere muitas vezes a Deus. Ela fala como se tivesse depositado “Nele” seu destino. “Eu me deparei com aquilo (...) tu não perdeu só a tua liberdade, como tua identidade. Agora tu tá aqui e seja o que Deus quiser. Tu não sabe o que vem pela frente” (transcrição: entrevista Marilene).

A entrada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier foi um choque para Marilene que havia vindo do interior, morava há pouco tempo na Capital e não tinha contato com ninguém que já estivera na prisão. A primeira impressão não foi boa, devido às condições da estrutura física e também por perceber que havia perdido a liberdade. Nesse primeiro momento, ela se deu conta de que teria que conviver com pessoas estranhas.

A entrevistada menciona a “perda da identidade”, fenômeno destacado por Goffman (1961), ao explicar que a pessoa que entra, no que ele chama de instituição total, passa a ser reconhecida por outros atributos, diferentes do que a identificava anteriormente. Se antes Marilene podia ser descrita como mulher, trabalhadora e casada, depois de entrar para o presídio, virou a “presa”, a “assassina”, a “condenada”, etc.

Assim como todas as outras, a entrevistada passou por uma nova socialização quando ingressou naquele grupo social diferente. Além da mudança de rotina, regras impostas, divisão do espaço com outras detentas, Marilene vivenciou também um período tumultuado para o sistema feminino. No início da década de 1990, quando foi presa, a gestão do Madre Pelletier não era mais atribuição das irmãs da congregação Bom Pastor e, sim, do Estado. Até 2008, foram registrados 18 rebeliões e três incidentes graves na casa. Quatro deles, aconteceram em 1992, ano em que a entrevistada estava reclusa. Entre as razões identificadas, estavam superlotação, precariedade de espaço, insegurança para os filhos das detentas e presença de portadoras de HIV em celas de mulheres com crianças. Em uma das ocasiões, 96 mulheres e 13 crianças dividiam um espaço de 270 metros quadrados no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), criado em 1990 e que era Anexo

da Penitenciária, após um incêndio de grandes proporções provocado por duas presas que se envolveram em um incidente com a administração prisional (COLARES, 2009).

As medidas disciplinares adotadas pela direção da casa incluíram a transferência de 21 detentas para presídios do interior e a proibição de visitas. Isso impulsionou outra rebelião ainda maior e com duração de 30 horas e ocorrência de incêndio. A entrevistada pode ter sofrido reflexo de algumas consequências, como enrijecimento das regras e mudança na rotina das visitas, além de movimentação das presas no sentido de apoiar ou se posicionar contra as manifestantes. Houve fortes punições às presas que integraram o movimento. O incidente motivou outros protestos para pressionar a estrutura para melhoria das condições tanto do Madre como do seu anexo (COLARES, 2009).

Marilene procura buscar em sua memória momentos mais pessoais do que coletivos. Ela não chegou a mencionar situações de brigas ou movimentação das presas enquanto esteve privada da liberdade. Ela demonstra que criou estratégias para lidar com a condição de detenta. Passou a procurar elementos que a fizessem entender o período na prisão como uma oportunidade e não como tempo perdido.

Segundo seu entendimento, a punição a fez refletir sobre suas atitudes e mudar a maneira de pensar, assim como seu comportamento. Além disso, se disponibilizou para trabalhar e para participar de atividades promovidas pelos servidores, incluindo psicólogos. Ela chega a dizer que o tempo em reclusão foi de aprendizado e autoconhecimento. Ressalta que conseguiu transformar algo ruim em bom. A mensagem de ter superado os obstáculos aparece em várias partes da entrevista.

Essa noção está presente no transcorrer da entrevista e tem relação com o interesse de apresentação, mas também com a interpretação daquela fase da vida. Ela fala do fato de ter ido para a prisão como oportunidade produtiva.

Eu aproveitei e nesse tempo que eu tive na penitenciária eu tirei o que tinha de bom eu suguei tudo de bom eu fiz tratamento psicológico eu fiz um grupo lá que a diretora fez de regressão a gente tratou tudo os nossos bichos as nossas raivas os nossos monstros aquilo foi espetacular (fala pausada com entusiasmo) eu digo hoje eu sou a mãe que eu sou por causa do que eu fiz se não eu seria a mesma minha mãe ou pior eu seria uma bola de fogo eu ia maltratar meus filhos igual eu fui maltratada e agradeço olha tem coisas que tu tem que passar na vida de um limão tu faz uma limonada claro que não é uma coisa pra se vangloriar ah eu fiz passei mas eu tentei já que tinha errado tava ciente do meu erro tirar o que é possível o que é bom não vou pegar o que é

ruim peguei o que era bom, toquei minha vida pra frente (transcrição: entrevista Marilene).

Nessa fala, cita serviços ou recursos disponibilizados pela casa prisional, como tratamento psicológico e grupo de apoio. Durante trabalho de campo para a realização da pesquisa, foi possível notar que são oferecidas atividades tanto pela administração como por instituições beneficentes. Entre elas estavam curso de ioga, artesanato e espaço para conversas entre as presas e funcionárias. Esses serviços, contudo, não ocorrem de maneira contínua, mas dependem da disponibilidade da direção e das entidades que oferecem esse tipo de apoio.

4.2.2.4 Reforço do estereótipo de gênero

É possível considerar a hipótese de que a intenção de Marilene e de outras entrevistadas de corresponder ao que se espera da mulher seja reforçado em razão do que já foi tratado no capítulo de revisão de literatura sobre a construção histórica do gênero feminino. Como já foi tratado, existem características esperadas e cobradas socialmente. Em razão de a violência e a criminalidade estarem mais associadas ao universo masculino, as mulheres que cometeram crimes e foram presas desviaram tanto das leis, quanto dos estereótipos e acabaram sendo duplamente punidas, resultando em estigma e em necessidade de minimizá-lo. O discurso tradicional sobre a mulher pressupõe que transgressões sejam vistos como anomalia e desvio à “natureza feminina”. É notória em pesquisas com esse público a preocupação com a “normalidade feminina” (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1052). Assim, a busca por corresponder ao que a sociedade espera da mulher é uma estratégia de reduzir essa pressão social (REIF, 2016).

Marilene apresenta esse interesse de se mostrar mais adequada aos padrões de gênero se mostrando maternal e preocupada com a família. Conforme interpretação da entrevistada, ela passou por uma transformação pessoal por causa do aprendizado durante a punição com privação de liberdade. Esse entendimento já foi identificado em outras pesquisas com mulheres que passaram pela prisão. Não só Marilene, mas outras pesquisadas ressaltam que o tempo em reclusão permitiu o amadurecimento e o reconhecimento de capacidades (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1046).

A punição com pena de prisão é vista aqui como um momento de inflexão, que interrompe os projetos desenvolvidos por quem recebe a condenação. Esses períodos de mudança costumam ser de reflexão sobre o presente, o passado e o futuro. Normalmente a pessoa se vê impossibilitada de fazer planos em razão da imprevisibilidade, o que acaba resultando em mudanças de interpretação sobre os processos individuais e sociais. Impulsionam ainda a criação de alternativas para lidar com o que está colocado (ENDREB; RAMPP, 2014).

A necessidade de sobrevivência à nova forma de vida dentro do cárcere pode motivar a busca por estratégias para lidar com as adversidades (PEREIRA, 2011; LUCENA; IRELAND, 2013). Habilidades para administrar conflitos do contexto carcerário tornam-se fundamentais para o convívio interno e também posterior (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 130).

4.2.2.5 Experiência de liberdade: mudança de comportamento diante da violência

Na comparação entre a vida vivenciada e narrada, é possível notar a mudança de comportamento antes e depois da experiência de reclusão de Marilene. Ao sair do Madre Pelletier para o regime semiaberto, depois para a liberdade condicional, a entrevistada passou a encarar o cotidiano com uma outra lente que considerava todas as experiências somadas até então, especialmente as dentro da prisão, período considerado seu *turning point*.

As reações às situações apresentadas não seriam mais como antes. No passado, antes da experiência de prisão, costumava acionar recursos como a violência para a solução de conflitos. Isso porque essa era a estratégia conhecida em suas relações familiares e conjugais. Após o aprendizado que garante ter tido com a prisão, a liberdade de Marilene seria vivenciada com um posicionamento menos agressivo.

Ela interpreta que a punição com pena de privação de liberdade foi um instrumento para romper com o passado violento, o qual culminou no cometimento do assassinato. Em sua fala, as vivências da infância e da juventude foram interpretadas novamente no tempo de reclusão.

Após sair da cadeia, Marilene foi confrontada com mais violência. Passou a sofrer agressões do segundo marido, com o qual teve dois filhos. Nesse caso, contudo, a entrevistada conseguiu escapar recorrendo a auxílio institucional e depois teve ajuda de um grupo da comunidade onde morava. Essas alternativas foram diferentes de como terminou com o conflito conjugal anterior, que incluía traição, e que resultou em uma morte. De acordo com sua narração, a vivência do momento presente só é possível por causa do aprendizado que teve na cadeia (REIF, 2016).

A diferença entre a reação às agressões que sofreu do primeiro marido e à do segundo companheiro é a passagem pela prisão. Marilene informa que, no período em que esteve presa, pôde se conhecer melhor e, assim, lidar com a sua agressividade. Dessa forma, conseguiu ser uma pessoa diferente da mãe, que a batia quando algo não estava a seu contento. Ela diz que somente porque esteve na cadeia é que teve condições de ser boa mãe. Para Marilene, ter êxito ao desempenhar o papel materno é ser o oposto da sua própria mãe.

Eu te digo uma coisa bem séria se não fosse o Madre Pelletier eu não seria a mãe que eu sou porque eu não teria tratado o meu eu aquele monstro que eu sempre me achei a pessoa mais calma mas mentira se eu cheguei a pegar um revólver e dar um tiro não era calma coisa nenhuma eu era um barril de pólvora eu tinha uma máscara mas ah muito horrível (transcrição: entrevista Marilene).

Nessa passagem, é possível perceber que descreve a si própria como uma pessoa capaz de matar em função das vivências do passado. Mas o que aprendeu na prisão, conforme seu relato, fez “tratar” essa tendência e o resultado de tudo isso foi ter se tornado boa mãe. Portanto, o objetivo de dominar a agressividade é corresponder a uma das características que se espera de uma “boa” mulher: ser boa mãe (REIF, 2016).

Os cursos de ação estão atrelados, de alguma maneira, às interpretações de experiências passadas (SCHÜTZ, 1979). Marilene fala do presente fazendo comparações com o passado vivenciado e nele a violência aparece em muitos momentos. Ela ressalta que conseguiu romper com um destino que seria, na sua visão, praticamente inevitável: a repetição do comportamento de sua mãe.

A maneira como Marilene interpreta os eventos ocorridos em sua biografia colaboram com a forma como interpreta a prisão. Ela buscou um lado positivo na sua vivência em reclusão para não sentir que o tempo em que esteve detida foi perdido. O remorso pelo crime a fez querer pagar por ele e aceitar o caráter corretivo da prisão, se

conformando aos estereótipos de gênero, esperados pela sociedade e que também estão presentes na experiência atrás das grades.

Na próxima biografia a ser apresentada, a entrevistada atribui um significado diferente à prisão. Diferente de Marilene, Renata não observa aprendizados ou melhora dela mesma em função do encarceramento. Ao contrário, ela entende que o período do lado de dentro das grades significou prejuízo em sua vida e impulsionou atitudes que agravaram ainda mais sua condição de detenta.

4.2.3 Biografia de Renata

Ao longo de três entrevistas realizadas na Unidade Materno Infantil do Madre Pelletier, Renata contou suas experiências antes e durante o encarceramento. É a pesquisada com mais tempo em regime fechado, 15 anos. O testemunho ocorreu enquanto ela segurava a filha nos braços, a qual nasceu no interior da penitenciária. Ocorrências de abuso, crimes, uso de drogas e enfrentamento às regras carcerárias compõem uma trajetória que a leva a entendimentos sobre a punição.

No discurso, usa descrição, argumentação e narração para transmitir, especialmente, as razões que a fizeram tomar as atitudes que a colocaram atrás das grades e também que a fizeram acumular outras penas. O seu interesse, portanto, é apresentar-se como vítima das pessoas ao seu redor e das circunstâncias. As atitudes que toma, segundo essa perspectiva, são para se defender, ou para fazer justiça.

Comparando os dados objetivos de sua vida com o texto da entrevista, a interpretação da experiência de prisão da entrevistada está relacionada com a motivação dos crimes. Ela entende que não teve escolha ao praticar os atos, portanto, se sente injustiçada por permanecer no interior da penitenciária. Por conta disso, acaba frequentemente quebrando as regras disciplinares e se rebelando contra o que considera injusto.

4.2.3.1 Socialização: doença, morte na família e abusos

Mais nova do que as outras duas entrevistadas que tiveram as biografias apresentadas nesta tese, Renata nasceu na segunda parte da década de 1970 no interior do Rio Grande do Sul. Apesar de não ser a Capital, a cidade, de porte médio, é um polo universitário, e conta com hospitais e todo tipo de serviço. Nessa época, o governo militar estava em crise, assim como a economia do Brasil, contexto já citado nas páginas anteriores. O processo de urbanização continuava e as famílias, de forma geral, já eram menores em número de membros do que nas décadas anteriores. As regras sociais estavam mais flexíveis em comparação ao passado, mesmo ainda existindo cobranças e demandas morais e culturais.

Renata é a terceira filha do casal que já tinha dois meninos. O fato de ser a única do sexo feminino pode ter gerado mais atenção e cuidado dos pais em relação a ela e também ciúmes por parte das crianças mais velhas. Porém, o convívio com os integrantes da família já formada pode ter facilitado o aprendizado da caçula que, depois de dois anos, ganhou mais um irmão. Todos frequentavam o colégio e tinham convivência com a comunidade local. A entrevistada avalia que tinha uma família tradicional e organizada. “Era tudo certo, uma família bem estruturada”, diz. Renata entende esse período da vida como bom até que um acidente fez mudar toda a rotina e a dinâmica familiar.

O irmão – segundo mais velho dos filhos – foi atropelado quando ela tinha nove anos. Depois de um tempo em coma no hospital, retornou para a casa, mas demandou cuidados especiais por parte de todos. “Aí eu já não tive mais assistência dos meus pais”, observa. A entrevistada começou a trabalhar como babá na vizinhança, transferindo, um tempo depois, seus estudos para o turno da noite.

Como foi abordado na biografia de Maria, o trabalho desempenhado por crianças antes dos 14 anos pode gerar consequências físicas e psicológicas. Renata não tinha idade para assumir a responsabilidade que o trabalho impõe. Além disso, estava convivendo com o ambiente familiar conturbado. Começou a faltar dinheiro, pois o tratamento do irmão que estava doente demandou muitos recursos. Muito possivelmente, as crianças deixaram de ganhar atenção dos pais, que estavam ocupados cuidando o jovem e também buscando uma forma de manter o padrão econômico. Fora isso, todos estavam muito tristes com as circunstâncias e com as transformações na rotina. Em seu

depoimento, afirma que apresentou problemas de aprendizado, pois ficava preocupada com a situação em casa e tinha dificuldade de concentração.

Não suportando as mudanças, o pai de Renata começou a beber e a se ausentar das responsabilidades domésticas. Por conta disso, o irmão mais velho passou a se colocar como líder da família, assumindo comportamento rígido com os familiares.

Meu irmão mais velho que começo a coordena nós só que ele era ruim ele me batia muito, me batia muito muito mesmo. Eu lembro que eu era é né eu era uma criança eu lembro que eu era obrigada a cortar o cabelo a força eu tinha que cortar o cabelo ele naquela época não tinha ensino esse nome né mas era *bullying* eu já sofria *bullying* porque ele me chamava de macaca ele dizia que eu era gorda que eu era feia e me agredia assim fisicamente e verbalmente aí eu cresci pensando que eu era feia que eu era horrível (Transcrição: entrevista Renata).

A entrevistada relata que o irmão exigia bom desempenho na escola e controlava suas ações, namoros e amizades. Em razão de ser a única filha mulher, as cobranças, provavelmente, eram mais fortes em relação a ela, o que reforça a hipótese de ter alimentado o sentimento de injustiça que cultivou ao longo da vida. Renata esperava que a mãe ficasse ao seu lado, mas a falta do apoio materno começou a criar mágoa e revolta em relação à família.

4.2.3.2 Saída de casa, começo na prostituição e no crime

Quando a pesquisada chegou à adolescência, o irmão que estava acamado morreu. Renata desconfiava que o irmão mais velho havia batido nele e provocado a morte. Por isso, pediu para que fosse realizada uma necropsia no corpo.

Minha família ficou toda contra mim porque eu pedi a autópsia dele porque eu não tava em casa não sabia o porque que ele tinha morrido. Na minha cabeça, passou até que tivessem matado ele ou alguma coisa assim porque ele morreu de asfixia né aí eu pensei eu pedi autópsia aí todo mundo veio contra mim na época porque ‘o guri já sofreu, tu vai pedi pra abri ele’. Aí abriram o corpo dele tudo era claro ele já tinha as lesão no cérebro tudo do acidente né daí foi constatado e infarto no miocárdio e traumatismo tudo e daí eu sei que eu fiquei mal até hoje não me dou com esse meu irmão mais velho sabe té hoje a gente não tem amizade nenhuma mais mas pra mim é como se ele não fosse nada meu (Transcrição: entrevista Renata).

A desconfiança e a atitude dela fizeram com que o irmão se tornasse mais violento, acirrando as brigas em casa. Renata, que seguia sem o apoio da mãe, fugiu de casa e foi morar com uma amiga mais velha.

Eu peguei e fugi. A única coisa que me segurava em casa ali era o meu irmão né que morreu. Cheguei mais tarde aquele dia em casa. Aí a mãe me bateu aquele dia porque eu cheguei bem mais tarde eu fiquei rebelde sabe com tudo aí a mãe me bateu meu irmão mais velho me segurou minha mãe me bateu daí eu fui pro quarto pulei a janela do quarto fugi (Transcrição: entrevista Renata).

A saída de casa antes dos 18 anos foi um episódio relatado por boa parte das entrevistadas nessa pesquisa. Muitas vêm de famílias numerosas e deixaram a residência para não precisar cuidar dos irmãos mais novos. Uma das estratégias adotadas foi o casamento. No caso de Renata, contudo, a fuga ocorreu para não vivenciar mais as agressões, caso relatado por outras entrevistadas, e a falta de apoio. Encontrou uma saída com o acolhimento da amiga.

Era final da década de 1980 e, além do problema econômico, que afetou produção e emprego no Brasil, também era registrado aumento em indicadores de violência, incluindo índices de mortalidade e número de anos perdidos por causas violentas (DELLASOPPA; BERCOVICH; ARRIAGA, 1999). Por influência da amiga, a qual era 20 anos mais velha, Renata entrou em um círculo que, muitas vezes, está associado a riscos: a prostituição.

Em uma pesquisa realizada com jovens envolvidas em prostituição, foi indicado que a violência sofrida em casa, o rompimento dos vínculos familiares e a saída dos lares são fatores que acabam encaminhando as adolescentes para as ruas e a exploração sexual. Também foi verificado que o ingresso na prostituição ocorre processualmente, sendo a exploração sexual o elo final de um ciclo de violência (LIBÓRIO, 2005). Entrando nesse mercado, Renata ficou exposta a outros tipos de violência, doenças e também às drogas, como ela cita.

Eu comecei a fazer as coisa errada né. Eu comecei a usa droga comecei a me envolver com pessoas erradas assim do crime daí eu fiquei com o pai da minha filha mais velha me envolvi com ele mas na época quando me envolvi com ele não sabia que ele era assaltante ai eu aprendi depois que eu sube que ele era assaltante eu aprendi uma série de coisa com ele com o tempo dai ele me falou que ele era assaltante dai eu aprendi a atira aprendi a assalta aprendi um monte de coisa lida com arma (Transcrição: entrevista Renata).

As primeiras experiências com drogas ocorrem frequentemente na adolescência, fase vulnerável do ponto de vista psicológico e social (SOLDERA; DALGALARRONDO; CORRÊA FILHO; SILVA, 2004). Entre os principais riscos do consumo de drogas para os jovens, está a dependência e o comprometimento da realização de tarefas normais do desenvolvimento, como o cumprimento dos papéis sociais

esperados, a aquisição de habilidades essenciais, a realização de um sentido de adequação e capacidade de se preparar para o próximo estágio de vida (SCHENKER; MINAYO, 2005). Nessa fase, em que Renata estava bastante envolvida com entorpecentes e a criminalidade, houve uma tentativa da mãe de resgatá-la, mas sem sucesso.

Renata iniciou um relacionamento com um dos seus clientes e acabou casando com ele e deixando de se prostituir. O homem era assaltante de carros e ela passou a roubar com ele. Quando a entrevistada tinha 21 anos, o casal planejou o nascimento da primeira filha, mas, um ano depois, acabou se separando.

Me separei dele quando ela tinha 1 ano e meio. Fui morar lá com a minha mãe de novo mas nisso já era na minha fase adulta, porque daí todo conforto que ela tinha com ele eu não queria que ela deixasse de ter né, só que eu não tinha condições pra dar só que daí eu já tava formada ne eu já sabia assaltar eu já sabia lidar com arma com tudo daí eu comecei a assaltar pra mante a minha filha (Transcrição: entrevista Renata).

A entrevistada seguiu assaltando até ser presa. O argumento usado para a continuidade na criminalidade foi manter o padrão econômico para não comprometer o conforto da filha.

4.2.3.3 Prisão e revolta

O presídio onde Renata ficou presa pela primeira vez era misto e o primo dela estava detido na mesma instituição. Assim como é para as outras pessoas, a adaptação àquele ambiente foi difícil, devido a todas as mudanças já referidas nas sessões e nos capítulos anteriores. Cerca de dois anos mais tarde, houve uma rebelião no local onde estava internada. Agentes penitenciários e presos foram mortos, incluindo seu primo.

Fiquei presa lá. Aí numa situação teve uma rebelião lá dentro mataram os agente penitenciário e atiraram no meu primo, mataram meu primo lá dentro. Aí eu me revoltei. Fui, o diretor me chamou para dar a notícia lá na frente. Quebrei tudo que tinha na sala do diretor, o diretor me (?) transferiu para cá (Transcrição: entrevista Renata).

É possível considerar que a vivência no presídio, que inclui vários medos, distância da família e perda da rotina que desempenhava tenham deixado a entrevistada emocionalmente abalada. Tudo isso se somou ao conflito carcerário que ela presenciou e que acabou com feridos e mortes, incluindo um familiar. Isso explicaria a reação que teve ao saber da perda e ter sido tomada por um acesso de raiva sem medir as consequências

dos atos. A entrada na cadeia incluiu uma adaptação, cujo processo psicológico é complexo e pode causar até perturbações como estresse pós-traumático depois da libertação. As vivências requerem, portanto, modificações nos padrões de vida e dos indivíduos (GONÇALVES; GONÇALVES, 2012). A experiência carcerária é diferente de indivíduo para indivíduo, mas é comum a ocorrência de traumas e marcas permanentes na biografia (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, p. 39). Ao ser presa, a pessoa passa a vivenciar experiências que irão influenciar na constituição de um novo modo de estar no mundo (MINZON; DANNER; BARRETO, 2010, p. 79).

Transferida para Porto Alegre, Renata começou sua jornada no Madre Pelletier. Passaria por mais uma adaptação, com o agravante de estar longe da família, o que dificultava as visitas. Isso deixava a experiência na prisão ainda mais penosa. Durante o cumprimento da pena, Renata presenciou uma série de rebeliões. Uma delas ocorreu em 2006 após uma greve dos agentes penitenciários, que limitou a entrada de visitantes. Quatro presas ficaram feridas após atarem fogo em colchões (COLARES, 2005). Conforme Colares (2005), diferentemente do que se espera do estereótipo feminino, as rebeliões em presídio de mulheres ocorrem com bastante frequência. Renata estava vivenciando muitos episódios, que implicam sempre em atos de violência, algumas vezes para denunciar privações e para combater arbitrariedades. O que consolava Renata era a espera pelo cumprimento de um sexto do tempo da pena e a possibilidade de ir para casa. Alimentou expectativas em relação a isso, mas quando passou pelos ritos para a libertação, sofreu um baque.

Aquela época era bem assim ó a psicóloga vinha as técnica de fora chegava aquela época de progressão colocavam um exame tipo psicotécnico tipo aquele de habilitação sabe? Elas colocavam uma folha em cima da mesa e a técnica dizia pra mim 'tu faz te imagina que tu ta dentro duma casa' para vê acho que como que tava minha sanidade mental né, se eu tava bem. Aí as guria me instruíram 'se ela mandá tu te desenhar, tu tem que fazer aqueles bonequinho de pauzinho com nariz, com olho, com boca, com tudo, tu coloca o chão, tu coloca os dedinho na mão dele, tu coloca tudo direitinho, porque daí tu tá bem da tua cabeça'. Cheguei e exatamente ela me fez umas pergunta tipo que nem tu me perguntou agora do relato desde quando eu me lembro, desde quando eu sou gente, assim da minha adolescência tudo né, de infância, daí eu fui relatando ali pra ela. Eu desci bem faceira 15 dias depois aí tudo ok 'to com bom comportamento, tudo direitinho né, vou embora'. Pensa bem, eu vim de lá pra cá, eu não conhecia ninguém aqui to apavorada, dai quando vê, desci bem faceira pegar meu (...) boletim e ai o que que deu 'é infelizmente tu vai ter que espera mais seis meses pra faze uma nova avaliação porque tu não passou' ela disse em outras palavras né, mas que eu tinha rodado eu disse 'ta mas por que? eu to com bom comportamento, eu to bem tudo ok tudo certinho' 'não mas tu tem distanciamento familiar' eu digo 'meu Deus do céu se a minha mãe manda carta pra mim, manda Sedex, a minha mãe não é desligada de mim. Eu tenho a minha mãe, a minha família se preocupa comigo sim a senhora olha

lá no livro do dos registros das cartas do Sedex tudo ta ali que a minha mãe é presente na minha vida' sim daí ela 'é mas não' ai nisso eu já me revoltei sabe eu digo 'pelo amor de Deus eu vou ter que ficar mais seis meses' ai eu disse pra ela 'quem que a senhora pensa que é? A senhora pensa que em quinze minutos a senhora vai me analisar? A senhora não me conhece. Em quinze minuto a senhora vai dizer se eu posso ir pra rua, se eu não posso?' Ai eu disse horrores pra ela. Já subi direto pro castigo (Transcrição: entrevista Renata).

A partir daí, a expectativa de sair e retomar uma vida do lado de fora foi substituída por falta de esperança. Em vários momentos da entrevista, Renata lembra da ocasião em que foi avaliada, classificando o procedimento como incorreto e injusto. Os episódios que se sucederam aumentaram ainda mais a pena de Renata, afastando a ideia de ir para a rua.

A entrevistada foi enviada para o “castigo”, local reservado, usado para disciplinar as presas do Madre Pelletier. Encontrou com outra pessoa que estava sendo punida assim como ela. A mulher contou que havia levado um tapa no rosto por ameaçar contar uma ilegalidade. A história desencadeou uma necessidade, por parte de Renata, de vingança, tanto pela situação da colega, como, de certa maneira, pela sua própria.

'Mas, minha senhora, uma senhora tão velha, podia ser a minha mãe aqui dentro né' eu disse 'eu vou fazer justiça pela senhora'. Desci e tinha um refeitório. A gente descia ali no refeitório, tinha tipo uma janela. Aí a janelinha que tem ali dá de pra dentro da cozinha. Daí a gente descia lá de cima. A guarda ficava sentada com o rádio e dizia 'desce 3 desce, mais 3' que era nós com os pratinho pra ganhar comida. Chegava ali, a gente, no caso, as gurias tavam ali pra dentro dessa janelinha, nós aqui pra fora. 'O que tu qué de comida?' 'Eu quero tudo, bota feijão, bota arroz, bota isso' e dava o prato e ficava esperando. Só que a janelinha era alta assim, aí quando a guria perguntou o que eu queria e eu disse tudo, pode bota tudo de comida, eu alcancei o prato pra ela e entrei por trás dela pra dentro da cozinha. Pulou eu, pulou mais duas, mais três que tavam junto. Nós éramos quatro, mais três aí nós pulemos ali pra dentro da cozinha e quebremo tudo ali dentro atrás das gurias que tinham dado nessa dona Joana (Transcrição: entrevista Renata).

A ação orquestrada por Renata foi planejada. Ela já estava muito irritada com o resultado da sua avaliação, que impediu a saída do regime fechado. Ao saber que uma mulher mais velha havia apanhado e estava no castigo sem ter culpa, contou o que havia descoberto e chamou mais três presas para fazer justiça. O resultado foi aumento do tempo de pena e registro de mau comportamento em sua ficha, o que iria dificultar ainda mais a vivência dela na prisão. Renata se revoltou de vez.

Conforme Lemgruber (1999), estando preso, o indivíduo está incapacitado de cometer novos crimes do lado de fora, porém, a possibilidade realizá-los no interior da prisão é relativo. "A instituição prisional não garante nem mesmo a vida dos que são a ela encaminhados" (p. 150). Muitos crimes, segundo ela, fazem parte do cotidiano carcerário.

Esse tipo de desvio dentro de uma instituição penal contribui para o sentimento de injustiça cultivado por algumas presas. Entre os modos de adaptação ao cárcere identificados por Lemgruber, está a "rebelião". As "rebeldes", como pode ser classificada Renata, desafiam constantemente guardas e elementos da administração. Entre as razões para a revolta, está a visão de uma sociedade injusta e que "não protege aqueles que não tiveram oportunidades" (LEMGRUBER, 1999, p. 104-105).

4.2.3.4 Uso de drogas e envolvimento com crimes mais graves

Sem esperança e sem previsão de libertação em breve, a entrevistada foi enviada para uma galeria onde estavam mulheres que praticavam crimes dentro do sistema, principalmente tráfico de drogas.

Era só gente da pesada mesmo e eu tô ali no meio. São tudo tubarão no caso, eu só bichinho pequeno. Aí, o que houve. Eu tô vendo crime mesmo ali qualquer coisa elas atiravam água quente na cara das outras, matavam, queimavam, faziam horrores. E eu tô bem pequenininha ali perto delas e eu digo 'meu Deus, como é que eu vou conseguir vencer isso aqui, sem visita, sem nada, minha família longe né? Aí no meio disso tudo veio uma brecha. Qual é a brecha que tem naquela época dentro do sistema? As drogas. A pessoa tá lá no fundo do poço e vem uma colega 'usa isso aqui que tu vai sair uns minutos, uns momento daqui de dentro'. Aí a pessoa tá ali já com todo aquele tonelada de problema em cima, pega e pega e usa né. Usei era só nos momento, acabei ficando viciada. Nunca tinha usado o tal do crack. Fiquei viciada, me viciei no crack. Aí todas roupa que eu tinha foram, virou comércio. Eu era um brechó ambulante. Todas roupa que eu tinha eu vendi pra usa droga. As mobiliazinha que eu tinha dentro da cela desde copo, caneco, tudo foi tudo feito dinheiro pro crack (Transcrição: entrevista Renata).

Conforme seu relato, Renata começou a usar entorpecentes devido à frustração por permanecer no presídio, por estar se sentindo impotente. O vício, segundo ela, a deixou ainda mais vulnerável e limitou suas alternativas dentro da prisão. Ela poderia ter tentado manter bom comportamento para obter algum tipo de benefício junto à direção ou esperar a próxima avaliação, mas acabou desistindo, por entender, a partir do que já havia experienciado, que o sistema era injusto.

Eu fiquei menor ainda perto das pessoa que tavam ali. Eu fiquei menor ainda, sem respeito, sem nada. Não era respeitada. Eu era um zero à esquerda. Aí o plantão da galeria, na época, pegou e me chamou e começou a me dá trabalho pra mim fazer, mas não trabalho honesto, trabalho sujo. ‘Vai lá dá na naquela que tá lá, bate naquela, toma tanto de crack. Vai lá e roba aquilo ali. Tanto de crack’. Eu comecei a fazer tudo esse tipo de serviço. Fazia uma reunião na cela dela, me chamava ‘a fulana comprou um telefone ali. Se caí, tu assume que é teu’. E fazia todo esse tipo de coisa. Aí eu ganhava e eu me mantinha a droga (Transcrição: entrevista Renata).

À medida que se envolvia com a criminalidade e com o uso de drogas dentro da prisão, Renata incorporava cada vez mais aquela dinâmica e passou a reconhecer aquele contexto como principal em sua vida. Se afastou da família e deixou, até mesmo, de pensar em sair e retomar a vida que tinha do lado de fora.

Eu esqueci família, esqueci tudo. Coração não tinha mais. Esqueci minha filha, minha mãe. Me afundei aqui dentro, nem queria mais ir embora daqui. Eu fiquei couro e osso. Eu era só cabelo na minha cabeça. Eu nem queria mais ir no Jurídico ver que dia que eu ia embora. Não queria mais saber de nada mais. Me afundei naquilo ali, nem lágrimas eu não tinha, não conseguia chorar. Fiquei fria (Transcrição: entrevista Renata).

Esses sentimentos, porém, iriam mudar. Em determinado momento, recebeu a notícia de que havia chegado o dia da sua progressão de regime e pôde se mudar para o semiaberto.

eu arrumei as minhas coisa e vim pro semiaberto. Aí cheguei ali tudo ok. Tudo bem. Aí no que eu passei assim desse portão aqui do fechado pra aquele portão que segue em anexo, parece assim que que saiu aquela mulher suja que eu tava. Ficou aqui dentro. Eu olhei assim, eu respirei (respira fundo). Aí parece que eu me acordei assim de novo sabe meu Deus eu vo vive assim saiu toda aquela peso de imundícia que tava em cima de mim de crack de coisas errada de coisa ruim que eu fiz pros otros saiu parece que fico aqui dentro eu disse meu deus eu vo sai la fora dai eu fechei meus olho e me lembrei minha filha minha mãe me esperando quanto tempo sabe preciso resgata isso aquela urgência que me deu na minha mente sabe de resgata tudo isso correndo ai eu queria vive de novo ai eu queria vive eu eu consigo olha aqui eu já to aqui oh na frente daqui a pouco eu vo sai ali pra fora eu vo pode resgata tudo isso eu to viva to bem eu pensei dai quando ve (chorando) (Transcrição: entrevista Renata).

Quando chegou na estrutura onde ficava o regime semiaberto, Renata passou a conviver com algumas das mulheres que dividiam cela com ela anteriormente e que a dominavam em virtude do seu vício. Portanto, diferentemente do que pensou, a dinâmica não mudou. Ela continuou precisando prestar serviço para as outras ex-detentas.

Eu fui pra li e comecei a usa droga ali de novo. Daí era a condicional ia termina toda a minha cadeia. Eu ia sair livre. Daí eu me envolvi com a filha da mulhé essa que eu trabalhava aqui dentro, a filha dela tava ali, também de chefe ali dentro de plantão. Ela que vendia crack ali e tudo. Ai eu comecei a usar. Usei

cem reais, eu usei duzentos, eu usei trezentos e ela me dando uma conta assim sem limite. 'Mas eu não tenho condições de te pagar' 'mas pode usar todos os dias'. Eram cem, duzentos eu ia pegando, mas eu ia, eu já tava apavorada. (...) Daí eu já tô devendo uns mil reais já pra ela de crack. Aí ela tudo que acontecia ali eu ajeitava tudo pra ela. Eu organizava 'tu fica aqui, tu fica ali'. Cuidava do portão. Pra lá é a polícia que sabia e do portão pra dentro era nós que sabia (Transcrição: entrevista Renata).

No local, também ocorriam disputas pela venda de drogas. As brigas estavam centradas em dois grupos e Renata era aliada a um deles. O envolvimento com a criminalidade no interior da cadeia representa ganhos financeiros e também poder em relação às demais presas (COLARES, 2009). No caso de Renata, contudo, os ganhos estavam na possibilidade de uso das drogas fornecidas pelas detentas, que segundo ela, ajudavam a lidar com a realidade de estar detida, a qual ela não conseguia mais suportar. Ao ficar perto das que eram "poderosas", ela também ganhava uma certa proteção.

Devido a uma discussão, a rivalidade entre os dois lados se acirrou, até que foi planejado um assassinato. Ao contar esse episódio, a entrevistada chora bastante não por remorso, mas porque entende que o envolvimento retardou ainda mais sua expectativa de sair da prisão.

Foi ligado para a rua para vir um revólver, um 38, quando ela entrou tava montada toda a cena. Eu eu nessa história já tava devendo até a minha alma digo 'não mas tem que ter outro jeito pra nós resolver essa situação vamos resolver na rua' 'não ou tu faz agora ou tu vai morrer também junto e o 38 já tá aí' que já tinham buscado na jibóia. Ai o que que eu vou fazer vou morrer, vão me matar. Uma noite aí tá tudo certo adiado daí na noite seguinte daí aconteceu né aí era três hora três e pouca da madrugada agora que deu que ela morreu, que a gente matou ela (fala baixo). Aí o corpo dela foi achado só de manhã, na conferência que a guarda achou ela.

Tá daí foi instaurado o inquérito e tudo. Eu fui obrigada a assumir tudo, mesmo que não tivesse sido eu, fui obrigada a assumir pra livrar elas desse homicídio, mesmo assim elas pegaram uma condenação muito pouquinho, eu peguei 21 ano e somando com o que eu tinha deu 36 anos. Daí eu fiquei com 36 anos de cadeia e assim eu vou vivendo né, não é fácil. Só de cadeia que eu paguei no fechado deu 15 ano. Tive uns intervalinho que eu saí de progressão fiquei 5 ano (Transcrição: entrevista Renata).

O episódio aumentou ainda mais a sensação de injustiça de Renata em relação ao sistema. Apesar de ela ter escolhido participar do crime, a escolha ocorreu por causa da pressão. Entre as alternativas, estavam perder a vida ou alguém de sua família ser morta. Portanto, reforça que foi praticamente forçada a cometer o crime e ainda assumir sozinha. Um agravante é que o assassinato ocorreu dentro do sistema prisional, lugar em

que Renata nunca se sentiu segura. “Eu passei por um monte de coisa dentro do sistema, eu vi e eu vejo ainda. Certas coisas que a gente é limitada a falar, fazer que não viu que não vê. Não é fácil. De benefício de presa eu não vejo” (transcrição: entrevista Renata). A entrevistada denuncia que ocorrem muitas ilegalidades com a anuência de quem deveria manter o controle.

Espinoza (2004) ressalta que a estrutura prisional exige que as normas de convivência tradicionais sejam respeitadas. Contudo, ao mesmo tempo, o sistema pressiona as detentas a agir com violência para sobreviver às interações com as demais. Como resultado, muitas são punidas por exprimir um comportamento violento nas interações, que é válido entre elas, mas que não é aceito por outros grupos que integram o sistema, como o de funcionários (ESPINOZA, 2004, p. 163).

4.2.3.5 Mudança de estratégia: gravidez e planos para a saída

Depois da condenação pelo homicídio, Renata seguiu interpretando a punição como injusta. Ela não encontrou saída e, em suas palavras, teve que participar do crime. Era algo como matar ou morrer. Atribui a culpa às mulheres que planejaram o crime, mas também ao sistema penitenciário.

Eu me revolto às vezes, eu penso. Se ela tivesse me avaliado e me liberado, eu não tava com esses 36 anos nas costas. Claro que a culpada, quem fez tudo errado fui eu. Mas o que gera isso tudo o que gerou em mim, aí sim eu tive o meu distanciamento familiar, que eu me atirei nas drogas que eu fui para o fundo do poço. E aí cadê uma psicóloga para me dar a mão e dizer assim “para que nós vamos te avaliar de novo” (transcrição: entrevista Renata).

Mesmo referindo que a “culpada foi ela”, reafirma que a prisão só trouxe consequências negativas para ela e para o coletivo.

Ao retornar para o regime fechado, percebeu que necessitaria mudar de estratégia. Planejou engravidar e com isso mudar sua condição dentro da cadeia. As mulheres no final da gestação e com filhos pequenos ficam em um local separado no Madre Pelletier, a Unidade Materno Infantil. Tendo um companheiro que conheceu quando estava no semiaberto, decidiu ter o segundo filho. Durante a gestação, conseguiu se afastar das drogas e depois do nascimento, ocorreu o que ela queria: se mudou para a

unidade. Agora aguarda a progressão da pena ou a decisão da Justiça para terminar de criar a filha do lado de fora.

Quando Renata ainda estava grávida, o governo federal publicou um decreto concedendo indulto a mães condenadas à pena privativa de liberdade por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, que possuam filhos, nascidos ou não dentro do sistema penitenciário brasileiro, de até doze anos de idade ou de qualquer idade se pessoa com deficiência (BRASIL, 2017).

A chegada da segunda filha significou um novo momento de virada no cumprimento de pena. Com a mudança de setor, Renata passou a conviver com outras mães e seus filhos dentro da prisão. A rotina, portanto, foi totalmente alterada e, além disso, ela ganhou uma motivação para sair. Praticamente todas as entrevistadas da unidade alimentavam a esperança de ter considerada a maternidade na apelação judicial para mudança de regime. Com isso, Renata voltou a ter expectativas de sair e de fazer planos.

Devido à sua trajetória de vida que incluiu violências, saída de casa cedo, o que significou uma independência por meio da prostituição, Renata considera-se vítima das circunstâncias. Apesar de assumir responsabilidade por seus atos, entende que eles foram consequências de injustiças sofridas, especialmente dentro da prisão. Quando considerava as alternativas aos crimes, não via saída. Via-se encurralada diante das pressões por parte das detentas e por parte da direção. Cada vez que reconheceu uma injustiça com ela ou com os outros, se rebelou, quebrando as regras, o que resultou em aumento do tempo de pena. Essa foi uma das três formas de interpretação da experiência de encarceramento identificadas nessa pesquisa, o que não quer dizer que não existam muitas outras.

No processo das biografias, foi possível observar questões que são comuns nas trajetórias de vida das presas. Esses temas e muitos outros aparecem, não de forma isolada, mas no curso de vida, a partir da relação do contexto com fatores individuais de cada uma.

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, está descrito o processo de trabalho da tese, assim como os principais resultados obtidos a partir de 24 entrevistas, visitas ao presídio Madre Pelletier e outras instituições e entidades. Analiso, de forma breve, a minha experiência profissional e pessoal, pois foi ela que determinou os rumos que foram tomados. Foram mostradas as condições em que as observações e as narrativas ocorreram. Entre elas, estão algumas que podem significar interferência, como intermediação no contato com as entrevistadas, interesse de apresentação, presença de um ou dois entrevistadores etc.

Destaco ainda neste capítulo os temas recorrentes nas trajetórias que apareceram de forma espontânea nas entrevistas. Estão presentes em mais da metade dos relatos experiências de violência. As três entrevistadas que tiveram suas biografias analisadas sequencialmente para este trabalho vivenciaram essa experiência, assim como a saída de casa antes dos 18 anos, uma prática também comum entre outras presas e que significou um período de exposição a riscos e a outras violências. Outro tema comum e que consta como ponto de virada na biografia de nove das entrevistadas, incluindo duas das que tiveram as histórias contadas integralmente (Maria e Marilene), foi a morte violenta na família. A relação próxima com alguém que esteve preso e até a visita em presídios antes da detenção é um fator comum para 10 entrevistadas, incluindo Renata que teve sua biografia analisada sequencialmente.

Vimos nas biografias de três entrevistadas (Maria, Marilene e Renata) as decisões e ações como resultado da interação entre o contexto e a subjetividade, constituída pela biografia de cada entrevistada. Diante de momentos de ruptura, como mortes e abusos, por exemplo, foi verificada a procura por alternativas, considerando o estoque de conhecimento e o meio em que estavam inseridas. As saídas para essas situações foram as que estavam no horizonte de possibilidades das biografadas.

A prisão é um dos pontos de inflexão da vida das mulheres que estiveram cumprindo pena. Diante das limitações, regras e pressões por parte da estrutura e também do convívio com outras apenadas, algumas decidiram terminar a pena e planejar não voltar para o local, mesmo que isso significasse perder o poder que o crime proporcionava. Outras procuraram cumprir o que a sociedade espera de um sistema penal, a “correção” não só do criminoso, mas do gênero. Procuraram pagar a sentença para se

livrar da culpa e do estigma de desviar. Isso se fez na busca por algo produtivo e educativo na experiência de cadeia. Houve ainda as que consideraram a pena injusta, especialmente pelas suas histórias de vida e motivação dos crimes. Para essas, não havia alternativa para o cometimento de crimes, portanto, não seria justo serem punidas por isso. Maria, Marilene e Renata representam esses três tipos que serão trabalhados no capítulo a seguir.

5 TIPOLOGIA: INTERPRETAÇÃO SOBRE ENCARCERAMENTO

Conforme o método utilizado, a questão inicial da pesquisa deve ser retomada após a reconstrução dos casos para ser trabalhada a explicação dos fenômenos sociais estudados (ROSENTHAL, 2014a). A tipologia de interpretação de encarceramento foi identificada a partir da análise de 24 entrevistas com mulheres presas e ex-presas. Do total, três delas foram reconstruídas de acordo com a abordagem reconstrutiva de Narrativas Biográficas, estruturada por Gabriele Rosenthal. As demais passaram por análise global. Os resultados foram discutidos com o Grupo de Pesquisa em Narrativas Biográficas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pucrs. Da mesma forma, conclusões preliminares das análises também foram mostradas e reformuladas com ajuda de colegas e professores durante doutorado sanduíche na Newcastle University, na Inglaterra, entre agosto de 2018 e agosto de 2019. No período, também tive oportunidade de apresentar essas informações em eventos internacionais de sociologia realizados na Alemanha, na Grécia e no Reino Unido. Em Göttingen, participei durante dois dias de um workshop sobre reconstruções biográficas; em Newcastle Upon Tyne apresentei trabalho em um seminário sobre gênero “*Looking to the margins: EDI in PGR*”; já em Atenas, apresentei trabalho no *13th Annual International Conference on Sociology*; em York apresentei *paper* na conferência anual “*Postgraduates in Latin American Studies*”; e em Manchester, apresentei trabalho em uma das sessões da *14th Conference of the European Sociological Association*.

Todas as experiências proporcionaram ampla reflexão sobre o tema e os dados, já que reuniram pesquisadores de vários países com vivência profissional em diversas áreas das ciências humanas. No *workshop* em Göttingen, o primeiro tipo foi trabalhado e repensado em janeiro de 2019. Mais tarde, em setembro de 2019, a professora Rosenthal auxiliou na formação e na delimitação dos três tipos apresentados a seguir, quando participou de dois encontros com o grupo de pesquisa em Porto Alegre, ocasião em que pude mostrar um resumo dos resultados deste trabalho.

A seguir, apresento as principais características dos três tipos de interpretação da experiência de aprisionamento identificados nesta tese, lembrando que isso não significa que são as únicas formas de entender essa vivência. Nas narrativas apresentadas no capítulo anterior, estão exemplos de processos que levaram a determinado tipo de interpretação. Isso, no entanto, não quer dizer que outras trajetórias biográficas não levem

ao mesmo tipo de interpretação, ou mesmo trajetórias parecidas levem a tipos diferentes. Isto é, não é necessariamente a trajetória que define a maneira como a pessoa irá compreender o encarceramento. Algumas entrevistadas viveram em contextos semelhantes e tiveram experiências similares ao longo da vida, mas cada uma interpretou a privação de liberdade de maneira diversa. Parte das demais entrevistas analisadas de maneira global foram associadas a um dos três. Houve, porém, pesquisadas que não reuniram características de nenhuma das maneiras de interpretar mostradas aqui.

Quadro 3: Resumo da tipologia

TIPO 1 Prisão impede a liberdade	TIPO 2 Prisão é um aprendizado	TIPO 3 Prisão é injusta
<p>Principais características:</p> <p>Não há arrependimento pelo crime;</p> <p>Valorização da liberdade;</p> <p>Tristeza e lástima pelo tempo que está perdendo, ou que perdeu na cadeia;</p> <p>Planos de mudança de comportamento para não correr o risco de voltar.</p>	<p>Principais características:</p> <p>Sentimento de culpa pelo crime e arrependimento;</p> <p>Vontade de pagar pelo crime;</p> <p>Necessidade de buscar um lado positivo para a pena;</p> <p>Reconhecimento de aprendizado;</p> <p>Reforço do estereótipo de gênero.</p>	<p>Principais características:</p> <p>Não têm arrependimento pelo crime;</p> <p>Consideração do motivo do crime como algo legítimo;</p> <p>Inconformidade pela pena;</p> <p>Dificuldades de ver alternativas às dificuldades;</p> <p>Sentimento de tempo perdido na prisão e reconhecimento de que a prisão trouxe muitos malefícios à sua vida;</p> <p>Consideração de si própria como vítima.</p>
<p>Representantes do tipo:</p> <p>Maria Lorena Roberta Melinda Patrícia Luana Chalotte</p>	<p>Representantes do tipo:</p> <p>Marilene Glória Márcia</p>	<p>Representantes do tipo:</p> <p>Renata Melissa Sophia Kely Helena Martina Angélica Julia Aurora Cibele Jussara</p>

A interpretação do crime e a interpretação da privação de liberdade são análises diferentes. Porém, nos tipos descritos nesta tese, a motivação para o cometimento e até o remorso podem estar relacionados com a maneira como a entrevistada entende a experiência de prisão. No tipo 1 e no tipo 3, por exemplo, as entrevistadas não demonstram arrependimento pelo ato que cometeram para serem presas. Elas lastimam, sim, o fato de terem sido punidas. Enquanto as mulheres que representam o tipo 1 entendem que a pena que receberam é resultado de algo que estavam sujeitas, porque o fizeram intencionalmente, cientes das consequências, as entrevistadas do tipo 3 consideram-se vítimas e sem alternativas. Para elas (as do tipo 3), as escolhas possíveis eram muito limitadas e, por isso, entendem a sentença que receberam injusta. No tipo 1, embora inconformadas por perder a liberdade, elas entendem a pena como justa, mas farão de tudo para não voltarem para a prisão, porque passaram a valorizar a vida em liberdade muito mais do que antes.

No tipo 2, as representantes sentem culpa e arrependimento pelos crimes e observam, no cumprimento da pena, uma maneira de pagar uma “penitência”, seja para elas ou para a sociedade. Por esse motivo, aceitam que estão ou estiveram na cadeia para aprender e para serem corrigidas tanto por desviarem da lei, como por fugirem dos papéis esperados para o gênero feminino. Dessa forma, buscam um lado positivo para o tempo de cadeia.

As reações derivadas da forma de interpretação também podem ser variadas. No tipo 3, podemos destacar duas possibilidades. Em um subtipo, observo que o sentimento de injustiça faz com que a pesquisada se revolte contra o sistema, burlando as regras e agindo com violência. Em outro subtipo, porém, as mulheres, mesmo que considerem a prisão injusta, procuram seguir as normas e ter bom comportamento dentro da cadeia para evitar problemas com outras presas e para não receberem punições da administração carcerária.

Apesar de cada um dos três tipos representar interpretações diferentes, é possível encontrar semelhanças quando fazemos comparações entre eles. Cada um será melhor explicado a seguir.

5.1 PRISÃO IMPEDE A LIBERDADE

As mulheres que ajudam a formar esse tipo de interpretação sobre a prisão observaram o período em que estiveram presas como responsável por mostrar como elas consideravam a liberdade importante. Entre as consequências dessa interpretação estão as escolhas posteriores. As que já cumpriram a pena e estão livres, por exemplo, passaram a considerar a possibilidade de ir para a cadeia como um grande risco que não estavam dispostas a correr outra vez. Assim, interromperam o cometimento de crimes. As que ainda estavam presas começaram a pesar suas escolhas e a fazer planos, considerando as perdas que teriam ao voltar a cometer crimes. No atual momento, todas as que compõem esse tipo entendem que “o crime não compensa”.

Contrastando esse tipo com o tipo 2, as do tipo 1 não sentem culpa pelos crimes que cometeram. Ao contrário, expressam orgulho pelo que fizeram. A ostentação da vida anterior é uma maneira de mostrar como eram “poderosas”.

Parte dessas mulheres vivenciou algum tipo de limitação antes de entrar no crime, como relacionamentos abusivos ou até a vivência em uma instituição para menores de idade. O assalto, o tráfico e o furto garantiram a elas não só independência financeira, como uma maneira de serem protagonistas e de estarem em posição de poder.

Nesse sentido, a prisão representou a interrupção dessas vivências. Por isso, lamentam ainda mais a pena. Em razão de valorizarem muito a liberdade, em todos os aspectos, as mulheres que formam o tipo 1, se concentraram em projetar o dia em que sairiam da cadeia e a observar o quanto a vida do lado de fora fazia falta. Por isso, entre o crime e a liberdade, optaram por não cometer mais nada contra a lei.

Uma hipótese considerada na análise desse tipo é que o suporte e a rede de apoio dessas mulheres contribuíram para que elas pudessem projetar uma vida do lado de fora, com alternativas ao crime. Todas as que foram identificadas com esse tipo de interpretação mantiveram contato com o lado de fora, recebendo visitas, auxílio material, ajuda para a defesa judicial etc. Elas tinham alguém com quem contar, seja afetivamente ou economicamente. Assim, os relacionamentos também podem funcionar como um recurso para resistir às adversidades provocadas pela prisão (CALVO, 2017).

Uma possível gênese para esse tipo é a interpretação de Maria sobre sua trajetória de vida, apresentada no capítulo anterior. A entrevistada já havia passado por

uma instituição disciplinar na infância e adolescência e usou estratégias aprendidas naquele ambiente e também na sua vivência no crime para lidar com a prisão. Em um primeiro momento dentro da cadeia, tentou se impor e continuar com o mesmo comportamento que tinha realizando crimes, exercendo posição poder e protagonismo. Porém, no cárcere, as práticas foram bastante reprimidas pela administração, tanto é que a entrevistada disse que passou mais tempo no “castigo” do que na cela.

O período anterior à pena de prisão foi uma época de extrema liberdade na interpretação dela. Não tinha uma moradia fixa. Mudava de hotéis frequentemente, ao mesmo tempo em que realizava diversos crimes que davam, além de dinheiro, independência e uma sensação controle em relação às vítimas e às autoridades.

Comparando as duas experiências de privação de liberdade (uma na antiga Febem e outra no presídio feminino), identificou a prisão um ambiente muito mais restritivo, concluindo que não seria capaz de lidar com aquilo de novo, pois a liberdade passou a ser uma das prioridades em sua vida. Dessa forma, ao sair do Madre Pelletier, onde estava internada, procurou não fazer o que pudesse representar risco de voltar a ser condenada. Chegou até a planejar o assassinato do marido com quem brigava violentamente, mas desistiu por considerar a possibilidade de ser pega e punida novamente.

A entrevistada procurou outras formas de exercer o poder em liberdade. Mais recentemente, encontrou na religião um certo status. Ela compartilha sua história em atividades de voluntariado para servir como um exemplo de superação para outros fiéis.

As interpretações de outras entrevistadas sobre eventos de suas trajetórias também servem para explicar esse tipo de entendimento da prisão. A partir de análise global, foi possível identificar preliminarmente as biografias de Lorena, Melinda e Roberta, que passaram a valorizar mais a liberdade e a entender a prisão como uma barreira a essa vivência.

Lorena tinha 27 anos quando concedeu a entrevista. Ela estava presa na Unidade Materno Infantil com a sua segunda filha, a qual nasceu durante o cumprimento de pena por tráfico de drogas. Em seu relato, contou que era a mais velha de seis irmãos e que precisava cuidar de todos eles, enquanto a mãe saía para trabalhar. O pai da entrevistada foi preso por integrar uma quadrilha de venda de entorpecentes pela primeira

vez quando ela ainda era criança. As condições financeiras da família pioraram nessa época e Lorena lembra de muitas dificuldades em casa. Aos 16 anos, ela começou a namorar e fugiu de casa para morar com o companheiro. Segundo sua fala, sua vida começou nesse momento, porque antes disso, precisava cuidar dos irmãos e não tinha liberdade para ter sua própria rotina e ocupações.

Contudo, essa fuga representou mais limitações do que anteriormente, pois o companheiro com quem foi morar a trancava dentro de uma peça em casa, onde Lorena passava boa parte do dia até que ele voltasse do trabalho. Devido a isso, a entrevistada terminou o relacionamento e, logo em seguida, começou a namorar com um homem com quem passou a roubar carros. Mais tarde, conheceu um detento através de um primo que também estava preso. Os dois iniciaram a relação apenas falando ao telefone até que Lorena chegou à maioridade e recebeu autorização para fazer visitas à casa carcerária. Nessa época, já estava furtando lojas.

Para ganhar mais dinheiro, entrou para o comércio de drogas e chegou a liderar um grupo de traficantes. Dois deles atuavam como seguranças de Lorena. “Eu me sentia poderosa”, disse ela, que, além da posição no crime, ainda tinha três namorados ao mesmo tempo e se desdobrava para manter os relacionamentos sem que nenhum descobrisse. “Um deles poderia ter me matado”, comentou rindo.

Segundo a entrevistada, o pai dela continuou envolvido com atividades criminosas e voltando para o presídio algumas vezes. Ela chegou a visitá-lo quando ainda criança. Sobre sua própria experiência como presa, Lorena não narrou muitas passagens, mas deixou claro que foi um impacto muito negativo. “Me abandonaram na cadeia. Fiquei dois meses sem visita, sendo que eu tava grávida. Quase enlouqueci. Quase me joguei lá de cima da escada, porque eu pensei que eu ia ficar aqui dentro” (transcrição: entrevista Lorena).

O caminho que ela havia iniciado na criminalidade e que estava traçando até ser pega era de comando. Não dependia mais de família, nem de marido. Além disso, tinha comando sobre o grupo que vendia drogas e que estava encarregado de protegê-la. O fato de estar em um presídio, sem os recursos que dispunha do lado de fora e sem receber apoio de algum familiar ou amigo, causou revolta em um primeiro momento. Quando teve uma saída autorizada pela Justiça, Lorena não voltou e ficou foragida.

Porém, o fato de precisar ficar escondida também representou limitações em sua vida. Por isso, decidiu se entregar para terminar de cumprir a pena e planejar o que faria após a libertação. Nessa segunda fase, estava recebendo apoio da mãe e do pai do primeiro filho, com quem planeja viver quando sair do presídio.

Nesses dois casos, de Maria e de Lorena, cometer crimes significava ter controle da própria vida. Com independência financeira, respeito masculino e posição superior de poder em relação às vítimas e às autoridades, obtidas com o crime, essas mulheres se sentiam dotadas de poder e livres. Com a prisão, os sentimentos foram substituídos por limitações e até por humilhação.

Assim como Maria e Lorena, outras entrevistadas interpretaram a prisão de maneira semelhante: um lugar em que não tinham liberdade e que não queriam voltar, mesmo que isso significasse perder o poder que vivenciaram cometendo crimes.

As interpretações de Roberta sobre sua biografia também podem servir para explicar a gênese desse tipo. Ela estava em liberdade ao narrar sua biografia para esta tese aos 27 anos. Informou em sua entrevista que nunca lhe faltou nada na casa em que dividia com a mãe e os cinco irmãos e acrescentou que todas as decisões que tomou ao longo da vida foram de sua responsabilidade. Aos sete anos, perdeu o pai biológico, o qual se suicidou, mas ela não comentou muito sobre essa fase nem sobre o restante da infância. Saiu de casa para casar quando tinha 14 anos.

Segundo seu relato, vivenciou uma forma de poder ao ser chefe de uma quadrilha de tráfico de drogas. A maneira como contou sobre essa passagem de sua vida foi orgulhosa. “Fui eu que ergui a boca”, disse. Tinha prazer no crime e no uso do dinheiro proveniente dele. Por aproximadamente oito anos, atuou no comércio de drogas no bairro em que morava, dizendo que o marido nunca participou da atividade. Na época em que ficou grávida, quando tinha 18 anos, o padrasto, o qual ela considerava como um segundo pai, foi assassinado. Devido ao choque que sofreu, a filha nasceu prematura de sete meses. Cerca de cinco anos mais tarde, Roberta foi presa durante uma operação policial.

A cadeia representou uma grande ruptura na vida da entrevistada. De líder, Roberta passou a ser liderada, tendo de seguir regras, inclusive de horários, o que não estava acostumada.

Foi horrível. Eu tinha que me acordar muito cedo, sabe? E pra ti ter um lugar melhor para ti e pra tu comer melhor tu tinha que te submeter a trabalhar. (...) aquilo ali pra alguma coisa me serviu de lição sabe hoje eu dou valor pra minha liberdade sabe eu acordo eu saio lá não tem isso tu tem horário regras que tu tem que obedecer se tu não trabalhar tu é desligada aí tu vai para uma galeria mais chata que ninguém respeita (...) tu fica presa tem que se submeter às regras deles (transcrição: entrevista Roberta).

Em liberdade, Roberta começou a trabalhar como cozinheira e não voltou mais para o crime. Segundo ela, essa foi uma escolha por causa do que experienciou na prisão.

Botei os pé no chão agora vou trabalhar, esquecer o que passou, não quero mais porque eu aprendi a lição que não paga os dois ano que fiquei longe da minha filha e aí comecei do zero, trabalhando vai fazê três meses que tô neste trabalho e tô tocando a minha vida. Durmo bem, acordo bem. Não tenho problema com polícia não fiquei devendo nada para vagabundo nenhum e vivo bem. É isso aí (transcrição: entrevista Roberta).

No entanto, mesmo que avalie ter uma vida melhor sem cometer crimes, ainda lamenta a falta do dinheiro, pois anteriormente tinha uma boa renda proporcionada pelo tráfico de drogas. Durante a entrevista, disse que costumava comprar o que queria sem olhar os preços e que o fato de ter que economizar ainda causava sofrimento.

Melinda, outra entrevistada para esta pesquisa, também dava bastante valor ao dinheiro e ao poder que tinha através do crime. Diferente das outras, a interpretação que fazia da cadeia foi mudando ao longo do tempo. Melinda, que concedeu entrevista quando estava presa com o filho na Unidade Materno Infantil do Madre Pelletier, teve mais de uma experiência de prisão ao longo dos seus 36 anos. Pelo menos cinco vezes, ela entrou e saiu da casa prisional por crimes como roubo e tráfico. Convivia com pessoas que vendiam drogas no seu bairro e vários amigos de infância se tornaram traficantes. Toda a vez que era libertada acabava voltando a atuar no comércio de entorpecentes.

Venho presa desde 2005. A maioria da minha vida foi na cadeia. Ficava seis meses na rua e vinha presa. Eu ficava muito visada pelos brigadiano, porque todos os horários eu tava ali. E eles diziam: 'Ah tu tá vendendo para todo mundo. Então tem que dar uma descansada no Madre um pouquinho' (transcrição: entrevista Melinda).

A entrevistada é a filha mais velha do casal que iniciou o relacionamento um pouco antes de ela nascer na década de 1980. Nesses primeiros anos de vida, Melinda foi responsável por cuidar dos irmãos menores enquanto a mãe trabalhava fazendo faxina. O

pai teve passagens pela prisão, o que motivava as brigas com a mãe da entrevistada. Relatou que a mãe batia no pai, mas nunca o contrário. Pouco tempo depois, o casal se separou e Melinda, que estava na fase pré-escolar, foi morar com a avó.

Frequentou o colégio até a oitava série, mas as amizades e contatos que manteve até a vida adulta foram com as pessoas com quem conviveu na infância perto de casa. Quando atingiu os 16 anos, foi morar com o namorado, mesma idade em que a mãe saiu de casa para viver com o pai dela. Ainda adolescente, a entrevistada passou a vivenciar um relacionamento conflituoso com o marido.

Ele dava-lhe pau (ele me batia) e eu não tinha reação. Eu acho que eu era muito novinha. Eu tinha medo e eu apanhava quieta. Daí um dia a minha sogra foi lá em casa e disse assim - eu tava com o olho roxo - e aí ela disse: 'eu não to dizendo pra ti matar ele, sabe o que tu faz? Pega um pouco de água quente e, quando ele for te dar em ti, tu toca nele. Não toca pra matar, mas toca nele e esquento bem quente. Cada vez que ele ver aquela marca, ele vai se lembrar que ele não pode bater em ti'. Aí foi quando eu comecei a reagir daí ficou pior, não adiantou sabe (transcrição: entrevista Melinda).

A violência era rotina no cotidiano de Melinda e naturalizada pela família. Além disso, como já foi comentando, a entrevistada era trancada pelo companheiro em casa, até que ela resolveu fugir levando os filhos. Separada do marido, trabalhou por um tempo fazendo limpeza e a tia dela, que havia saído da cadeia, abriu uma boate e a convidou para morar com ela. Vivendo lá, começou a se prostituir e a usar drogas (cocaína e crack). Os filhos foram morar com a avó. Nessa época, um dos amigos de infância já era o patrão de uma quadrilha de tráfico de drogas e ela resolveu pedir para trabalhar para ele e começou sua trajetória no crime.

O convívio e o envolvimento com a criminalidade permitiram que ela arquitetasse uma vingança de um namorado que bateu nela e ameaçou sua mãe. Melinda reuniu alguns amigos e atraiu o homem para uma região da cidade. Quando ele se aproximou, ela atirou nele e os comparsas passaram com o carro em cima do corpo. A entrevistada fugiu e não chegou a ser indiciada pelo crime. Ao falar sobre o fato, dá a entender que se sentiu autorizada a mata-lo em virtude do passado dele. "É melhor ele morrer do que ele matar eu e a minha mãe né. Ele era tirano, já tava fazendo hora extra na terra (risos)" (transcrição: entrevista Melinda).

Além de não ter arrependimento pelos crimes, nessa época, ela não deixava de cometê-los por medo da punição com pena de privação de liberdade. Possivelmente as circunstâncias na família fizeram com que ela mudasse a perspectiva. A doença da mãe que antes cuidava dos filhos e a morte da irmã por causa violenta (foi assassinada), que alteraram sua percepção. O fato de estar presa impede que ela esteja perto dos seus familiares e agora ela dá mais valor à liberdade do que antes.

Eu vou ficar velha vindo para a cadeia ou morrer na rua. Pra mim, não me serve e essa é a minha vida então eu sei que daqui pra frente eu vou viver porque antes eu vegetava, tenho certeza que eu vegetava. Eu vivia só pra droga e pro dinheiro. Vivia sempre correndo atrás do prejuízo. Agora eu vou viver, vou cuidar da minha mãe dos meus sobrinhos que ficaram né e dos meus filhos em casa (transcrição: entrevista Melinda).

Como indica a teoria de Schütz (2012) sobre o significado do mundo social, as interpretações que Melinda faz atualmente de sua condição como presa estão ancoradas nas experiências que vivenciou ao longo de sua biografia, incluindo passagens pela prisão. Se antes ela voltava a cometer crimes a cada vez que era libertada do sistema, hoje promete que será diferente em razão de mudanças na dinâmica familiar, por exemplo. O fato de ela ter sido viciada em drogas e estar sem consumir no momento da entrevista também influi em sua compreensão a respeito da prisão e projetos posteriores.

Assim como as outras entrevistadas que se enquadram nesse tipo de interpretação, Melinda usufruía de poder e liberdade com o crime, o que contrasta com o período anterior em sua biografia em que estava refém de um marido que a trancava e que batia nela. Ao ingressar na criminalidade, a entrevistada obteve uma certa independência e até respeito de seus pares.

Mariana Barcinski (2009) mostra que o poder e o respeito são reconhecidos como motivadores para a entrada no crime de muitas mulheres. No entanto, esse protagonismo é exercido dentro dos limites impostos por uma realidade social, econômica, cultural e familiar mais ampla, que faz com que as entrevistadas se apresentem como vítimas dependendo das circunstâncias. Desta forma, segundo a autora, protagonismo e vitimização devem ser pensados como caminhos possíveis dentro da realidade de mulheres que enfatizam a força de ambos em suas histórias pessoais e em seu contexto.

As representantes desse tipo tiveram o caminho criminoso, que proporcionava prazer e poder, interrompido com a prisão. No entanto, não foram os valores institucionais transmitidos no cárcere que as fez mudar de perspectiva e planejar uma vida longe do crime. Foi a consideração da perda de liberdade que fez com desistissem de cometer crimes.

Natasha Maria Wangen Krahn (2017) identifica entre as motivações para a entrada de mulheres no crime a "adrenalina". Analisando narrativas, a autora destaca que uma parte das entrevistadas assume que se diverte ou se divertia com as práticas. Essas mulheres disseram que fizeram suas próprias escolhas de se envolver no mundo do crime pela sensação que isso causava. Em nenhum momento se declaram submissas nas relações.

De acordo com Rosemary Almeida (2001), que realizou pesquisa com mulheres que haviam cometido assassinato, o crime constitui a passagem de uma realidade que limita o universo feminino em razão da família, da religião e da sociedade, para uma vivência de quebra de limites. Ocorre uma busca de afirmação pelo crime, não apenas no sentido da sobrevivência física, mas também nos aspectos psicológico e emocional. Embora negativa, a violência se constitui em uma fonte de autonomia (ALMEIDA, 2001).

Eis a hipótese da ação criminosa como criação imaginária de uma forma inconsciente ou consciente de fazer a palavra ecoar mais longe e quebrar os limites do instituído, de um espaço imutável feito de ausências e impossibilidades (ALMEIDA, 2001, p. 181).

Além das citadas, outras três entrevistadas podem representar, de forma preliminar, esse tipo de interpretação de prisão. Patrícia, Luana e Charlotte reúnem características em comum com as demais que constam nessa classificação. Para elas, a interrupção da liberdade que tinham cometendo crimes foi algo muito penoso e que fez com que mudassem os projetos de vida e passassem a planejar projetos futuros longe dos crimes. Essa interpretação é diferente do tipo a seguir.

5.2 PRISÃO É ENTENDIDA COMO APRENDIZADO

A prisão representa uma espécie de redenção para as mulheres que representam esse grupo. Elas consideram a penalidade adequada e útil, de certa maneira, pois seria um aprendizado, tanto através da educação formal, de cursos, de trabalhos ofertados na instituição, como de meios informais, representados pelo relacionamento com outras presas e funcionários. As pessoas que estão identificadas com esse tipo de interpretação ainda citaram que o período de reclusão serviu para repensar a vida e planejar o futuro. Por causa do que viveram na prisão, aprenderam a ser pessoas melhores, segundo sua compreensão.

Como entendem que mereciam a prisão em razão dos crimes que cometeram, se conformaram com as penas e com as regras da prisão. Durante o cumprimento da pena, houve ainda uma busca pelo lado positivo, em que aproveitaram o tempo presas, mesmo que tenham passado por muitos momentos de sofrimento e angústia. No período de reclusão, nenhuma das três mulheres que compõem esse tipo recebeu visitas regulares ou contou com o apoio de quem estava do lado de fora. Outra particularidade é que todas elas se envolveram em atividades laborais, esportivas ou educacionais dentro da prisão. Uma hipótese considerada ao longo da análise é que, como não tinham suporte e rede de relacionamentos externos, elas se voltaram para o que havia disponível dentro da instituição. Por conta disso, escolheram seguir as regras.

Uma das consequências para essa interpretação é a mudança na forma de solucionar problemas. Em função do aprendizado referido, elas indicam que procuram estratégias alternativas ao crime para lidar com adversidades. As pessoas que representam esse tipo reconhecem que cometeram algo ilegal e que mereciam estar na prisão.

Entre as explicações para o processo dessa interpretação, está na biografia de Marilene, mostrada no capítulo anterior. Nos dois anos que permaneceu na cadeia por matar a amante do marido, procurou significados positivos, como aprendizados, por exemplo, para não sentir que o tempo em que esteve presa foi perdido e, ao mesmo tempo, lidar melhor com a culpa.

Marilene entendeu que uma maneira de lidar com a culpa de tirar a vida de outra pessoa seria se conformar ao sistema e tentar usá-lo como a sociedade espera: uma

reforma pessoal, uma correção do criminoso. Segundo ela, a prisão se prestou a torná-la uma pessoa melhor que não cometeria mais crimes e que era uma boa mãe. Para ela, se não tivesse passado pela punição com privação de liberdade, não seria a pessoa que é, mais afinada com os valores femininos, que seriam maternais e não violentos.

No caso da entrevistada Glória, a prisão foi vista como necessária. A pesquisada estava no regime semiaberto e tinha 39 anos quando participou da pesquisa, contando sua biografia. Condenada por assassinar um homem em razão de uma desavença pela compra de um eletrodoméstico, a entrevistada passou dois anos presa, uma parte do tempo na Penitenciária de Guaíba e outra no Madre Pelletier.

Ela tinha arrependimento e culpa pelo homicídio que cometeu e também por não ter sido uma “boa mãe”. A aceitação da pena serviu como uma estratégia para evitar o sofrimento e esperar pelo dia da saída. “A gente tá privada de liberdade, mas a gente tem que entender que é porque a gente cometeu um crime né e que tu tem que aceitar, se não, tu vai sofrer mais” (transcrição: entrevista Glória).

Glória compreende a privação de liberdade como aprendizado, oportunidade e reflexão. Antes de ir presa, era viciada em drogas. Segundo seu relato, chegou a usar ainda mais dentro do presídio, mas depois conseguiu ficar sóbria.

Eu aprendi muita coisa assim tolerância A gente aprende a tolerar a ter paciência criei um pouco mais de sabedoria sabe comecei a entender mais as pessoas eu mudei radicalmente porque eu era uma pessoa totalmente transtornada talvez por causa da droga daí eu parei de usar e comecei a ver com outros olhos as coisas hoje em dia a pessoa me fala uma coisa assim se não me acrescenta entre aqui e sai por aqui não dou ouvido para certas coisas (transcrição: entrevista Glória).

A entrevistada começou o uso de drogas na adolescência, época em que sua homossexualidade não era aceita pela família. Apesar de não justificar suas escolhas pelo uso de drogas, o consumo aparece em vários momentos da fala como consequência de vivências negativas na vida dela: perda de confiança da família, desestrutura do lar e perda da liberdade. Da maneira como relata, as situações negativas serviram para perceber determinadas questões e também foram impulso para mudanças. Um dos exemplos foi uma crise de pânico que teve em função do consumo de crack. O susto fez como que se motivasse a fazer um tratamento e parar de usar.

Retomando informações de sua biografia, Glória não tinha convivência com o pai. Foi criada pela mãe, com a ajuda da avó. Contou que, no final da adolescência, casou com um homem, mesmo sendo homossexual, para não decepcionar a mãe. O marido era traficante e quem fornecia cocaína para ela. O casal teve três filhos. A morte de uma das crianças a deixou muito abalada e o uso de drogas foi agravado. Depois de um tempo, a entrevistada deixou o marido e foi morar nas ruas. Enquanto isso, os filhos, que estavam sob os cuidados de pessoas da família, foram enviados para instituições governamentais. Esse fato criou em Glória o sentimento de culpa por não terminar de criar as crianças. Mais tarde, tentou recuperar a guarda dos filhos, mas o processo foi interrompido pela sua prisão.

Na cadeia, Glória conseguiu viver a homossexualidade e se casou com uma colega de cela. Seu principal plano, quando concedeu a entrevista, era ser uma “boa mãe” e retomar o convívio e os cuidados com os filhos, além de formar uma família com a nova companheira.

A questão da maternidade também está relacionada com o entendimento de recuperação da entrevistada Márcia. Quando foi presa por tráfico internacional, tinha duas filhas pequenas que ficaram sob os cuidados da mãe dela. Márcia tinha remorso pelo cometimento do crime, pois em seu entendimento, não tinha razão para seguir por aquele caminho, afinal teve oportunidade de estudar e trabalhar. Além disso, deveria ter pensando nas duas filhas. “Eu fui, eu fiz errado, fui por dinheiro” (transcrição: entrevista Márcia).

Márcia tinha 38 anos quando concedeu a entrevista. Assim como as outras que compõem esse tipo já não estava mais na prisão. Ela cresceu em uma família de três filhos. O pai era empresário e a mãe, dona de casa. Quando tinha 14 anos, o pai morreu em um acidente de carro, o que foi um impacto emocional, mas também gerou consequências financeiras. Ela precisou começar a trabalhar. Mais tarde, cursou ensino superior e estudou línguas. Falava outros dois idiomas além do português. Após se formar, casou e foi viver com o marido em um país da América Latina. Segundo Márcia, ele não trabalhava e, por isso, ela começou a levar e trazer dinheiro irregular do Brasil. O casal teve duas crianças e, por alguns anos, a entrevistada seguiu nessa atividade até ser presa, mas pelo crime de tráfico internacional de drogas.

O reconhecimento da sua decisão e de ter assumido o risco do crime, pode ter feito com que Márcia entendesse que não era boa, ou que era uma desviante e que, por isso, merecia a pena. Ao comentar sobre quando recebeu liberdade provisória e depois precisou voltar para a cadeia, disse: “Eu não fugi. Eu poderia ter fugido, mas não fugi, fiquei, cumpri minha pena todinha” (transcrição: entrevista Márcia).

O recurso para lidar com a privação foi a ocupação do tempo com atividades das quais ela se orgulha e que mostrariam seu engajamento para mudar de uma vida criminosa para uma vida honesta de trabalho.

Desde o primeiro dia que eu entrei lá eu trabalhei. Eu entrei, dormi uma noite, no outro dia me passaram para Assistente Social e pedi para trabalhar, e eu fui trabalhar na cozinha, e lá eu fiquei trabalhando, até eu sair, sai pra aqui continuei trabalhando. Eu sempre foquei em alguma coisa para eu fazer, se não a gente fica louca li dentro, de dia eu trabalhava, de noite eu lia, eu pegava livros na Biblioteca, eu tava sempre numa função, se não tu fica louca. Lá é horrível. Tu vê muita coisa, tu muita coisa lá. (transcrição: entrevista Márcia)

Assim como as outras duas entrevistadas que compõem esse tipo, Márcia passou todo o período da pena sem receber visitas e sem muitas ligações com o lado de fora, a não ser por cartas que trocava eventualmente com a mãe.

O abandono de mulheres encarceradas se justifica principalmente pelo caráter não normativo das práticas criminosas femininas que associam às mulheres presas um estigma mais profundo do que aquele experimentado pelos homens (BARCINSKI *at al*, 2013). A mulher transgressora é vista como merecedora de dupla punição: o delito em si e o crime de não cumprir seu papel social. A condição de presa afeta profundamente a imagem social da mulher, que será portadora desse estigma até mesmo por seus familiares (BICALHO *at al*, 2016).

As três entrevistadas que formam esse tipo referem muito a maternidade e a busca pela aceitação em função da mudança proporcionada pela cadeia que, entre outras coisas, fez com que pensassem mais nos filhos e que planejassem serem melhores mães. Isso vem ao encontro da bibliografia citada no capítulo 2, em que a mulher é associada a funções pacíficas, dóceis e maternais. Considerando essa construção histórica, as mulheres que representam o tipo 2 se afastam dos papéis de gênero esperados ao

cometerem crimes e são penalizadas tanto pelas leis, quanto pela sociedade, da qual elas compartilham valores.

A maternidade, como já citado anteriormente, é um elemento que separa mulheres consideradas boas e más. Portanto, a valorização desse papel significa a tentativa de demonstrar uma recuperação (COLARES, 2011). Dentro do presídio feminino, a maternidade funciona como um dispositivo de normalização. Assim as detentas procuram uma subjetividade cada vez menos criminosa e mais maternal (BRAGA, 2015).

Nas visitas ao presídio feminino durante a pesquisa para esta tese, não verifiquei o intuito explícito de adequar as mulheres aos estereótipos femininos. Contudo, é importante considerar que a instituição, assim como muitas outras no Brasil, tem um histórico religioso em que havia uma tentativa de domesticação das mulheres em consonância com a demanda social e, por consequência, governamental. Mesmo que o serviço carcerário não seja mais responsabilidade de membros de igrejas, alguns preceitos ainda se reproduzem no interior da casa, porém de maneira mais sutil, descontinuada e muitas vezes sofrendo reformulações. É importante ressaltar também que várias entidades religiosas participam da rotina da casa realizando atividades voluntárias.

Ao investigar uma unidade prisional feminina, Fernanda de Magalhães Dias Frinhan e Lídio de Souza (2005) consideram a possível influência das práticas religiosas nas representações que as presas fazem da prisão. As oficinas de oração, por exemplo, apresentavam conteúdo conformista. Segundo a pesquisa desses autores, é frequente a ênfase das religiões no exame profundo da consciência e da responsabilização pessoal pelos atos praticados. Os pesquisadores ainda identificaram que as práticas religiosas em prisão feminina enfatizam, de maneira geral, a transformação pessoal na fé em Deus e na força de vontade.

A dinâmica do Madre Pelletier, por exemplo, não é muito diferente da observada na época da administração pelas freiras. O sistema de recompensas por meio da assistência realizada por entidades religiosas que frequentam a casa significa, na realidade, uma violação de direitos, pois é papel do Estado garantir as condições materiais necessárias a quem está privada da liberdade. A participação de atividades dessas

instituições e seguimento do que elas preconizam transforma-se em prêmio compensatório (MARTIL, 2018).

O mesmo estudo de Frinhani e Souza (2005) identificou que as mulheres entrevistadas compartilhavam a ideia socialmente e legalmente construída de que a função da pena é ressocializar. Os depoimentos mostraram a crença na recuperação como algo dependente da força de vontade individual. Contudo, reconheceram que a penitenciária em que estavam favorecia o processo por respeitar as internas e estimular atividades laborais e educacionais. Os autores também observaram que as mulheres demonstram vergonha e se sentem diminuídas por causa do encarceramento. Uma das maneiras de lidar com esse mal-estar é cuidando delas mesmas e do local, mantendo a aparência e limpando ou decorando as celas, o que sinaliza conformidade com características estereotipadas do gênero feminino.

Nesse sentido, também é interessante observar que as prisões não existem no vácuo. Elas refletem, mesmo que de forma refratada, algo da sociedade global (CUNHA, 1991). Projetando a vida do lado de fora, algumas mulheres procuram uma maneira de suas vidas serem “culturalmente aceitas”, retomando a condição “feminina” esperada pelo meio social (ALMEIDA, 2001).

Dessa forma, as representantes do tipo 2 tentam, mesmo que de maneiras diferentes, se adequar ao que a sociedade espera delas com a intenção de minimizar o estigma trazido pela pena de prisão. A maternidade é a principal ferramenta usada por elas para essa finalidade. Porém, nos outros tipos de interpretação podemos encontrar a preocupação com filhos e necessidade de assumir os cuidados com eles. A característica também está presente no tipo mostrado a seguir, contudo em dinâmicas interpretativas diversas, não necessariamente para lidar com a culpa e com o estigma mostrado nessa sessão (tipo 2).

5.3 A PRISÃO É INJUSTA

Este tipo reúne entrevistadas que consideram a pena de prisão uma punição muito severa, porque, segundo sua interpretação, a motivação para o cometimento do crime que as condenou era legítima. Consideram-se injustiçadas por várias razões ao

longo da vida e também por estarem presas. Portanto, a experiência de prisão, nesses casos, está relacionada à motivação do crime.

Entre as características comuns nesse tipo, está o não arrependimento pelo ato criminoso. Essas mulheres tendem a considerarem-se vítimas das circunstâncias e, portanto, sem alternativas que não a criminalidade, mesmo se responsabilizando pelo cometimento e considerando o ato ilegal errado. Consideram a pena de prisão muito dura e causadora de consequências negativas.

Por essa razão, algumas delas não aceitam as regras da instituição e lutam contra elas, mesmo que isso implique em punições adicionais. Outras continuam recorrendo à Justiça, apresentando recursos para serem libertadas ou ter a pena amenizada. Há ainda as que usam de estratégias para mudar a situação na prisão. A experiência de encarceramento não é motivo para que elas não cometam outros crimes dentro ou fora da instituição.

Renata, entrevistada que teve sua história analisada no capítulo anterior, considera o sistema injusto. Observa que ocorrem crimes tão graves como os que acontecem do lado de fora. Entende que a prisão propicia mais crimes, injustiças e revoltas tornando as pessoas ali dentro sujeitas a traumas, violências e ao cometimento de outros crimes. Ou seja, a situação dela piorou no interior do presídio e, por isso, ela não reconhece as regras institucionais válidas. Dessa forma, sentiu-se autorizada a lutar contra elas.

As reações para esse entendimento de que a cadeia é injusta são diferentes entre as mulheres que representam esse tipo. No caso de Renata, ouve agravamento do uso de drogas e uso de violência durante o cumprimento da pena.

É possível notar, porém, outras estratégias para lidar com esse sentimento de injustiça. Inclusive poderíamos dividir esse tipo em dois subtipos quanto às reações consequentes à interpretação. O primeiro é o que reúne mulheres que, como Renata, lutam ou lutaram contra o sistema. No segundo, estão as entrevistadas que adotam bom comportamento.

As mulheres que fazem parte do primeiro subtipo não temem a punição pelo mal comportamento. Uma hipótese explicativa para isso é de que a expectativa de serem

libertadas é algo muito distante. São pessoas que têm longas penas ou que não confiam que o sistema cumprirá com as regras e considerará o bom comportamento para uma possível progressão de regime, por exemplo. Nesse quadro, insere-se a entrevistada Renata que, após uma avaliação realizada pelo sistema penal, não pôde migrar para o regime semiaberto.

No segundo subtipo, está mulheres que veem as chances de sair da prisão possíveis ou próximas. Por esse motivo, mesmo sentindo-se injustiçadas, procuram se adequar ao sistema e não causar problemas com outras presas ou com funcionários.

A interpretação de Sophia sobre alguns episódios pode exemplificar a gênese desse segundo subtipo. Ela esteve um ano em uma prisão no Reino Unido por tráfico de drogas. Quando concedeu a entrevista já estava em liberdade e tinha 31 anos. Filha de imigrantes da Armênia, a pesquisada cresceu na companhia de um irmão mais velho e dos pais. O início da adolescência foi marcado por falta de atenção, segundo ela, pois os pais estavam muito ocupados cuidando do irmão que havia se envolvido com drogas e que depois foi preso. Nessa época, um meio irmão que foi morar com a família a assediou. Sophia começou a apresentar problemas no colégio e a beber. Foi violentada por um grupo de jovens com quem ela convivia e, depois disso, abandonou os estudos.

Mais tarde se casou com um homem abusivo e teve dois filhos. Além de bater nela, o marido fazia chantagem e, para manipulá-la, parou de contribuir com as despesas domésticas. Sophia disse que pediu aumento no seu trabalho e não encontrou outra alternativa a não ser começar a traficar drogas. A entrevistada tinha medo de ser despejada e perder a guarda dos filhos. Quando foi pega pela polícia, ficou sem reação em um primeiro momento. Mas depois, ela mesma escreveu sua defesa lida durante o julgamento, na qual defendia ser vítima de violência doméstica e mãe de duas crianças que precisavam dela. Apesar de o juiz ter reduzido a sua sentença, a mandou cumprir a pena em privação de liberdade.

Sophia considerava-se injustiçada, pois, em seu entendimento, a vítima era ela. Considera que o estado deveria ter ajudado a não sofrer violência e a cuidar dos filhos para que ela não precisasse cometer crimes. Porém, diferente de Renata, ela não usou de violência para demonstrar sua inconformidade. No início, apresentou sintomas de depressão e começou a fazer terapia na prisão, onde também recebeu tratamento

medicamentoso. Além disso, falou que procurou estratégias para lidar com o encarceramento. Começou a estudar e, em determinados espaços de tempo, pedia para mudar de cela. Dessa forma, mudava de companheiras e também alterava o assunto que mantinha com elas, o que também fazia com que o tempo passasse mais depressa, segundo ela.

Melissa é outra entrevistada que considera a prisão injusta em relação à sua trajetória. Ela tinha 24 anos quando concedeu a entrevista. Havia sido condenada por esfaquear até a morte sua mãe adotiva aos 18 anos. Apesar de assumir o assassinato, a entrevistada considera que ela é quem foi a vítima. O crime teria sido uma consequência de todos os abusos pelos quais passou. Melissa sofreu *bullying* tanto em casa, como na escola, e acredita que foi abusada pelos namorados de sua mãe quando criança.

Até a minha prisão temporária, eu não tinha conhecimento dos fatos da minha vida. Eu não sei como foi a minha adoção, se ela é ilegal.
Minha mãe adotiva me maltratava desde pequena. Ela só me dava miojo. Às vezes, me dava fezes de cachorro. Eu tô falando isso, porque eu trabalhei muito com psicólogo para tentar superar isso. Ela era viciada em droga e cocaína, mas eu só soube depois do delito. Eu nunca recebi um abraço dela. Eu era cobrada para ter notas altas e para ter boa aparência, para não engordar e alisar meu cabelo (transcrição: entrevista Melissa).

A entrevistada não tem lembrança da primeira infância. A partir do período escolar, recorda que sofria violência psicológica em casa e na instituição de ensino. Por conta disso, tentou se matar mais de uma vez. Mesmo assim, começou a fazer faculdade em Porto Alegre, onde vivia com a mãe adotiva e, nessa época, as brigas entre as duas continuavam.

Em uma das discussões, pegou uma faca para cortar os pulsos e acabou matando a mulher. Depois de alguns dias, Melissa foi até a delegacia de polícia para comunicar o crime e se entregar.

Tentei suicídio pela primeira vez com 15 anos tentando pular do viaduto. Da outra vez, eu ia me matar na frente dela. Eu fui me matar com faca cortando os pulsos e o pescoço. Ela disse que eu era louca, que eu não sabia nada. Eu peguei uma faca para me matar e ela continuava me falando aquelas coisas pra mim. Eu queria que ela parasse de berrar, mas quando eu vi as mãos dela

ficarem pálidas, eu fiquei em estado de choque. Eu cheguei a tapar ela e apagar a luz e fechar a porta e acendia para ver se não era um pesadelo. Não parecia real (transcrição: entrevista Melissa).

Enquanto aguardava o julgamento em liberdade, a entrevistada recebeu apoio da família do namorado, com quem se relaciona e faz planos até hoje. Melissa cultivava a esperança de que a Justiça e a sociedade reconhecerão a sua condição de vítima da relação com sua mãe. Isso faz com que aproveite o tempo na prisão para fazer as atividades disponíveis e viva aguardando a libertação, que ela espera que seja próxima. “Eu ainda não perdi a herança, porque ainda estou na fase de revisão. Eu tenho fé de que alguma coisa vai dar certo.”

Kely, outra entrevistada que ajuda a explicar esse tipo de interpretação, organiza praticamente toda a sua narrativa biográfica, a qual fez quando tinha 26 anos e estava no regime semiaberto, entre as dificuldades que teve ao longo da vida. A necessidade de ajudar os familiares foi a motivação para começar a vender entorpecentes. Ela justifica que, com a mãe, a irmã e o cunhado presos, ela tinha que cuidar do irmão, dos sobrinhos, e ainda levar comida e outros itens para dentro do presídio masculino quando ia visitar o cunhado e para a penitenciária feminina, quando ia ver a mãe e a irmã. Em uma passagem da entrevista, conta os detalhes de como tomou a decisão:

Eu fui numa visitar e conversei com a minha mãe e a minha irmã né antes de eu decidir entendeu eu fui e conversei com elas ‘não mãe o que tá acontecendo é que vocês tão aqui e eu to desempregada só com o meu seguro não tá dando’ eu falei pra ela que o dinheiro tá sendo pouco que ‘é sacola pra vocês é coisa pra vocês é coisa pro João, é mais comida pras criança as coisa pras criança lá em casa então só o salário que eu tava pegando do seguro não tá dando’ eu falei pra mãe e eu tava pensando em traficar eu falei assim pra ela ai ela falou assim pra mim ‘mas eu não queria que tu fosse traficá’ e eu falei que não é só questão de eu querer, mas que nós tamo precisando né ‘vocês tão aqui presa, vocês não podem fazê nada entendeu e eu lá fora ou eu trafico ou eu vocês ficam ai e quando eu puder vim, eu venho quando eu pudé trazer as coisa pra vocês, eu trago, ou eu sustento só eles e não venho ver vocês entendeu’ ai elas falaram ‘faz o que tu achar melhor né que agora a responsabilidade é toda tua com eles lá né’. Ai eu então tá ai foi onde eu comecei a traficá. Ai trafiquei durante quatro meses (transcrição: entrevista Kely)

Ela afirmou que não tinha escolha, mas ao mesmo tempo nesta fala esclarece que pensou nas possibilidades, inclusive se aconselhou com outras pessoas da família, as quais deixaram a decisão para ela.

Kely perdeu o pai assassinado quando tinha poucos meses de vida. A partir dos 7 anos, passou a ser criada pela irmã e o cunhado porque a mãe foi presa e ficou oito anos reclusa por tráfico de drogas. Depois de alguns anos, o cunhado, a quem ela considerava um segundo pai, também foi morto. Kely lamenta muito as perdas e também a falta de convívio com a mãe, a qual foi libertada, mas logo depois encarcerada por outro crime, junto com a irmã da entrevistada que havia se casado novamente e o marido dela.

Em sua experiência na prisão, Kely descreveu muitos momentos de medo das outras presas. Como presenciou violência entre elas, procurava não se envolver para não sofrer represálias internas.

Eu prefiro ficar mais na minha de canto, quieta entendeu? Bater de boca eu bato com a polícia, mas daí é por uma coisa minha, pelo meu processo, porque, se não, eu sou na minha eu quero mais é cumprir essa minha cadeia, porque tudo que vier no meu semiaberto vai me prejudicar no processo. E eu vou ter que ficar mais tempo ali (transcrição: entrevista Kely).

Apesar de não considerar justa sua condenação, ela acreditava no sistema. Por isso, seguiu cumprindo as normas e tinha esperança de que, em breve, terminaria de cumprir a pena, usufruindo de plena liberdade.

Sendo a penitenciária um espaço no qual o Poder Judiciário faz cumprir as sentenças de natureza criminal que envolvem encarceramento, a relação estabelecida entre as representações de Justiça e as instituições judiciais é importante na construção das representações sobre a prisão. “A representação que o sujeito constrói sobre justiça também pode influenciar o valor que ele dá ao ato delitivo que lhe é atribuído, assim como o que é atribuído aos outros, avaliando o que é justo ou injusto” (FRINHANI; SOUZA, 2005, p. 64).

O que pode contribuir para o sentimento de injustiça e falta de confiança no sistema penal é a imprevisibilidade, ou subjetividade da aplicação das leis. Daiana Maturano Dias Martil (2018) observou que a concessão da prisão domiciliar para mulheres com filhos menores de 12 anos ocorre não por motivos objetivos, mas por razões relacionadas a moralidade, por exemplo.

As mulheres que compõem esse tipo de interpretação, de forma geral, sofreram violências, presenciaram atos agressivos ou ainda passaram por privações econômicas antes de serem presas. A maneira como elas entenderam esses eventos é que

as fez se reconhecerem como vítimas. Nos outros tipos, também encontramos pessoas que foram vitimizadas em suas trajetórias, porém interpretam a prisão de maneira diferente.

Esse tipo específico de interpretação sobre a prisão é o que reúne o maior número de entrevistadas. Isso pode demonstrar uma certa inconformidade com o sistema e também com as condições de vida que levam as pessoas, muitas vezes, a cometer irregularidades. Além das já citadas, ainda podemos situar Helena, Martina, Angélica, Julia, Aurora, Cibele e Jussara de forma preliminar neste tipo. A maioria delas está mais identificada com o subtipo o qual reúne as que, mesmo considerando a prisão injusta, resolvem cumprir a pena de reclusão sem lutar contra a instituição e suas regras. Essa seria uma forma de estratégia para conseguir mais facilmente a progressão de pena e a libertação. Como a maioria das entrevistas para esta pesquisa foi feita na prisão, uma hipótese é que o número maior de mulheres representando esse subtipo seja a seleção prévia da instituição carcerária por entrevistadas “comportadas”, indicadas para participar das entrevistas.

A biografia de cada uma é única, assim como as interpretações e estratégias usadas ao longo da vida. Contudo, as maneiras de interpretar cada evento vivenciado são resultado da interação com o meio social. Por esse motivo, é plausível pensar que pessoas que passaram por situações semelhantes, como o aprisionamento, usem estratégias parecidas com uma das três trajetórias apresentadas ou, mesmo, que tenham interpretações semelhantes.

5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, foram reunidas três formas de interpretar a prisão. Cada uma é resultado de interpretações sobre a biografia pregressa e também expectativas futuras. Cada forma de interpretação tem sua possível gênese em uma das três entrevistas analisadas sequencialmente no capítulo anterior. No tipo 1 "Prisão interrompe a liberdade", estão as mulheres que entenderam a detenção com uma barreira à liberdade e protagonismo que estavam vivenciando com o crime até então. Já o tipo 2 "Prisão é um ensinamento" reúne entrevistadas que têm arrependimento pelo crime e procuram uma

redenção na cadeia, a partir de um aprendizado. Isso ocorre, normalmente, com reforço do estereótipo do gênero feminino. O tipo 3 "Prisão é injusta" é formado por presas ou egressas que consideram o cometimento do crime legítimo em suas histórias de vida, especialmente por se considerarem vítimas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas de 24 mulheres presas e ex-presas mostraram diferentes formas de interpretar a experiência de encarceramento feminino, que está se tornando cada vez mais frequente no Brasil e no mundo. A fundamentação da sociologia interpretativa, a qual considera a relação de sujeitos e estrutura, orientou a pesquisa como um todo, inclusive na escolha do método reconstrutivo de Narrativas Biográficas, o qual se mostrou válido para identificar a gênese do processo interpretativo de vivência dentro e fora das grades.

Seguindo a abordagem proposta por Gabriele Rosenthal, as entrevistadas tiveram autonomia para contar suas vidas e o que consideraram mais relevante em suas trajetórias, incluindo passagens de antes e depois da prisão. A análise sequencial de três casos evidenciou como foram construídos os entendimentos que influíram nas motivações para ação e projetos futuros. Os resultados foram obtidos com base na observação empírica e na confirmação ou refutação de hipóteses sobre o fenômeno social estudado. Lembrando que essas hipóteses não foram formuladas a priori, mas sim de maneira abdução, ao longo da pesquisa, considerando os dados reunidos durante o processo.

O trabalho de campo em uma penitenciária feminina de Porto Alegre nos anos de 2017 e 2018 mostrou que a pesquisa não ocorre sem interferências, as quais não podem ser controladas, mas precisam ser explicitadas e consideradas durante a fase de análise. Entre elas está a intermediação das entrevistas, que pode impactar na forma como a pesquisada se apresenta. Também foi observado o interesse de apresentação das presas e ex-presas, assim como a interação ao longo dos depoimentos. Enquanto algumas queriam demonstrar poder nas narrativas, muitas aproveitaram o momento para se expressar e contar suas versões para a história.

Houve vários momentos emotivos, intensos e elucidativos sobre a realidade que milhares de pessoas passam na prisão, mas que têm contornos únicos e subjetivos que só a pesquisa qualitativa pode mostrar. As pesquisadas falaram das estratégias usadas para lidar com o afastamento da família, a relação e a pressão de outras presas, o trabalho dentro do cárcere e os projetos futuros.

Na história de todas, a prisão demonstrou ser um *turning point* no curso de vida. A partir da vivência de reclusão, as entrevistadas se readaptaram à realidade, alterando posicionamento e ações. Isso porque, segundo Berger e Luckmann (2014), a realidade partilhada com as demais pessoas é aceita como real até que é apresentado algo que rompa com determinada certeza. Nesse sentido, as histórias de Maria, Marilene e Renata, que tiveram suas entrevistas analisadas sequencialmente para esta tese, representaram três formas de compreender a experiência de encarceramento.

A interpretações de Maria podem ser usadas para entender a gênese do tipo que chamei de 1: “A prisão impede a liberdade”. Não só ela, mas outras presas e ex-presas passaram a valorizar mais do que antes a vida fora das grades. Entre as principais características que identificam esse tipo estão o não arrependimento pelo crime que as levou à prisão. Embora sejam análises diferentes, o entendimento sobre o crime e a prisão, nesse caso, estão relacionados. As entrevistadas que formam esse tipo reconhecem que cometeram algo ilegal, mas não sentem-se culpadas. Elas demonstram que tiveram prazer e poder na parte da vida em que cometiam atos contra a lei. A condenação representou uma interrupção dessas vivências e, por isso, elas lastimam o tempo que perdem ou perderam na cadeia, valorizando a liberdade e planejando não voltar para ela, mesmo que isso custe a perda das experiências de poder com o crime.

Observou-se que as representantes do tipo 1 – sete entrevistadas, incluindo Maria – tiveram alguma vivência de privação em que foram impedidas física ou simbolicamente de realizar algum plano. A realização de crimes representou experiência de poder e de liberdade em relação às limitações anteriores. Outro aspecto em comum entre as que fazem parte deste primeiro tipo é a manutenção de laços com pessoas do lado de fora. Essa rede de apoio pode ter representado segurança para que planejassem uma vida longe da criminalidade.

Outra entrevistada que teve sua biografia analisada foi Marilene, que interpreta a “Prisão como um aprendizado”. Assim como ela, outras duas foram classificadas no tipo 2 de interpretação. Todas elas demonstraram sentimento de remorso pelo crime cometido e vontade de cumprir a pena de reclusão. Entenderam que desviaram do estereótipo de gênero ao cometer crimes. Por isso, aceitaram a correção oferecida pelo sistema punitivo e buscaram aspectos positivos na pena, como o aprendizado. Ao longo da detenção, as três entrevistadas não mantiveram muitos laços com o lado de fora, muito

provavelmente por conta do estigma por terem cometido crimes, o que não é esperado socialmente das mulheres. A maternidade e o bom comportamento foram as formas para se aproximarem do que é o gênero feminino estereotipado. Uma das consequências para essa interpretação é a mudança na forma de solucionar problemas. Por causa do aprendizado referido, elas indicam que procuram estratégias alternativas ao crime para lidar com adversidades.

A terceira entrevista analisada sequencialmente foi a de Renata cujo resultado ajudou a formar o tipo 3 de interpretação: “A prisão é injusta”. Esse tipo reuniu o maior número de entrevistadas – onze no total. Nenhuma delas se arrepende pelo crime que as levou para a cadeia, pois consideram que não tinham escolha a não ser realizar as ilegalidades. Em outras situações, sofreram violências, presenciaram atos agressivos ou ainda passaram por privações econômicas antes de serem presas. A maneira como elas entenderam esses eventos é que as fez se reconhecerem como vítimas. Nos outros tipos, também encontramos pessoas que foram vitimizadas em suas trajetórias, porém interpretam a prisão de maneira diferente. Todos esses aspectos fazem com que vejam a reclusão como uma pena injusta e sintam-se inconformadas de terem sido condenadas, alegando que a cadeia só traz malefícios. Parte delas reage a isso com violência e com quebra de regras no período de detenção. Já outro grupo – a maioria das entrevistadas desse tipo – opta por se conformar e aguardar o tempo de privação com bom comportamento, visando a saída. Essa escolha tem relação com a confiança no sistema, a possibilidade de sair da prisão mais ou menos próxima e também a conexão com pessoas do lado de fora.

As três narrativas apresentadas de forma sequencial são exemplos de processos que levaram a determinado tipo de interpretação. As demais entrevistas foram analisadas de maneira global, sendo que parte delas se enquadra em um dos tipos. Parte das pesquisadas não reuniram características de nenhuma das maneiras de interpretar mostradas nesta tese.

Observando a prisão como parte de uma sociedade mais ampla em que as pessoas compartilham valores e tendências do lado de fora, porém com especificidades próprias, conclui-se que as presas passam por uma nova socialização dentro da prisão. As mulheres que ingressaram no sistema penitenciário, em alguma medida, precisaram assumir novos papéis sociais. As dinâmicas vivenciadas na reclusão criam dependência

– como foi visto no caso da entrevistada Renata, que integrou um grupo criminoso dentro da prisão e se viu pressionada a matar outra mulher – e limitam as relações e experiências das aprisionadas. Mesmo assim, foi possível identificar diferentes estratégias para lidar com o meio apresentado. Segundo Alfred Schütz (2012), as opções por agir de um jeito ou de outro têm relação com a bagagem de conhecimento que se acumulou até ali e o significado que se dá para ela.

Foram observados que os campos da vida e valores do exterior da prisão permanecem como referências para as internadas, especialmente em relação à normatividade do gênero feminino. Isso foi constatado mais claramente na análise do tipo 2 de interpretação, mas está presente também nos outros dois tipos.

Nas trajetórias do conjunto de entrevistadas, foram vistas experiências comuns como o sofrimento causado por violência doméstica, a morte violenta de pessoas próximas, a saída de casa cedo e convívio com pessoas que já haviam sido presas. Porém, constatou-se que essas vivências não tiveram relação direta com o tipo de interpretação que cada um deu à detenção. O que contou foi a forma que esses eventos foram interpretados. A motivação do crime e o remorso colaboraram mais para a maneira de significar a experiência de prisão, por exemplo.

Dessa forma, ficou evidenciado que não são os eventos da trajetória que definem a maneira como a presa ou a ex-presa interpreta o encarceramento e, sim, a maneira como significaram suas biografias como um todo. Algumas entrevistadas viveram em contextos semelhantes e tiveram experiências parecidas ao longo da vida, mas cada uma significou a privação de liberdade de maneira diversa.

A compreensão sobre as maneiras de vivenciar e de interpretar a prisão que este trabalho procurou buscar pode auxiliar na formulação de políticas para essa área. Nesse sentido, como uma das constatações da pesquisa é de que as mulheres que mantinham contato e tinham suporte de pessoas do lado de fora tiveram mais segurança para pensarem em projetos futuros, seria interessante trabalhar de maneira mais efetiva a conexão desses laços e também na ampliação de serviços para ex-detentos. Assim, sabendo que teriam um auxílio, seja familiar ou governamental, as presas poderiam cumprir a pena com a expectativa mais concreta de sair e poder realizar seus projetos longe do crime. Outra observação foi que o afastamento familiar intensificou a vivência

na prisão como única possível e, assim, reforçou a necessidade de adequação ao gênero. Por isso, seria importante, além da integração com parentes, a oferta de opções de atividades e também mais possibilidades de saída e interação com o mundo externo.

O tema demonstrou ser de grande relevância e capaz de possibilitar inúmeros aspectos a serem investigados. Entre eles está a análise mais aprofundada sobre a diferença do que é prescrito e do que está colocado em prática nos presídios femininos e o que essa realidade influi na interpretação do cárcere pelas apenadas. Muitos outros aspectos podem constar, a partir de agora, em novas pesquisas e artigos a serem desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; Dias, Camila. Monopólio estatal da violência. *In: LIMA, Renato; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 187-197.*
- ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. *In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. 23 a 27 de setembro de 2013, Águas de Lindóia, **Anais [...]**, 2013.*
- ADORNO, Sérgio. SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, São Paulo, v.21, n.61, p.7-29, 2007.
- ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma Pesquisa. **Tempo social**. vol.3, n.1-2, pp.7-40, 1991.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina: 1800-1940. *In: MAIA, Clarisse Nunes, SÁ NETO, Flávio de, COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 1. 2009.*
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- ALMEIDA, Sandra Maciel; CASTRO, Paula Almeida. Etnografia de mulheres privadas de liberdade: a medicalização e o isolamento como formas de controle dos corpos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.103-117. jan./abril 2019.
- ALVAREZ, Marcos César; MORAES, Pedro R. Bodê de. Apresentação Dossiê de Sociologia da Punição e das Prisões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2013.
- AMARAL, Cláudio do Prado. **A história da pena de prisão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016
- ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.
- ANGOTTI, Bruna; SALLA, Fernando. Apontamentos para uma história dos presídios de mulheres no Brasil. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 6, jan./jun. 2018.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- ARGÜELLO, Katie Silene. Cárceres. A política de “guerra às drogas” e o hiperencarceramento feminino no Brasil: uma crítica necessária ao Sistema de Justiça Criminal positivista e patriarcal. *In: **13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero**, n. 11, Florianópolis. Anais [...]*, Florianópolis: UFSC, 2017.

ASTIGARRAGA, Andrea Abreu; PASSEGGI, Maria da Conceição. A infância no contexto da família rural: do trabalho infantil à Universidade. **Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel**, 2013

ARGÜELLO, Katie; MURARO, Mariel. **Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas en Brasil: las muchas caras de la violencia contra las mujeres**. Oñati: Oñati Socio-Legal Series, v. 5, n. 2, 2015.

ARTUR, Angela Teixeira. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e as freiras**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARTUR, Angela Teixeira. Presídio de Mulheres: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. *In*: Simpósio Nacional de História, 25, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

ASSIS, SG; Avanci, JQ; Santos NC, Malaquias JV, Oliveira RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 16(1), n.43. 2006.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3, edi. 4, mar/abr 2009.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. Um estudo comparativo entre facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 2, p. 160-174, jul/dez 2015.

BADDELEY, Alan *et al.* Memória Autobiográfica. *In*: **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. *In*: Campos, Carmen Hein (org). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in) visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, v. 28 (2), p. 63-70, 2014.

BARCINSKI, Mariana, CAPRA-RAMOS, Carine, WEBER, João L. A.; DARTORA, Tamires. O marianismo e vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Exæquo**, n.28, p. 87-100, 2013.

BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v.14, n.5, 2009.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p. 577-586, 2009.

BECERRA, Luz Adriana Aristizábal; SERRA, Jenny Cubells. Female Delinquency and Withdrawal: Explanatory Factors. **Universitas Psychologica**, n.16, v. 4, 2017.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009.

BECKER, Howard. Conferência: A Escola de Chicago. **Mana** 2(2), p.177-188, 1996.

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. **A Biographical Approach**, 2ª ed., Tradução de Richard Paul Neto. Nova Iorque: Basic Books, 1975.

BERGER, Peter. **Somos pluralistas, graças a Deus**. Artigo foi publicado no jornal *Avvenire*, 14-09-2016. Tradução Moisés Sbardelotto. Consultado em 18/11/2019: <<http://www.ihu.unisinos.br/560159-somos-pluralistas-gracas-a-deus-artigo-de-peter-berger>>

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986. 23ª edição. 2001.

BEATTIE, Peter M. Cada homem traz dentro de si sua tragédia sexual: Visitas conjugais, gênero e a questão sexual nas prisões (1934), de Lemos Britto. *IN: In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). História das prisões no Brasil*. v. II, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho; Becker, Anna; Spessote, Desirée Valente; Sardinha, Laíza da Silva; Santos, Lucas Gabriel; Chaces, Natália Noronha. O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. dez5(2), p. 141-154, 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

BOSWORTH, Mary. Confining Femininity: A History of Gender, Power and Imprisonment. **Theoretical Criminology**. v. 4 (3), p: 265-284. 2000.

BOZKURT, Safak; ARESTI, Aresti. Absent voices: Experiencing Prison Life From Both Sides of the Fence: A Turkish Females Perspective. **Journal of Prisoners on Prisons**, v. 27, n. 2, p. 17-36, 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: A maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11(2) | p. 523-546 | jul-dez 2015.

BRASIL. Decreto n. 2848, de 07 de Dezembro de 1940, artigo 29º, parágrafo 2º.

BRASIL. Decreto de 12 de Abril de 2017. Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14454.htm>

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p.143-169, 2011.

CALVO, Estabaliz de Miguel. Explorando la agencia de las mujeres encarceladas a través de sus experiencias amorosas. **Papers** 2017, v. 102, n. 2, p. 311-335, 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal Parte Geral**. 11ª ed. Saraiva. São Paulo: 2007.

CARDOSO, Suliane. Protagonistas ou coadjuvantes?: **Um estudo etnográfico sobre o perfil de assessoria parlamentar na câmara de vereadores de Porto Alegre/RS durante a 17ª legislatura**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2017.

CARR, Nicole; HANKS, Roma. Everything I've Done I've Done for Men: One Woman's Deployment of Femininities and Her Pathway to Crime. **Sociological Spectrum**, v. 33, n. 5, p. 433-452, 2013.

CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o Tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Edi. 9. mai/2012.

CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira. **Os espelhos das exclusões radicais: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 1, 2013

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª região penitenciária do Rio Grande do Sul (Sínteses). *In*: Reunião Brasileira de Antropologia, n. 26, Porto Seguro (Bahia), **Anais [...]**, 2008.

CHEIN, Flávia; LEMOS, Mauro Borges; ASSUNÇÃO, Juliano Junqueira. Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil. **Rev. Bras. Econ.** v.61 n.3 Rio de Janeiro, July/Sept, 2007.

CLEMMER, Donald. **The prison community**. Nova York: Rinehart & Company, 1958.

COLLARES, Leni B. C. Encarceramento feminino: rebeliões e confinamento coletivo. *In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, n. 14, 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: 2009.

COLARES, Leni Beatriz Correia. **Sociação de mulheres na prisão: disciplinaridades, rebeliões e subjetividades**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Ufrgs, Porto Alegre, 2011.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. *In: STREY, Marlene Neves (org). Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Uma análise comparativa entre Foucault e Elias: a questão da emergência da prisão e a permanência do fervor punitivo passional. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 19, n. 2, p. 177-192, maio/ago. 2017.

CÔRTEZ, Mariana. O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.34(2), p. 184-209, 2014.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel Costa. **Enfim, a liberdade: as mulheres e a vivência pós-cárcere**. Recife: UFPE, 2011.

CRUZ, Fernanda. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida. Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. Dossiê: Partos, maternidades e políticas do corpo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 326-341, abr.-jun, 2015.

CUNHA, Manuela P. da, **Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina**. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. **A prisão feminina como 'ilha de Lesbos' e 'escola do crime': discursos, representações**. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1991.

CURY, Jessica Santiago; MENEGAZ, Mariana Lima. Mulher e o Cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Anais [...]. Florianópolis, 2017.

DAVIS, Angela; DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11(2), p. 523-531, jul-dez, 2003.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DELLASOPPA, Emilio; BERCOVICH, Alicia M.; ARRIAGA, Eduardo. Violência, Direitos Cíveis e Demografia no Brasil na década de 80: O caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. **RBCS**, v. 14 n.39 fev, 1999.

DEL PRIORE, Mary, **Mulheres no Brasil Colonial**, 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional). **Relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade, considerando os dados do produto 01, 02, 03 e 04/ organização**, Marcos Vinícius Moura Silva - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança. 2019.

DIAS, Camila Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2. pp. 213-233. 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão**. São Paulo: Humanitas, 2008.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [3], p. 727-747, 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. v.2. Zahar: Rio de Janeiro. 1993.

ENDREB, Martin. The Social Constructedness of Resilience. **Social Sciences**, n. 4, p. 533- 545, 2015.

ENDREB, M.; RAMPP, B. Resilienz als Prozess transformativer Autogenese. Schritte zu einer soziologischen Theorie. **Behemoth** 7, p.73-102, 2014.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo, IBeCRIM, 2004.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A "casa de bonecas" : um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócioeducativo feminino no RS**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

FASE. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/>> Acessado em: 07.11.2019.

FONSECA, Claudia. Cláudia Fonseca (depoimento a Flávia Motta, Rozeli Porto e Analba Brazão Teixeira) *In*: GROSSI, Miriam Pilar (org) *et al*, **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. Maternidade em situação de prisão. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 29, n. 4, p. 411-420, out./dez, 2015

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, v. XVIII nº 1; p. 212-227, jul-dez, 2014.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, Tráfico e Maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**.7(1), p. 61-79, 2005.

FRANKL, Victor E. **Em busca de sentido. Um psicólogo no campo de concentração**. Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 2ed São Leopoldo: Editora Sinodal Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

FURTADO, Vera Lucia Mendes Viana; DIEZ, Carmen Lucia Fornari; ARRUDA, Marina Patrício de. Baú de memórias: histórias de vida de egressas de um orfanato. **Rev. Fac. Educ.** v. 31, ano 17, n.1, p. 161-175, jan./jun., 2019.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory**. Chicago: University of Chicago, 1993.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory**. Oxford and Chicago: Oxford University Press and University of Chicago Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. Tradução Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

GLASER, B., STRAUSS, A.. **The Discovery of Grounded Theory Strategies for Qualitative Research**. Mill Valley, CA Sociology Press, 1967.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1961.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GONÇALVES, Leonel Cunha; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. **Psicologia USP**, São Paulo, 23(3), p. 559-584, 2012.

GUETA, Keren; CHEN, Gila. Men and Women Inmates' Accounts of Their Pathways to Crime: A Gender Analysis. **Deviant Behavior**, n. 37, v. 12, p. 1459-1472, 2016.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. A violência simbólica e a prisão contemporânea. **Civitas**. Ano 1, nº 2, dez. 2001.

HELPEES, Sintia Soares. Mulheres na prisão: Uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. Women in the prison: a reflection on the relation of the Brazilian State with female crime. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.2, n.3, p. 160-185, jan-jul/2013.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando Famílias**, 3, p. 8-19, 2001.

JACOBSEN, Michael Hviid (org). **The contemporary Goffman**. Londres, Routledge, 2010.

JARDIM, Ana Caroline Montezano Gonsales. **Os discursos sobre o feminino na questão penitenciária brasileira: uma análise a partir das relações de gênero**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pucrs, Porto Alegre, 2017.

JEFFRIES, Samantha; CHUENURAH, Chontit. Pathways to prison in cambodia for homicide offending: Exploring women's life history narratives. **South East Asia Research**, v. 26, n. 2, p. 109-130, 2018.

KARPOWICZ, Débora Soares. Congregação Bom Pastor D'Angers: história da administração das prisões femininas no Brasil. *In*: II Simpósio internacional. XV Simpósio Nacional da ABHR. História, gênero e religião: Violências e direitos humanos. Florianópolis. Jul. **Anais [...]**. Florianópolis: ABHR. 2016.

KARPOWICZ, Débora Soares. **Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pucrs, Porto Alegre, 2017.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. *In*: GROENINGA, Giselle Câmara, PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coords.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, p.163-176, 2003.

KENNEDY, Stephanie; MENNICKE, Annelise. Behind every woman in prison is a man?": Incarcerated Women's Perceptions of How We Can Better Help Them in the

- Context of Interpersonal Victimization. **Journal of Progressive Human Services**, v. 29, n. 3, p. 206-229, 2018.
- KRAHN, Natasha Maria Wangen. A 'sujeição criminal' feminina: compreendendo as (auto)representações de mulheres no 'mundo do crime'. *In*: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais [...]**. Brasília, 2016.
- KÖTTIG, Michaela. The causes of violent actions by young women. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 8-25, jan./mar. 2016.
- KRUG, Jorge Gilberto. Breve Síntese Histórica da Atenção ao Menor no Rio Grande do Sul. **FEDEM, Estudos**, Porto Alegre, 2 (2): p. 39-43. 1985.
- LARRAURI, Elena. **Género y Derecho Penal**. El texto en forma de conferencia se presenta de forma inédita para el Curso de Posgrado de Criminología de la Universidad de Salamanca, 2002.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAVALL, Eliane. **Experiências vivenciadas por familiares de pessoas que cometeram suicídio: Abordagem de narrativas biográficas**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Ufrgs, Porto Alegre, 2019.
- LEAL, Giuliana Franco. Socialização em uma instituição total: implicações da educação em uma academia militar. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 123, p. 389-406, abr./jun., 2013.
- LEITE, Francisco. Raciocínio e procedimentos da Grounded Theory Construtivista. **Questões Transversais - Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2015
- LEME, Alessandro André. Estrutura e ação nas ciências sociais: Um debate Estrutura e ação nas ciências sociais: Um debate preliminar em Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 25, p. 9-38, 2006.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos Análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1999.
- LIMA, Elça Mendonça. **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora OAB RJ, 1983.
- LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Adolescentes em situação de prostituição: Uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18 (3), p. 413-420, 2005.
- LUCENA, Helen Halinne Rodrigues; IRELAND, Timothy D. O. Presídio Feminino

como Espaço de Aprendizagens. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 113-136, jan./mar. 2013.

LUDWIG, Kamila Silva de Almeida. **Filhos da violência conjugal: pesquisa biográfica com órfãos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pucrs, Porto Alegre, 2015.

LUDWIG, Kamila Silva de Almeida. **Narrativas Biográficas de mães vítimas da violência doméstica - como interpretam seus filhos diante dos conflitos**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pucrs, Porto Alegre, 2019.

MAGHSOUDI, Aliasghar; ANARAKI, Nahid Rahimpour; BOOSTANI, Dariush. Patriarchy as a contextual and gendered pathway to crime: a qualitative study of Iranian women offenders. **International Journal of Methodology**, v. 52, n. 1, p. 355-370, 2018.

MAIA, Clarisse Nunes, SÁ NETO, Flávio de, COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 2, 2009

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 46-57, mar./mai., 1998.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, 18 (52), p. 121-138, 2004.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Marlene N. Strey (Org.). **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

MARTIL, Daiana Marturano Dias. **Despachos x Escrachos: as representações sociais do encarceramento feminino**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2018.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira. In: BAENINGER, Rosana (org). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas públicas sociais**. Brasília: Unicamp, 2010.

MARTINS, Herbert Toledo; OLIVEIRA, Victor Neiva. Crime, criminosos e prisão: um estudo sobre a reincidência penitenciária em Montes Claros – MG. **Revista brasileira Segurança Pública**, São Paulo v. 7, n. 2, p. 32-48, ago./set., 2013.

MCCONAGHY, Megan; LEVY, Marissa P. The Impact of Gender and Early Delinquency on Reoffending: A Life History Perspective. **Victims & Offenders**, v. 11, n. 2, p. 251-284, 2016.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade. **Varia Historia**, n. 33. Jan., 2005.

- MEDEIROS, Luísa de Lemos. **Voluntariado e engajamento: Estudo sobre motivações a partir de uma perspectiva fenomenológica**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2017.
- MELLO, Daniela Canazaro. **Prisão feminina: gravidez e maternidade - um estudo da realidade em Porto Alegre - RS/Brasil e Lisboa/Portugal**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pucrs, Porto Alegre, 2014
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MENEZES, Naida Lena. **Remoção de moradias e composição das práticas cotidianas em comunidades de baixa renda: Narrativas biográficas de moradores de favelas de Porto Alegre (RS)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2019.
- MENEZES, Naida; SOUZA, Lúcia Ricardo; COSTA, Ana Paula; FERREIRA, Kátia Maria; OLIVEIRA, Patrícia Trindade. **Centro do Jovem adulto. Resgate Histórico**. Porto Alegre: Corag, 2002.
- MELLO, Amanda Reginato de.; BASEGGIO, Denice Bortolin. Infância e Morte: um Estudo Acerca da Percepção das Crianças sobre o Fim da Vida. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 5, n. 1, p. 23-31, jan./jun, 2013.
- MERICO, Marisa. **Mafia Princess**. London: Harper, 2010.
- MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MINZON, Camila Valéria; DANNER, Glaucia Karina; BARRETO, Danielle Jardim. Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto. **Akrópolis**, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 71-81, jan./mar. 2010.
- MIRANDA, Humberto Silva. A Febem, o código de menores e a “pedagogia do trabalho”. **Projeto História**, São Paulo, n.55, p.45-77, jan./abr., 2016.
- MIRANDA, Humberto da Silva. Memórias da “Dona FEBEM”: a assistência a infância na Ditadura Militar (1964 – 1985). *In*: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal - RN. 22 a 26 de julho. **Anais [...]**, Natal, 2013.
- MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Ago. 2005.
- MONTE, Paulo Aguiar do. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. **Economia**, Brasília (DF), v.9, n.3, p. 625–650, set/dez 2008.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais. *In: DORNELES, Beatriz. Porto Alegre em destaque: História e Cultura*, Porto Alegre: Editora Edipucrs, 2004.

MONSMA, Karl. Teorias interacionistas e fenomenológicas da violência com aplicações à pesquisa histórica. **MÉTIS: história & cultura** – KARL, Monsma – p. 23-37, 2007.

MOORE, Henrietta. **Compreendendo Sexo e Gênero**. Tradução de Júlio Assis Simões para uso didático do original em inglês: MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. *In: INGOLD, Tim (Ed). Companion Encyclopedia of Anthropology*. p. 813-830. London: Routledge, 1997.

MUSUMECI, Barbara. Mulher e violência no sistema de Justiça Criminal. **Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro, IETS, ano 1, n. 2, p. 3-8, 2001.

NEVES, Sílvia Carina Leal das. **Mea Culpa: depressão, masoquismo moral e religião**. Dissertação de Mestrado, Psicologia, Universidade de Lisboa, 2010.

NUYTIENS, A.; CHRISTIAENS, J. Female pathways to crime and prison: Challenging the (US) gendered pathways perspective. **European Journal of Criminology**, 13(2), p. 195-213, 2016.

O CÁRCERE e a rua. Direção: Liliana Sulzbach. Produção: Zeppelin Filmes, Brasil, 2004.

ORO, Ari Pedro. O "neopentecostalismo macumbeiro". **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 319-332, dez./fev., 2005-2006.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. *In. LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Editora Perspectiva: São Paulo. 1977.

PEREIRA, Antonio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PINTO, Marcelo de Rezende; SANTOS, Leonardo Lemos da Silveira. A Grounded Theory como abordagem metodológica: relatos de uma experiência de campo. **O&S - Salvador**, v. 19 - n. 62, p. 417-436, jul./set., 2012.

PINTO, Nelson Oliveira. **Os múltiplos determinantes do reaprisionamento de mulheres**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pucrs, Porto Alegre, 2017.

PRIORI, Claudia. A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 3, n. 4, p. 191-199, jan./jul. 2011.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam** [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

QUINTÃNS, Cláudia Raquel Pereira. **Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2009.

RAFTER, Nicole Hahn. Prisons for Women, 1790-1980. **Crime and Justice**, v. 5 , p. 129-181, 1983.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa. Para além da maldade, da loucura e da vitimização: Agência intencional e volição em crimes violentos praticados por mulheres. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 26-41, jan.-mar. 2016.

REIF, Karina Schuh; MARCO, Martín Di. Biografias de homens e mulheres autores de violência: Uma revisão bibliográfica sobre o uso de métodos com trajetória para o entendimento do fenômeno sociológico. **Revista Conversas & Controvérsias**. 2020. No prelo.

REIF, Karina. **'Foi uma das melhores dissertações que já li': os presos britânicos que se formaram em criminologia**. BBC. Londres. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49053492>>_Acessada em 30/01/2020.

REIF, Karina. **Detentos estrangeiros custam a se adaptar a presídios no Brasil**. Correio do Povo, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/detentos-estrangeiros-custam-a-se-adaptar-a-pres%C3%ADdios-no-brasil-1.88934>>. Acesso em 27/12/2019.

REIF, Karina. **Marcas da Prisão**. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre. A série foi publicada entre os dias 27 de abril e 1 de maio de 2013.

REIF, Karina Schuh. **Em Liberdade: narrativas biográficas de mulheres com experiências de encarceramento**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, 2016.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu** (26), p.145-168, jan/jun., 2006.

RINALDI, Débora. **A interpretação da catação pelos catadores : um estudo biográfico**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, 2018.

RODRIGUES, Maria Lúcia (coord). **O sistema prisional feminino e a questão dos direitos humanos: um desafio às políticas sociais II**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: Ed: PC, 2012.

- RODRIGUES, Gilse Elisa. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n8, p. 9-20, jul/dez. 2005.
- ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**. Porto Alegre, Edipucrs. 2017.
- ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre, Edipucrs, 2014a.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. A interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014b.
- ROSENTHAL, Gabriele. Biographical Research. *In*: Clive Seale, Giampietro Gombo, Jaber F. Gubrium; David Silverman (eds.), **Qualitative Research Practice**, London: Sage, p. 48-64, 2004.
- ROSS, Jeffrey; RICHARDS, Stephen; NEWBOLD, Greg; LENZA, Michael; GRIGSBY, Robert. Convict criminology. *In*: DEKESEREDY, W.; DRAGIEWICZ (EDS). **Routledge Handbook of Critical Criminology**. New York: Routledge, p.160-171. 2012.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O.. **Punishment and Social Structure**. Originally published: New York: Columbia University Press, 1939.
- SALLA, F; GAUTO, M.; ALVAREZ, M. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo social**, v.18, n.1, p.329-350, 2006.
- SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 274-307, jul/dez 2006.
- SALISBURY, Emily; KALANTRY, Sital; BOPPRE, Breanna; BRUNDIGE, Elizabeth; MARTÍNEZ, Silvia. Expanding the Feminist Pathways Perspective beyond the United States: A Profile of Federal Women Prisoners in Argentina. **Women & Criminal Justice**, v. 28, n. 2, p. 125-151, 2018.
- SAMUEL, Fabian Sichonany. **Trabalho voluntário e biografia: compreendendo a constituição da ação de engajamento no voluntariado através do método da narrativa biográfica**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2016
- SANGALLI, Lucas Cé. **O desaparecimento de Alain :movimento e pertencimento na vida de um migrante**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2015.

- SANTOS, Hermilio. Apresentação. *In*: ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**. Porto Alegre, Edipucrs. 2017.
- SANTOS, Hermílio. Mulheres como autoras de violência: Evidências e agenda de pesquisa. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, jan.-mar. 2016
- SANTOS, Hermílio, SUSIN, Priscila, OLIVERIA, Patrícia. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas**, 2014.
- SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (3), p. 707-717, 2005.
- SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÜTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T. R. Wagner, Petrópolis: Vozes, 2012.
- SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, p. 210-222, 2010.
- SHEPHERD, Stephane, NEWTON, Danielle; HARRIES, Cieran; Fix, Rebecca; FULLAM, Rachel. An analysis of high-risk offending pathways for young females in custody. **Psychiatry, Psychology and Law**, jan. 1, 2018.
- SMITH, Vivian. Substance-Abusing Female Offenders as Victims: Chronological Sequencing of Pathways Into the Criminal Justice System, **Victims & Offenders**, v. 12, n. 1, p. 113-137, 2017.
- SIMON, Jonathan. Punição e as tecnologias políticas do corpo. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 219-251, jul./dez., 2013.
- SOARES, Barbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras. **Vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOLDERA, Meire; DALGALARRONDO, Paulo; CORRÊA FILHO, Heleno Rodrigues; SILVA, Cleide A M. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. **Rev. Saúde Pública**, v.38, n.2, 2004.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2 ed. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha – Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SUGIZAKI, Eduardo. Culpa e má consciência em Nietzsche e Freud. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 17, n. 20, p. 67-84, jan./jun. 2005.

SUSIN, Priscila Queirolo. **Mulheres e habitação em Porto Alegre: a luta por moradia urbana sob olhar interpretativo e biográfico**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2019.

SUSIN, Priscila Queirolo. **Construções familiares e experiência de violência: pesquisa biográfica em uma favela carioca**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pucrs, Porto Alegre, 2014.

SYKES, Gresham M. **The society of captives: a study of a maximum security prison**. Princeton: Princeton University Press, 2007 (1958).

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao estado de exceção: O percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas - 3. ed.** Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

VELHO, Gilberto. Ciências Sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-9, jul/dez, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. *In*: GERTH, H. H.; MILLS, Wright (orgs). **Max Weber – Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p. 55-89, (1919) 1967.

WEBER, L. N. D.; TERRA, M.; MOREIRA, P.; MESSIAS, R. Why am I here? Brazilian children living in total institutions. *In*: 107th Congress of the American Psychological Association, 1999, Boston, EUA. **Anais [...]**. Boston: American Psychological Association, 1999.

WELLER, Wivian. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze. *In*: Reunião Anual da ANPeD, 32., 2009, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPeD, p. 1-16, 2009.

WORLD PRISON BRIEF. **Prison Studies**. 2017. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/country/brazil>>. Acessado: 18 de novembro de 2018).

WORLD PRISON BRIEF. **World Female Imprisonment List**. 2017. Disponível em: http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf (acessado: 18 de novembro de 2018).

ZEDNER, Lucia. Wayward Sisters: The Prison for Women. *In*: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. (edis). **The Oxford History of the Prison: The Practice of Punishment in Western Society**, New York: Oxford University Press, p. 329-361, 1995.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br